

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

RIO NOGUEIRA
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – Rio Nogueira (RN)

Entrevistadores – Marcos Chor Maio (MC) e Luiz Octávio Coimbra (LO)

Data – 07 e 14/11/1986, e 12/02/1987

Local – Rio de Janeiro, RJ

Duração – 8h23min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

NOGUEIRA, Rio. *Rio Nogueira. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil, 1986-1987*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2024. 109p.

Resenha biográfica

Rio Nogueira nasceu no Rio de Janeiro, a 7 de dezembro de 1922. Desde cedo, manifestou grande interesse pela matemática e se dedicou inteiramente aos estudos, destacando-se como excelente aluno. Coursou o Colégio Pedro II, externato, e teve como uma de suas maiores influências o professor José Oiticica.

Bacharelou-se em matemática pela Faculdade Nacional de Filosofia e, em engenharia civil, pela Escola Nacional de Engenharia. Além disso, licenciou-se em matemática pela Faculdade de Filosofia do Distrito Federal.

Obteve ainda o título de Doutor em matemática, por aprovação em concurso para professor catedrático da Escola Nacional de Agronomia, e de Doutor em ciências econômicas, contábeis e atuariais, por aprovação em concurso para a cátedra da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, realizados em 1950 e 1962.

Em 1941, ingressou no Ministério da Agricultura, através de concurso, ocupando o cargo de meteorologista e, em 1945, assumiu o cargo de atuário do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).

Foi nomeado, em 1951, diretor do Departamento de Estatística e Atuária do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC), tendo sido membro do Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho.

Com a extinção do Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, foi convidado para assessorar o Ministro do Planejamento Hélio Beltrão. Em 1978, aposentou-se como diretor no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Em 1942 e 1972, exerceu inúmeras atividades didáticas, lecionando na Faculdade Nacional de Filosofia, na Pontifícia Universidade Católica (PUC), na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras instituições de ensino.

Em 1963, fundou com Iscar Porto Carreiro a STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária, responsável pela estrutura atuarial da Previdência complementar de inúmeras empresas. Na STEA, elaborou planos para a implantação de fundações de seguridade social na Companhia Vale do Rio Doce, Embratel, Rede Ferroviária Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Central, entre outras empresas.

Autor de vários livros didáticos, artigos, trabalhos e monografias premiadas, publicou também, em 1985, o *A Crise Moral e Financeira da Previdência Social*, em que retrata a sua experiência de 40 anos de atividades, sugerindo a reformulação da política de Previdência do Governo Federal.

Participou também de vários congressos nacionais e internacionais, inclusive como representante dos ministros do Trabalho e Planejamento. Desde 1970, vem proferindo palestras e conferências sobre Previdência Social e complementar.

Em 1982, aposentou-se na cátedra de matemática financeira da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), continuando o seu trabalho na presidência da STEA.

Sumário

1ª Entrevista

Data: 07/11/1986

Fita 1 – Nascimento; origem familiar; origem do nome Rio; comentário sobre Oscar Porto Carreiro, atividade do pai como empresário teatral; o falecimento do pai; comentário sobre a família; comentário sobre os avós; recordações da casa onde morou com os avós; o início do estudo de matemática; comentário sobre o professor José Oiticica; lembranças da mãe; a profissão dos pais e dos irmãos; relação entre religião e ciência; origem portuguesa dos avós; o Colégio Pedro II; comentário sobre os professores; o trabalho de conscientização dos empresários sobre Previdência complementar; o interesse pela matemática; o desempenho escolar; a busca de segurança pessoal através da matemática; o lazer na infância; a prática de esportes.

Fita 2 – O gosto pelos estudos; recordações da Revolução de 1930; comentário sobre Getúlio Vargas; o concurso para meteorologista do Ministério da Agricultura, em 1942; o concurso para atuário do MTIC, em 1945; relato de uma conversa entre Luiz Simões Lopes e Getúlio Vargas; críticas a Filinto Müller; lembranças de fatos políticos; comentário sobre o professor Oiticica e o caso de um aluno integralista; as aulas do professor Oiticica; o Estado Novo; a queda de Getúlio Vargas; a participação política na universidade; o Colégio Pedro II durante o Estado Novo; o trabalho como meteorologista; o curso de engenharia; o curso de matemática na Faculdade Nacional de Filosofia; o primeiro trabalho publicado; o título de Catedrático em agronomia, em 1948; os livros escritos; relato de uma conversa com Mário Henrique Simonsen sobre os militares; os trabalhos sobre a Previdência Social; o aprendizado dos idiomas francês e italiano; a presença de professores italianos antes da Segunda Guerra Mundial; críticas ao governo Vargas; o Barão de Itararé; o convite para estudar em Princeton; origem da palavra atuário; o ceticismo em relação à política; a preparação para o concurso de atuário com Oscar Porto Carreiro; influência do professor Porto Carreiro.

Fita 3 – comentário sobre Oscar Porto Carreiro; definição de atuária; a doutrina atuarial; os requisitos necessários para a profissão de atuário; os estudos na faculdade de engenharia; comentário sobre Nino Leal de Sá Pereira; os atuários do Ministério do Trabalho e da STEA; o convite de San Thiago Dantas para estudar em Princeton; as palestras sobre Previdência Social;

2ª Entrevista

Data: 14/11/1986

Fita 3 (continuação) – A opção pela matemática; a reação da avó diante da opção pela matemática; o falecimento da avó; comentário sobre o concurso de atuário no Ministério do Trabalho; as provas do concurso; a função do atuário no Ministério do Trabalho; o desgaste com o concurso; o trabalho na Divisão de Pesquisa do Serviço Atuarial do MTIC; o primeiro concurso para catedrático da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, em 1950; o escândalo do preterimento à cátedra; a nomeação para a diretoria do Departamento de Atuária e Estatística do IAPETC; a obtenção da cátedra, em 1962; as pesquisas no serviço atuarial; a valorização do atuário; os estudos sobre mortalidade; a probabilidade; a ENCE do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fita 4 – A criação do ENCE, em 1953; os cursos ministrados na ENCE; o significado da palavra estatística; comentário sobre estatística; a lei empírica do acaso; a utilização do cálculo de probabilidade; os objetivos da ENCE; comentário sobre o trabalho para o jornal Correio da Manhã; o Correio da Manhã e o movimento militar de 1964; Getúlio Vargas e o estímulo aos concursos públicos; a organização do serviço atuarial; a dimensão do atuariado do MTIC; o seguro de acidentes de trabalho; o trabalho premiado pela Associação Brasileira de Estatística, em 1948; a confiabilidade dos dados utilizados para pesquisa na STEA; os estudos no Departamento de Pesquisas do serviço atuarial; as mudanças na legislação previdenciária e os cálculos atuariais; a assistência médica e o cálculo atuarial; advertência sobre a utilização das reservas dos institutos para cobrir as despesas com assistência médica; as consequências da transferência da assistência médica para o Ministério da Saúde; a seguridade social; a Previdência rural e o cálculo atuarial; o problema das despesas na área da Previdência e assistência social; o uso de simulações; o conflito dos técnicos com os políticos; opinião sobre o sistema de capitalização; a interferência dos políticos; o regime de repartição.

Fita 5 – Visão dos atuários sobre a assistência médica; utilização das reservas dos institutos para a assistência médica; interferência política na Previdência Social; o trabalho como atuário do IAPETC; peculiaridades do IAPETC; a contribuição dos estivadores; a gestão de José Cecílio Pereira Marques no IAPETC; as reivindicações dos trabalhadores; relato de um caso de atrito com segurados em Campinas (SP); comentário sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); o impacto da assistência médica e social nos cálculos atuariais; a duração das várias gestões na presidência do IAPETC; o contato com Juscelino Kubitschek; o impacto da Lei Orgânica da Previdência

Social (LOPS); a criação da aposentadoria por tempo de serviço; o regime de repartição; a crise da Previdência Social.

Fita 6 – O fim da contribuição da União; as despesas de administração do INPS; o sistema de capitalização; a utilização das reservas da Previdência Social pelo governo; atuação fiscalizadora dos atuários e o conflito com políticos e segurados; o desprezo pelo pareceres dos atuários; os serviços médicos do IAPETC; relato de uma consulta médica; o controle estatístico dos serviços médicos; as diferenças entre o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e o IAPETC; o débito das empresas com a Previdência Social; o cálculo atuarial e a queda na arrecadação dos institutos; o problema dos trabalhadores autônomos (estivadores) no IAPETC; o equilíbrio financeiro do IAPETC; o investimento em imóveis com as reservas do IAPETC; o impacto dos aumentos das contribuições à Previdência Social; comentários sobre a LOPS; atuação dos atuários no plano de custeio dos benefícios da LOPS; a participação no Conselho Atuarial do MTIC; a extensão do cargo de atuário do INPS; atuação dos atuários na unificação dos institutos, em 1967; a dispersão dos atuários depois da extinção do cargo; atuação dos atuários na discussão sobre o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), em 1945; opinião sobre a LOPS; a direção colegiada no IAPETC.

4ª Entrevista

Data: 12/02/1987

Fita 7 – Os motivos da extinção do quadro de atuários do INOS; os problemas financeiros surgidos com a unificação; atuação no Ministério do Planejamento; crítica à política implantada no Banco Nacional da Habitação (BNH); as investigações do Serviço Nacional de Informação (SNI) sobre sua vida; o desconhecimento do papel do atuário por parte dos governantes; o mercado de trabalho e o ensino da atuária; assessoria ao *Correio da Manhã*; a criação do setor de Previdência complementar da Petrobrás (PETROS), em 1970; crítica ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); comentário sobre a Previdência complementar; a revitalização do Conselho Atuarial; a criação da STEA, em 1963; o papel da Previdência complementar.

Fita 8 – A patronal do IAPI; a Previdência complementar nas empresas estatais; aplicação do fundo de reserva das entidades de Previdência complementar; comentário sobre as falsas fundações; modelo matemático de quantificação da produtividade do trabalho humano; conceito de trabalho; a relação entre produtividade do trabalhador e aposentadoria; o problema da perda de produtividade por parte do trabalhador; a experiência da expulsória na Vale do Rio Doce; opinião sobre as aposentadoria especiais dos professores, aeronautas e jornalistas; os dois tipos de déficit da Previdência: o atuarial e o contábil; a relação entre adoção da aposentadoria por tempo de serviço e déficit da Previdência; comentários sobre fraudes e abusos; o fim da idade mínima para aposentadoria; a política econômica do Ministro Delfim Neto e a degradação dos salários; a necessidade de se vincular o seguro-desemprego à Previdência Social; a relação entre

política salarial e política de benefícios da Previdência Social; as oscilações no salário do trabalhador e o cálculo da aposentadoria.

Fita 9 – Assistência médica na Previdência Social; oposição dos atuários aos gastos dos institutos com os serviços médicos; os problemas surgidos com a privatização dos serviços médicos; comentários sobre a utilização de serviços médicos conveniados e contratados; a depreciação do atendimento médico; o problema da licença; esperanças na melhoria da Previdência Social; o descaso em relação à competência na área da Previdência Social.

Data: 06/11/1986

Fita 1 – Lado A

LO - Bom, estamos em 7 de novembro de 1986, nosso primeiro encontro com o senhor Rio Nogueira, nosso Projeto Memória da Previdência Social, Convênio FIOCRUZ, Casa do Oswaldo Cruz, INAMPS com o Marcos Chor, Luiz Octávio e a Andréa.

MC - Vamos começar. Senhor Rio Nogueira nós gostaríamos de começar lá, desde o início mesmo, onde é que o senhor nasceu, em que data?

RN - Nasci no Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 1922.

MC - Sim, em que bairro o senhor...

RN - Vila Isabel.

MC - Vila Isabel?

RN - Terra de Noel Rosa.

MC - Bairro tradicional, e seus pais, qual origem de seus...

RN - Minha mãe era portuguesa, meu pai era de Campos, brasileiro.

MC - Uma curiosidade que me veio, quer dizer, onde é que surgiu esse nome Rio?

RN - Só se eu pudesse perguntar ao meu pai e ele morreu quando eu tinha 8 anos, não me deu tempo de fazer esta pergunta. Mas sei que é um nome singular no Brasil, creio que o único, embora no México seja comum, pelo menos nos filmes de *Western*, qualquer bandido mexicano que se preze chama Rio, quando se diz lá o Rio vai chegar, pode contar que haverá muitos tiros, porque Rio é geralmente um bandido com bigode avantajado, houve um caso excepcional de um filme de Robert Taylor em que ele era bandido simpático, felizmente, o nome dele era Rio.

MC - Rio também, mas assim, talvez simbólico, o senhor se identifica com esses personagens?

RN - Bem, procuro parecer com o Robert Taylor, mas não é muito fácil, mas este nome está ligado até a um trocadilho que ainda outro dia lembrei, apresentado como resposta a uma pergunta que fiz a Porto Carrero, um dos grandes atuários brasileiros; talvez o maior de todos. E eu perguntava a ele antes de começar a estudar cálculo atuarial, que profissão me facultaria aplicar o instrumental matemático à resolução das questões sociais do Brasil; ele respondeu com um jogo de palavras e uma equação: tua profissão é a tua, Rio, atuário. Fez um trocadilho com o meu nome e eu me lembrei outro dia no congresso de entidades fechadas de Previdência Privada, quando agradei o prêmio que as entidades

resolveram conceder à nossa empresa, eu agradei em nome dos empregados e transferei a maior parte do mérito à memória desse grande mestre Oscar Edvaldo Porto Carrero.

MC - O senhor dedica o livro a ele não?

RN - Dedico à memória dele.

MC - À memória dele... O livro do senhor sobre a Crise Moral e Financeira da Previdência Social.

RN - Ele foi um grande mestre meu e de muitos atuários da minha geração, um homem santo e sábio que me ensinou atuária e me ensinou muito sobre a vida e sobre a ética da qual o país necessita.

MC - Agora, Nogueira, o senhor sabe assim a origem desse nome?

RN - Meu pai chamava-se Ari Nogueira, era um empresário teatral, foi quem introduziu o cinema no Brasil, um dos primeiros cinemas em Santa Cruz e o teatro de operetas. Meu pai teve muita influência na vida de artistas famosos como Vicente Celestino e a família Celestino, Gilda Abreu, Procópio Ferreira e tantos outros, era ligado ao teatro. O irmão de meu pai, meu tio chamava-se Olímpio Nogueira, era um artista bem sucedido na semana santa, quando imitava Cristo, imitava tão bem que ficou famoso pelas suas performances no palco e eu...

MC - O senhor pode falar...

RN - A respeito do meu tio Olímpio Nogueira eu já lhe disse, morreu na gripe espanhola e antes era considerado um dos melhores atores, principalmente na semana santa, quando imitava Jesus Cristo.

MC - O Senhor, o seu pai tinha só um irmão ou tinha mais irmãos?

RN - Ele tinha mais uma irmã, mas eu não cheguei a conhecer porque ele faleceu também quando era muito... Veja, meu pai morreu quando eu tinha 8 anos, ele já estava na ocasião falecido também, meu pai era um empresário de mão aberta, ganhou muito dinheiro, mas tudo que ele ganhava os amigos partilhavam, as vantagens e quando morreu deixou uma herança praticamente nula e até alguns problemas sobre o inventário que foram resolvidos por mim mesmo depois que cheguei aos 21 anos. Mas foi um homem muito bom, muito empreendedor, um empresário aberto que teve essa glória de ter criado no país uma consciência artística do teatro; estimulou muito alguns valores: Vicente Celestino, Pedro Celestino, Radamés Celestino, Procópio Ferreira, Adelordes Caminha, Luiz Aredo, tantos outros que agora não me lembro porque também tenho disso uma notícia que veio através dos meus irmãos mais velhos. Eu tenho uma irmã que trabalha conosco hoje apesar de aposentada como funcionária do IBGE graduada e o irmão também mais velho que hoje ainda trabalha, apesar de aposentado na área financeira.

MC - Trabalha com o senhor ou só sua irmã que trabalha?

RN - Não, minha irmã depois de aposentada, não se conformou de ficar na inatividade e este é um dos pontos que nós vamos provavelmente comentar: inconformação do aposentado que ainda tem condições de trabalhar e que justificaria uma revisão do processo de aposentadoria brasileiro. Mas vamos entrar no assunto que interessa que é a Previdência, se for possível, a não ser que vocês queiram mais alguma pergunta pessoal?

MC - Não, nós vamos ser um pouco teimosos nessa parte.

RN - Bom, então vamos lá.

MC - Vamos lá. Não, se o senhor permitir... O senhor foi criado pelos seus avós, não é?

RN - Minha avó tomou a si esse empreendimento que foi criar três netos, educá-los e realizou esta tarefa hercúlia, conseguiu educá-los com todo o esforço aos quatro anos depois de ter uma vida em condições superiores à média. Isto porque havia recursos antes, mas depois com a morte de meu pai, minha mãe já tinha morrido e sem uma previdência na época ela teve que, aos 64 anos, realizar os trabalhos domésticos para poder encontrar recursos e educar os três netos. Em colégios gratuitos cuja gratuidade era requerida com argumentações, às vezes comoventes, com muitas lágrimas, eu recorro bem no dia no Colégio Pedro II teve de chamar e pedir ao diretor do colégio a gratuidade para mim e ganhar uma das suas relíquias para ter dinheiro para pagar as taxas, que o colégio mesmo na gratuidade exigia. E era a renúncia a uma joia da família que ela sabia nunca mais iria recuperar, eu guardo bem este dia. Por isso, eu disse, foi bom por um certo lado, ela foi um exemplo de força de vontade e a força de vontade é uma virtude muito importante, talvez mais do que a inteligência, talvez mais valiosa do que a própria cultura.

MC - Que tipo de atividades domésticas ela teve para poder sustentá-los?

RN - A minha avó alugou uma casa de muitos quartos e nós pagávamos o aluguel da casa com os aluguéis dos quartos que ela sublocava. Isto durante toda minha infância, o que me deu desde aquela época um desejo de espaço que até hoje perdura.

MC - O senhor poderia falar um pouco sobre o que é esse desejo de espaço?

RN - Espaço vital, eu desejo espaço, eu desejo viver em lugares amplos e esse desejo felizmente eu consegui realizar, para mim e para minha família. Se você quer detalhes eu posso dizer. Que tenho propriedades além do que eu precisaria para viver, espaços até exagerados aqui na capital, talvez, seja uma reação de um complexo de infância, viver mal, de dormir mal, de estudar com o ruído de diálogo dos inquilinos. Mas foi assim que minha avó conseguiu recursos para educar os três netos, foi uma luta homérica.

MC - Sua avó alugou uma casa, então o senhor morava assim num quarto junto com toda a família ou tinha um quarto...

RN - Não, dividia a sala em dois compartimentos com móveis, ficava ela e minha irmã num, meu irmão e eu noutro, meu avô num quarto de empregados e os quartos disponíveis eram sublocados, fomos bastantes castigados pela morte prematura de meus pais. Talvez também em mim tenha sido implantado, desde essa época um desejo de evitar que isso

ocorresse comigo em relação aos meus filhos e com outras pessoas, porque quando a gente segue os passos da lógica a gente deseja para todos aquilo que nós desejamos para nós mesmos, talvez seja essa a base da própria democracia.

MC - Eu me lembro que o senhor coloca bem, o senhor trabalha com a 25ª Declaração dos Direitos que é bem...

RN - É aquele item...

MC - Que lá no livro do senhor...

RN - Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos dos Homens é um postulado que condensa toda a ética da seguridade social, porque ali tem a primeira parte dedicada à assistência, quando assegura a todo cidadão, todo direito a um nível de vida adequado às assistências médica, farmacêutica, hospitalar e os serviços sociais indispensáveis. E na segunda parte trata da Previdência quando também assegura ao cidadão o direito ao seguro em caso de doença, invalidez, morte; começando com desemprego e todos os outros processos de destruição do poder laborativo do trabalhador. Este postulado de fato é cheio de pontos vagos, mas sua essência é a que deve nortear os passos de toda axiomática da assistência e Previdência Sociais.

LO - Senhor Nogueira, onde ficava a casa de seus avós, em que lugar?

RN - Esta casa que ela alugou ficava na Rua Senador Furtado, que desemboca na Rua Mariz e Barros, na Tijuca e lá eu passei dos meus 8 anos até aos meus 16 anos, fase em que estudei o primeiro ano na escola primária Benedito Antonio ali para dentro da Rua Senador Furtado. E depois no Colégio Pedro II, às vezes ia a pé da Rua Senador Furtado ao Colégio Pedro II, externato da Rua Marechal Floriano, para poupar os 400 réis que ela me dava para pagar o bonde de ida e volta e economizando este dinheiro depois de um mês tinha o suficiente para comprar livros de matemática francesa. Porque a matemática é um caminho de fuga e uma criança sem muito amparo de pais embora com grande amparo da avó, mas sempre prejudicado, este amparo, pela falta de tempo, pelos seus muitos afazeres, esta criança busca uma fuga. E a matemática é um caminho de fuga, porque é muito confortante para o estudante ler um bom tratadista francês, aquele cuidado com que o francês trata da ciência o que eles chamam: *Le Gout pour le travail bien fait*. E eu ia traduzindo os livros do Conde Rousse* na época eram considerados bons compêndios de aritmética, geometria, trigonometria, álgebra, traduzia, vertia para o português o que também me deu desde aquela época um bom treinamento do uso da língua portuguesa, além de desenvolver o espírito matemático, o estudo da matemática, eu desenvolvia o hábito de redigir e como tive no Colégio Pedro II um grande mestre de português chamado José Oiticica.

MC - Famoso...

RN - Famoso.

* Transcrição aproximada do nome.

LO - Professor anarquista, não?

RN - Anarquista. Quando foi preso como comunista disse na prisão: “Eu sou mais que comunista, eu sou anarquista”. Eu assisti a isso. Era um professor exigente, quando um aluno merecia grau 100 ele dava 50, quando merecia 80 ele dava 40, isto porque para ser aprovado bastava que o aluno conseguisse a média 30 em quatro provas parciais, era estudando para as duas primeiras e tirando em cada uma a nota 60 que seria apenas medíocre; o aluno conseguia 120 pontos e a média 30, deixando de estudar para as outras duas últimas. Para evitar esta posição de descaso do aluno ele dividia a nota por 2. E isto me tornou, pelo medo de ser reprovado, um estudioso da língua, da gramática e aqui, hoje na minha empresa, a minha exigência tocante à precisão, à correção, à originalidade, a todas virtudes do estilo é tal, que os meus colaboradores às vezes se irritam comigo. Mas eu contratei uma professora de português que dá orientação aos técnicos e sem prejuízo da influência dela eu próprio vou sempre procurando chegar a um estilo conciso, original e elegante, porque já dizia este professor Oiticica, que mesmo não sendo um literato, alguém que realiza algum trabalho para o público precisa de uma comunicação que tenha efeitos positivos e o uso de uma linguagem correta era essencial, foi uma grande sorte para eu ter sido aluno desse professor José Oiticica.

MC - O senhor disse que começou a morar na Vila Isabel, na Senador Furtado a partir dos 8 anos, mas antes o senhor morava em Vila Isabel, o senhor morava...

RN - Eu morava em Vila Isabel, foi quando minha mãe morreu, depois meu pai morreu e minha avó teve esse recurso de alugar na Rua Senador Furtado uma casa que aparecia como a melhor para todos os vizinhos, mas era infelizmente uma casa de cômodos, esta foi a minha infância.

MC - E esse período até 8 anos de idade o senhor tem lembrança assim do senhor, quer dizer, o senhor criança, brincadeiras ou lembranças com seus pais?

RN - Minha mãe aos cinco anos, a única lembrança...

MC - O senhor tem lembrança...

RN - Algumas lembranças dela foi que ela me ensinou a ler, que o ç por ter uma cedilha funcionava diferentemente do ‘C’ comum. E foi professora, teve uma escola muito antes e me lembro do dia em que ela me levou até o Grupo Escolar, primeiro dia em que me separei dela, aquele impacto do menino que se vê afastado da mãe, mas eu já sabia ler e escrever quando a professora me perguntou se eu lia o cabeçalho eu mostrei muita segurança da forma infantil como falava na época. Quando morreu eu tinha 5 anos e fiquei durante muito tempo iludido pensando que ela retornaria um dia. Do meu pai me lembro que logo depois ele desenvolveu suas atividades em Santa Cruz, com o cinema que tinha e eu o via relativamente pouco porque ficava ainda morando em Vila Isabel, era uma avenida Costa Gomes, o nome, uma vila, uma casa de vila, ele foi para o sul levando a sua empresa de teatro e lá morreu de pneumonia, havendo o Vicente Celestino tratado de seu enterro. Foi quando recebi a notícia de sua morte ainda com 8 anos, daí para frente foi esse o trajeto que minha avó realizou na Rua Senador Furtado, até que quando eu tinha já 16 anos, meu irmão fez um concurso para o IAPI e antes minha irmã tinha feito um

concurso para a Câmara dos Deputados e para o IBGE e a família foi encontrando outros recursos que não fossem aqueles dos alugueiros dos inquilinos e fomos então morando numa casa humilde, também numa Vila na Conde de Bonfim, e assim fomos saindo daquela situação precária.

MC - A sua mãe morreu de quê?

RN - Morreu diabética.

MC - Diabética...

RN - E eu diria que ela morreu em consequência de sua boa fé, porque em vez de tratar-se com a medicina científica, acreditou em influências religiosas e espíritas e aí deixou-se de tratar convenientemente, poderia hoje ainda estar viva.

MC - Ela era muito religiosa?

RN - Foi convencida por um centro espírita a tratar-se de uma forma inadequada.

MC - Mas em geral assim, em casa havia assim uma religiosidade, a família, seu pai?

RN - Eu não me recordo, meu pai eu não cheguei nem a ter tempo de perguntar porque ele me chamou de Rio, minha mãe também morreu quando eu tinha cinco anos, a religiosidade era, penso eu, normal, não havia fanatismo, até que minha [mãe] enveredou por essa crença espírita que resultou na sua morte. Eu atribuo a morte de minha mãe a essa credibilidade religiosa, talvez isto seja a razão para meu ceticismo no campo religioso.

MC - E eu ia perguntar, o senhor assim, é uma coisa meio de revolta que o senhor tem, não? O senhor fala assim, parece uma coisa assim...

RN - Eu sei, é difícil saber se é por revolta, ou por educação, por formação científica, não? O próprio José Oiticica que teve muita influência, era ateu, Monteiro Lobato, era um homem que naqueles livros tão apreciados pelas crianças, desestimula uma crença cega, a crença infundada, a crença humana é produto ou da lógica ou da experiência empírica da repetição de experiências, todas realizadas em condições próximas que resultam sempre no mesmo acontecimento. Isto é um fenômeno psicológico geral; se alguém observa a mesma experiência realizada em condições que variem num domínio restrito encontrando sempre o mesmo resultado, adquire a fé de que no futuro, toda vez que aquela experiência venha a se repetir aquele resultado seguirá como um efeito. Forma-se a noção de lei natural, a lei do relacionamento de causa e efeito através do sentimento de certeza. A probabilidade seria um passo adiante quando a pessoa não tem certeza, mas tem às vezes uma alta possibilidade. A lógica seria o conjunto de relações de certeza entre acontecimentos, a teoria da probabilidade seria a lógica indutiva, é o conjunto de relações, de probabilidade entre os acontecimentos.

MC - A sua avó tinha algum tipo assim de religiosidade?

RN - Não, ela tinha este tipo de fé não muito bem caracterizada, uma fé, uma força do próprio destino, ela própria acreditava muito nela mesmo, era daquele otimismo que não se rende a qualquer infortúnio.

MC - A sua avó tinha que origem?

RN - Portuguesa, mãe da minha mãe.

MC - E seu avô?

RN - Avô marido da minha avó, português, músico.

MC - Músico...

RN - Homem de origem fidalga em Portugal, um homem fino, educado, gostava muito de mim, desse eu me lembro, que ele morreu depois. Gostava de tamborilar na mesa para eu adivinhar que música estava tocando; ou era a *Marselhesa* ou era o *Hino Nacional*, de modo que se eu errasse na primeira não ia errar na segunda.

MC - É porque o senhor fala sempre da presença de sua avó e seu avô em toda essa luta, como é que é?

RN - Ele foi já mais um peso para minha avó, já estava adoentado, sem trabalho, de modo que pensava em vez de ajudar, minha avó, foi... E não gosto muito de falar da minha avó porque me comove. De modo que eu proponho que a gente mude de assunto.

LO - Senhor Rio, o senhor nos mostrou que a Escola Pedro II sem dúvida parece que teve uma grande influência...

RN - O Colégio Pedro II na época e eu acredito que até agora seja assim, tinha vantagem de receber gente de várias origens, gente com dinheiro e gente muito pobre, e gente muito humilde.

Fita 1 - Lado B

RN - Uma visão da vida bem voltada para a realidade social do País, a pessoa se educa num ambiente que é uma mostra representativa da sociedade brasileira; tive professores péssimos, um dos piores foi aquele Júlio César de Mello Souza, o Malba Tahan, que de matemática não entendia nada. Era um tremendo impostor, chegava à aula não dava matéria, ficava contando histórias da carochinha, histórias orientais, se divertia com os alunos, péssimo professor. E todos gostavam muito dele porque ninguém estava muito preocupado com a matemática e sim em levar uma vida agradável, os alunos. Eu não, eu não gostava porque eu queria ver a matemática, esse foi o pior professor que eu vi, que eu conheci na vida. Havia também professores de mau caráter, pervertidos sexuais, havia tudo no Colégio Pedro II, havia homens de grande valor, o maior de todos eles foi o José Oiticica, em matemática poucos professores de valor, havia o velho Almeida Lisboa que sabia matemática, sabia realmente, foi educado na França, escreveu um livro de álgebra alentado, mas ele se irritava com os demais que não tinham uma preocupação cultural,

havia um outro de algum valor. Mas o Colégio Pedro II para o pessoal de matemática era bem fraco, português não, tinha o Antenor Nascentes, tinha o José Oiticica e havia outros. História Natural havia o professor Marrecas, bom não adianta agora ficar falando de todos os professores do Colégio Pedro... Ficamos com estes.

MC - E são os que mais marcaram o senhor?

RN - O que mais marcou muito positivamente, mas durante toda minha vida eu fui beneficiado pelo bom cultivo da língua portuguesa e eu fiz concurso de catedrático. Os professores examinavam a minha redação, quando eu fiz concurso de meteorologista uma das minhas provas foi tomada por um professor, para servir depois de documento de instrução para os meteorologistas que já trabalhavam no serviço de meteorologia, no método para seguir um balão sonsa e avaliar a velocidade do vento nas diversas alturas. Então eu tive sempre o mesmo aqui na empresa; a comunicação que eu desenvolvi para vender essa ideia absolutamente nova de uma Previdência complementar no País, conscientizando as cúpulas empresariais, fazendo com que o empresário pense nos seus empregados para lhes dar uma complementação da aposentadoria e da pensão por morte, mantendo o padrão de vida dos grupos familiares; para chegar ao empresário e levá-lo a aderir um sistema que representa ônus para a empresa foi preciso uma comunicação escrita com todos aqueles poderes que o velho José Oiticica pregava. Eu atribuo as entrevistas que dei à imprensa, são tantas, não sei se vocês têm essas entrevistas, vocês têm?

MC - Não.

RN - Dei tantas entrevistas à imprensa. E tudo isso acabou por contribuir, não digo que foi a causa única, nem mesmo a mais importante, mas contribuiu sinceramente, contribuiu fortemente para o desenvolvimento da Previdência complementar, Previdência privada, dirigida pelas empresas.

LO - Senhor Rio, parece que o amor pela matemática nasce também no Pedro II, apesar dos maus professores.

RN - Não, justamente os maus professores me instigaram a estudar nos livros franceses, porque informado com as aulas em que eu sentia apenas um pretexto para que o professor passasse seu tempo, eu me refiro especialmente a esse professor Julio César de Mello e Souza, vulgo Malba Tahan, que iludia os alunos com gracinhas e eu precisando de estudar matemática séria, busquei os livros franceses. Eu me tornei um autodidata durante o Colégio Pedro II, eu fui um autodidata, aí fiz o exame vestibular para a faculdade de Filosofia, curso de matemática pura, então sim tive os melhores professores de matemática que o Brasil já possuiu nos últimos 20 ou 30 anos. Havia o professor Hélio Gama, havia o professor Henrique de Almeida Fialho e os professores italianos que o Ministro Capanema importou antes da guerra para lecionar na Faculdade Nacional de Filosofia, esse curso para mim foi fundamental para minha entrada dentro da matemática.

MC - Antes de começar a falar deste período eu gostaria de voltar um pouco atrás. Nós falamos um pouco do Pedro II e o período do Grupo Escolar, como é que...

RN - Ainda no primário?

MC - É no primário, como é que foi este período para o senhor em termos de formação?

RN - Primeiro pobre, tendo que aceitar os favores da caixa escolar... Sabe o que é a caixa escolar? Era uma caixa que ajudava os alunos pobres com roupas, estudando de acordo com a tradição dos meus irmãos que estudavam, procurando corresponder ao esforço da nossa avó... E preparando para o exame de admissão para o Colégio Pedro II pelos meus dois irmãos que me ensinavam e foi assim que eu entrei no Colégio Pedro II.

MC - Qual a diferença de idade entre o senhor e o seu ...

RN - Meu irmão tem mais cinco anos, aliás ontem ele fez anos e minha irmã tem mais sete anos.

MC - E esse período do grupo escolar o senhor tem lembranças de professores e professoras em geral?

RN - Professoras honestas, dedicadas, realmente foram professoras excelentes, naturalmente o ensino naquela época tinha uma boa parte de apelo à memória e na parte de aritmética, não havia ainda uma introdução da metodologia baseada na teoria dos conjuntos, isso é muito importante. A operação de multiplicar não é muito, não era muito, acredito que até hoje não seja muito bem comunicada ao aluno. Até hoje a gente vê pessoas quando estudam análise combinatória perguntar por que eu tenho de multiplicar, por que eu não devo somar, prova de que na infância não entenderam o que é multiplicar. A operação de multiplicação, um número inteiro por outro número inteiro, não deveria ser comunicada à criança como uma reiteração da operação de soma, multiplicar 3 por 5 não é, não deveria ser conceituado isto como somar 3 mais 3 mais 3 mais 3 mais 3, não. Deveria ser introduzida a operação de multiplicação de outra forma usando uma operação de composição de conjuntos, multiplicação cartesiana de dois conjuntos, é isto que é a multiplicação e como não é feito assim no primário leva-se a vida inteira sem saber quando se deve multiplicar ou somar às vezes.

MC - E o senhor acredita que desde desse início, que o senhor teve aritmética na escola já era dado dessa maneira errada, não?

RN - No momento em que eu não entendia. De fato, não poderia entender porque não era bem ensinado, criando-se a dúvida de qual é a reação de uma pessoa que é levada a lutar e procurar sobrepujar a dúvida. Isto é bom porque no ato de sobrepujar a dúvida a pessoa cresce, a pessoa se fortalece, domina a dúvida e aquilo que ela aprende depois desse esforço se implanta definitivamente na sua cultura. Eu não esqueço das coisas que eu aprendi com esforço para sobrepujar a dúvida. Eu não esqueço de duas séries de coisas, aquelas que me obrigaram a refletir muito e aquelas que me impressionaram pela beleza. A estética sendo usada como instrumento didático de um valor imenso, porque mantém o conhecimento sempre presente na mente de quem aprende desta forma, aprende com arte, ciência e arte devem estar reunidas, para que o próprio conhecimento científico não se perca no tempo, por exemplo, se você me pedir hoje que eu desenvolva toda a trigonometria sem estudar isto, sem lecionar mais há muito tempo, parto dos princípios e

vou até o final e se você me pedir para desenvolver a teoria da integração das funções racionais em X e no radical quadrático eu me lembro de toda teoria que li no... *Comissaire et Caiaque*, são dois autores franceses, professores de liceu na França, mas os métodos usados por eles foram tão belos que eu não sou mais capaz de esquecer, enquanto que qualquer método americano forçado pela pressa de ensinar é algo que a gente aprende hoje e esquece daqui três dias, transformações que não tem nenhuma razão de existir; que se aceita como dando um bom resultado no momento, mas que depois jamais você dela vai recordar-se, não tem, não vem revestida de beleza, então duas coisas que a gente não esquece; aquela que necessita de grande esforço e as coisas que vem revestidas de beleza, é impressionante isto.

MC - Doutor Rio Nogueira, essa tradição que o senhor tem familiar, que é uma tradição que seu pai sendo empresário, o seu avô sendo músico, isto não influenciou o senhor na...

RN - Eu toco de ouvido naquele aparelho ali que você vê, eu sou capaz de solfejar um dó maior, qualquer música que eu saiba cantar e quando eu fico cansado eu vou para aquele aparelhinho ali e toco piano.

MC - Tudo de ouvido?

RN - Não, eu aprendi piano com a irmã da minha mãe, aprendi pouco, mas depois comecei a gostar de música erudita e tomei o hábito de solfejar um dó maior, então como eu sei tocar em dó maior, se eu canto uma música eu sou capaz de executar no piano.

MC - E onde é que entra a matemática, o que levou este gosto pela matemática, eu acho que é até uma paixão, não?

RN - É, primeiro eu falei da fuga.

MC - É eu queria entender um pouco mais esta coisa da fuga.

RN - Porque no momento em que você senta numa mesa, lendo um livro francês, eu falo livro francês porque a língua francesa é muito econômica para o trato das questões científicas, eles usam o gerúndio de uma forma suave, em português você não pode usar o gerúndio a não ser em formas progressivas, terá que usar a oração subordinada desenvolvida, você não pode dizer – Eu dei a ele um copo contendo água – se diz: um copo que continha água, não é? Mas a língua francesa é extremamente adaptável, se sente bem lendo um bom tratadista francês, então era como se estivesse conversando com alguém que aparecia como dono da certeza, da verdade, que a matemática é a lógica, e a lógica é o conjunto de relações de certeza entre os acontecimentos, o que é a lógica? Uma série de relações de certeza. Eu tenho certeza de que todo homem é mortal, eu tenho certeza que Sófocles é homem, eu então tenho que ter a certeza que Sófocles é mortal, é uma transposição de duas certezas sobre as premissas para certeza sobre a tese. E quando a gente está incerto na vida no que vai ser sua vida, ir contra um tratadista abordando esses assuntos com aquele grau de segurança, você se sente confortado, se sente maior participando daquela certeza, se sente mais forte, começa a gostar, é um bem estar mental que vale muito e aí eles passam a ser seus amigos, amigos que não importunam a pessoa porque não falam, só falam quando você quer que eles falam, quando você os lê, então é

uma beleza você fazer um trabalho de autodidatismo em cima dos bons trabalhos franceses. Foi o que eu fiz e os professores ficaram apenas como pessoas que eu testava, tanto que quando eu fui ao complementar de engenharia, acabando o ginásio, o professor esse Almeida Lisboa, Almeida Lisboa, professor Almeida Lisboa, não confundir com professor Haroldo Lisboa da Cunha que este é absolutamente nulo. O professor Almeida Lisboa chegou à classe e quis escolher um aluno para ele mostrar que a turma era absolutamente ignorante em matemática e teve a desgraça de me escolher e eu não era ignorante em matemática, então para ele foi um fracasso, porque quando ele me perguntou o primeiro caso de igualdade de triângulos eu recitei. Recitei com a presença de alguém que dava aula do assunto, ele perguntou pelo segundo eu recitei, ele se decepcionou e no terceiro quando ele pediu que eu demonstrasse para ver se eu me rendia, eu disse “Vou à tela demonstrar”. E fui lá, dei a demonstração, o homem não teve condição de provar pelo exemplo que ele tomou, que a turma não entendia nada. Porque o interesse dele era provar que a turma não sabia nada para ter uma desculpa para não dar aula e que saiu frustrado. Então eu fui para o complementar de engenharia armado com conhecimentos de toda geometria francesa, tinha lido tudo, resolvido todos os problemas, já estava já com o conhecimento da matemática num nível elementar, ainda não do nível de matemáticas especiais, está eu vim a ter na faculdade de filosofia.

LO - O senhor aprendeu a ler aos cinco anos, ler a matemática em francês, chega no final ginásio, é um aluno que se destaca; o senhor era primeiro aluno?

RN - Sempre fui o primeiro aluno no Colégio Pedro II, não por vaidade não, pelo medo de ser reprovado, eu fui premiado no Pedro II, primeiro aluno sempre, mas porque não tinha, tinha medo de ser reprovado e aí desgostei a minha avó e meus irmãos. Primeiro aluno sempre, primeiro aluno do vestibular, de Faculdade de Filosofia, primeiro aluno em todo curso, nunca tirei um 7, era 10 e 8, distinção em geometria, tenho tudo isso aí.

MC - O senhor coloca no seu currículo seguinte: destaca essa situação de que o senhor sempre foi primeiro aluno.

RN - Eu não destaquei isso não, foi?

MC - Está escrito que em geral o senhor não discriminou...

RN - Eu creio que nesse currículo que você tem, não menciono que eu fui primeiro aluno não.

MC - Coloca que sempre se deu, sempre se colocou bem nos concursos.

RN - Bom, concursos depois também, porque concurso de meteorologista eu fui primeiro colocado claro, era uma vaga só, diziam, tinha que partir para primeiro e depois todos os concursos de catedrático, só tinha uma vaga.

MC - O senhor acha que quando o senhor fala que a matemática é uma fuga não é um axioma do doutor Rio Nogueira não?

RN - Não sei, acho que não, eu acho, eu já ouvi alguém mencionar o fato de que as pessoas se dedicam à ciência abstrata, à matemática pura, grande parte, quer dizer, não é uma relação de certeza, é um caso típico da relação estocástica, relação casuística. Dado que alguém precisa de alguma fuga, há uma alta probabilidade de buscar matemática, não existe certeza, um evento influenciou o outro aumentando-lhe a probabilidade, não lhe dando a certeza, a visão probabilística, não sei se vocês estão percebendo. Você sabe, por exemplo, que alguém se jogou do quinto andar, sem paraquedas, quinto andar do prédio sem haver embaixo nenhuma proteção, primeiro evento. Segundo evento, essa pessoa morreu, você pode dizer isto com certeza prática, não pode? Por que, hein?

MC - Alguma...

RN - Certeza prática, você daria uma probabilidade de 1% que a pessoa se salvasse, você não daria? Você daria uma probabilidade, porque toda vez que alguém se jogou do quinto andar, se você acha que quinto é pouco vamos botar vigésimo quinto para dar o exemplo. Toda vez que alguém se jogou do vigésimo quinto andar sem paraquedas e caiu no solo morreu, então é a tal certeza prática assegurada empiricamente pela repetição da mesma experiência. Agora se eu declaro todo o número par é múltiplo de dois, todo inteiro par é múltiplo de dois, você está afirmando algo sobre o qual você tem certeza lógica, a certeza prática e a certeza lógica, a prática decorre da experiência repetida que infunde no homem comum a crença que vai ao nível de uma certeza quase total e a lógica é inerente ao espírito humano. Há pessoas que refletem sem lógica, mas são condenadas, são adjetivadas como inconsistentes do ponto de vista lógico. Mas voltando, qual foi a pergunta mesmo?

MC - Ao axioma, porque o senhor fala que a matemática é uma fuga e o que o senhor está fugindo...

RN - Eu fugia da incerteza, da insegurança em que eu vivia oprimido por uma infância pobre, humilhada. Vivendo numa casa grande que na verdade não era o que parecia e sim uma casa de cômodos sendo frequentemente humilhado pelos colegas que viviam em casas menores, mas nas suas casas próprias na Rua Senador Furtado. A pobreza foi dura. Então a fuga me levou provavelmente à busca de algo que me desse certeza e segurança e a matemática infunde isso e meus alunos sentem isso porque eles gostam das aulas de matemática, pela impressão de segurança que a matemática infunde. O professor de matemática é quase que um dono do mundo, da verdade, muito assim e me deu também a vontade de ter espaço físico.

MC - O senhor desenha?

RN - Se eu desenho?

MC - O senhor gostaria de desenhar?

RN - Não.

MC - E na infância?

RN - Não no desenho eu sou um fracasso total.

LO - O senhor ficou em que período na escola Pedro II, no externato do Pedro II?

RN - Bom, eu sei que eu saí do colégio Pedro II em [19]40, então em [19]40 eu fiz o sétimo ano, quer dizer segundo ano complementar.

LO - O senhor tirou o título de Bacharel em Ciências e Letras?

RN - Era Bacharel em Ciências e Letras, quem complementou, quem tirava o complementar da engenharia na época, eu não cheguei a possuir esse papel, não me recordo mais se nessa ocasião que eu acabei, se o título era concedido ou não, mas minha irmã que foi até o sexto ano tirou, tem este diploma de Bacharel em Ciências e Letras.

MC - Só mais uma perguntinha antes da gente ir mais adiante. Mais o lado assim, moleque, não existia, o moleque de rua que brincava, que aprontava?

RN - Bom, o moleque de rua, porque minha avó não tinha tempo de me prender em casa, eu ia para a rua, era bom em bola de gude, pulava carniça. Tinha mania de liderar, essa péssima mania, realmente tinha, era o chefe da turma, sempre de proibir os meninos de dizer palavrão, tinha esse hábito, porque lá em casa se dizia que dizer palavrão não era conveniente, eu era de boa educação e eu não queria que os outros dissessem.

MC - E quando diziam, como é que o senhor fazia?

RN - Eu me empenhava em lutas homéricas, em brigas de todos os tipos, era prepotente, na época, eu era prepotente.

MC - E no futebol o senhor também...

RN - No futebol eu sempre fui fraco, porque eu vejo as coisas devagar e antes de descobrir para quem passar a bola já tinham me tirado a bola do pé. Mais tarde, lá na PUC, jogando do lado de professores, com o padre Viveiros e outros me celebrei por dois belíssimos gols, ambos contra. Cabeceei no ângulo e o padre que estava no gol não alcançou a bola do meu lado e recebi algumas invectivas do padre Viveiros de Castro que jogava bem. Mas futebol, agora sempre fui, gostava de esportes, mas nunca pratiquei nenhum muito, já adulto pratiquei jiu-jitsu muitos anos na academia Grace, era considerado um veterano lá, não davam, na Rio Branco pratiquei muito tempo jiu-jitsu.

MC - É, o senhor tem um porte assim atlético.

RN - E tive ocasião de aplicar o jiu-jitsu em rua, defendendo pessoas agredidas no tempo em que o medo de um revólver não existia assim. Um dia me empenhei numa luta com cinco homens que haviam matado um gato de uma velhinha só porque meu filho que era pequeno disse que aquilo era uma covardia, eu queria que meu filho não visse no pai uma pessoa indiferente ao sofrimento da velhinha. E aí interpelei um deles e ele reagiu e eu usei o jiu-jitsu. Pratiquei o jiu-jitsu como não se dava na academia.

MC - Coitado do homem...

RN - Não, eu iria ser massacrado com todo o jiu-jitsu, mas os primeiros lances foram meus e depois desceram as pessoas dos ônibus, amarrou a Conde de Bonfim...

MC - Oh, deixa disso... A pessoa do deixa-disso, ajudou...

RN - Até hoje faço esportes.

MC - E o senhor tem parece...

RN - Eu faço vôlei de praia com dois de cada lado.

MC - Dois de cada lado...

RN - Vôlei, a dupla, faço isso e não sou muito ruim não, coloco bem e tenho boa disposição. E a melhor forma de você descarregar sua agressividade é dar aquele saque na bola.

MC - É, aquele saque é uma maravilha, e quer dizer que na rua o senhor saía muito em briga, que o senhor ia querer liderar e...

RN - Não, quando era garoto.

MC - Quando era garoto no D. Pedro II pintava também muitas brigas e tal...

RN - No Pedro II até que não houve muitas brigas não, ali era mais... O pessoal respeitava muito primeiro aluno sim.

Fita 2 – Lado A

RN - Eu era o primeiro aluno como eu disse a vocês, por medo, não por vaidade, por medo de um fracasso, imagina o professor José Oiticica dando apenas nota 50... Para ser aprovado por média teria que tirar 50, 50 e 20; ou seja 100, 100 e 40, para tirar dois graus 100 era preciso ser muito bom e era o que acontecia. Eu passava por média, aí tendo estudado muito nas duas primeiras provas o aluno adquire o gosto, porque você gosta daquilo que você conhece. O professor Cristóvão Colombo dos Santos dizia isto: “Saber e sabor são palavras que devem ter a mesma origem latina, saborear só é possível quando a pessoa tem o saber”. Então você gosta daquilo que você conhece, tendo estudado para as duas primeiras provas e tirado grau 100, dividido por dois você tomava gosto e aí tirava mesmo grau 100 em todas as provas.

MC - O senhor nasceu em 1922, e nós temos alguns eventos históricos neste período que o senhor é aluno no Grupo Escolar do Pedro II, o senhor se lembra de alguma situação, como por exemplo, a Revolução de [19]30, alguma coisa que o senhor se lembre? O senhor tinha 8 anos?

RN - Eu me lembro, foi justamente quando eu estava mudando da Vila Isabel para a Senador Furtado e o que me lembro é de ver passar aqueles automóveis, os revolucionários que usavam um lenço vermelho no pescoço e diziam: “Viva a Revolução”; o que para mim não tinha nenhum sentido com 8 anos de idade. Nenhum sentido expressivo. Que revolução? Revolução para mim, sei que antes era o governo Washington Luiz e que ele foi deposto pelo Getúlio. E com relação ao Getúlio, todos vocês conhecem as coisas mais importantes, era um ditador brincalhão. Era um homem de pilhéria, eu me lembro até quando se perguntou a ele qual era o partido dos que tem por partido tirar partido de não ter partido”. Vocês ouviram falar isso?

MC - Essa frase foi quando, no segundo governo ou foi no primeiro governo?

RN - Eu não me lembro, eu sei lá de quando, não sei nem se ele disse.

MC - Sim...

RN - Ele era um brincalhão, agora, era um homem que prestigiou algumas coisas boas, uma delas foi o concurso para provimento dos cargos públicos, na época que eu precisava de um emprego encontrei este caminho, um concurso para meteorologista do Ministério da Agricultura.

LO - Seu irmão já tinha feito concurso antes?

RN - Meu irmão não, meu irmão fez um concurso para o IAPI, mas...

MC - O de [19]38...?

RN - É. Eu em [19]42 tendo já o curso da Faculdade de Filosofia, curso de Matemática, quer dizer, estava completando, estava no terceiro ano, pretendia um cargo que usasse a matemática: Meteorologia, estudos dos fenômenos da atmosfera, física, matemática, estatística, todos estes fenômenos, temperatura, pressão... São fenômenos sujeitos a variações casuísticas, há o acaso toda vez que as causas se complicam, de forma que nós não possamos ter certeza dos resultados, temos apenas probabilidades. E existe ainda a temperatura, uma causa sistemática que é no caso da variação de temperatura, o movimento do sol, o movimento diurno da terra que leva uma onda, o crescimento de temperatura até um pouco depois do meio dia e o mínimo pouco depois da meia-noite, durante a madrugada. Essa onda é expressa por uma série trigonométrica de senos e cossenos, todo o fenômeno que ondula é interpretado matematicamente por uma série trigonométrica, matemática, estatística. Então era um campo muito bom para mim, então fiz o concurso, consegui o primeiro lugar em 1942.

MC - O senhor está colocando que ele fez coisas boas, o Getúlio, não é? Que uma das coisas foi o concurso público?

RN - Era o Murilo Braga o diretor do DASP, mais tarde, três anos depois eu trabalhava muito nesse serviço de meteorologia, meus colegas diziam: “Trabalho é meio de vida não é meio de morte, vamos tomar café”. Mas eu preferia trabalhar, descobri logo uma série de fatos importantes na meteorologia, mas vi que não teria progresso econômico, nunca

seria promovido, não haveria vagas, então disse ao chefe: “Tenho que sair daqui, vou fazer o concurso de atuário para o Ministério do Trabalho”. E foi quando me tornei atuário em 1945 por concurso. Mas novamente o Getúlio, ainda era o Getúlio, o Murilo Braga. Depois no governo do Dutra a coisa perdeu um pouco essa expressão de honestidade, o DASP deixou... Eu me lembro que houve um caso de o Luiz Simões Lopes querer que o Getúlio, querer que o Oswaldo Aranha fizesse concurso no Itamaraty pelo DASP e o Oswaldo Aranha queria despachar: “Luizinho, vá a tal lugar assim, assim”. Usando uma expressão chula e o Luizinho, Luiz Simões Lopes teria ido levar isto ao Presidente Getúlio Vargas como uma espécie de recriminação e o Getúlio deu aquela famosa gargalhada e respondeu: “Ora, Luizinho você não precisa cumprir o despacho”. Foi a reação do Getúlio que mostra que ele era um brincalhão, mas quando ele retornou foi justamente quando eu fiz o concurso, foi quando eu voltava com ele, o Ministro Dalton Coelho e me mandou nomear diretor do IAPTEC, em função de um concurso que eu fiz para catedrático. Então eu sempre tive muita sorte nos governos de Getúlio, sem que isto represente qualquer justificativa de tudo que ele permitiu no governo dele, inclusive torturas, como aquele Filinto Müller que torturou professores, eu me lembro de um na Católica que dizia: “Ele próprio quebrou meu braço na prisão”.

MC - O senhor se lembra o nome dele?

RN - Esse professor, eu não me lembro o nome dele, mas o problema é que ele contava isso na turma dele na PUC e a filha do Filinto Müller era aluna dele e ouviu. Essas coisas a gente não entende o País, como é que um homem como o Filinto Muller foi depois eleito Senador e parece que existe praça ou rua com o nome dele.

MC - De Senador foi Presidente da Aliança Nacional Libertadora, da Aliança Renovadora Nacional – ARENA e é interessante o Doutor Moacyr Velloso... Porque o Filinto Muller foi diretor do Conselho Nacional do Trabalho no período de [19]42 a [19]45... uma coisa assim e o Doutor Moacyr Velloso diz que no trato das questões técnicas e trabalhistas da época, em que ele foi diretor do Conselho Nacional do Trabalho, ele teve as melhores referências naquele período, que o Doutor Moacyr tem as melhores referências do Doutor Filinto Müller naquele período.

RN - Pois é, eu não tive não.

MC - O senhor não teve...

RN - Este professor que era um homem brando se queixou e esse fato foi contado, creio eu, por um livro, sobre um livro, um desses Amados, não é? Luiz Carlos Prestes contou alguma coisa neste sentido, tenho impressão não tenho certeza. Bom, mas esta parte política vocês não vão...

MC - É. Não eu gostaria de ainda voltar um pouco essa parte de política sim. Teve a Revolução de [19]30 e o senhor se lembra de alguma coisa relacionada ao movimento que houve em [19]35 ou de [19]32 também, que de [19]32 foi lá em São Paulo, mas o senhor se lembra...

RN - É houve a tentativa de São Paulo.

MC - É de Revolução Constitucionalista.

RN - Havia um General Klinger não me lembro bem...

MC - Bertoldo Klinger.

RN - E um Waldomiro qualquer coisa, vamos chamar Waldomiro, esse era do lado de cá, havia uma espécie de torcida, lá em casa ninguém torcia, não havia tempo para política.

MC - Não havia nenhuma discussão em casa, sua avó colocando alguma questão?

RN - Não, não... Uma das pessoas que morava lá conosco, umas das que moravam conosco torcia por São Paulo, esnobação, mas nem sei se ela entendia alguma coisa de política, mas houve grande efeitos sobre a vida da família não.

MC - A lembrança que o senhor tem é essa de pessoas torcendo?

RN - É. Mas não tínhamos tempo para qualquer atividade ou preocupação mesmo de caráter político, a vida era muito dura, tínhamos que ganhar o pão nosso de cada dia.

MC - E [19]35 quando houve aquela tentativa de...

RN - Também... [19]35 foi a que ocorreu em [19]35?

MC - Foi a tentativa de revolução dos comunistas.

RN - Comunistas também, não houve nenhuma repercussão na minha família não.

MC - O senhor se lembra alguma coisa?

RN - Não lembro.

MC - Porque o senhor fala assim, quer dizer, uma vez o José Oiticica foi preso, foi nesse período mais ou menos?

RN - Bem isso, ele foi preso quando eu estava no quarto ano do colégio, quarto vamos fazer aqui...

MC - O senhor entrou em que ano no Pedro II?

RN - Isso é mais difícil, eu me lembrar de quando entrei, mas acho que foi em [19]32.

MC - [19]32.

RN - [19]32 não, vamos ver... [19]42 eu estava acabando o sétimo, [19]42 não [19]40, [19]39 no sexto, [19]38 no quinto... Eu tenho impressão que foi [19]37.

MC - Então bate.

RN - Bate.

LO - Estado Novo...

MC - Estado Novo, quer dizer, ou alguma coisa ligada à Revolta de [19]35 ou alguma coisa sobre o Estado Novo? A escala não acompanhava esta movimentação política, os alunos...

RN - Havia alguns, havia um que era integralista ou dois e aí os professores, alguns tomavam conhecimento dos fatos porque eles se manifestavam e discutiam. E eu me lembro que um deles desacatou o Oiticica, quando o Oiticica tinha o hábito de chamar o aluno à pedra e dizia uma frase e o aluno escrevia e pelo modo como o aluno escrevia o Oiticica fazia as correções. Por exemplo, se começava com a conjunção “se”, e o aluno escrevia com “i” então o Oiticica, para vocês verem como ele era excêntrico: “Eu já lhe disse que a conjunção “se” se escreve com “e”, a conjunção “se” se escreve com “e”, dança Guilherme”, Guilherme era o integralista, e o Guilherme começou a dançar e dizendo também: “A conjunção “se” se escreve com “e”. E o Oiticica tamborilando, marcando compasso no último perfeito e o Guilherme: “A conjunção “se” se escreve com “e”. E a turma toda acompanhando: “A conjunção “se” se escreve com “e”. E aí ele batendo. Eu garanto que nenhum dos presentes hoje escreve a conjunção “se” com “i”, é um tipo de ensino condenável hoje, condenado, condenável não, porque valeu. Era a brincadeira que impressionava os alunos, vê se eu me esqueço deste fato, não era propriamente uma arte séria, era uma arte cômica junto com o ensinamento.

MC - O senhor dando o exemplo eu fico imaginando a situação...

RN - Divertidíssimo, eu me lembro quando uma menina falava demais e ele já tinha pedido a ela que ficasse quieta, até que ele gritou: “Balbinda, analfabeta, ignorante, faladeira... feia”. E ao dizer feia ele que estava apoplético recuperou a normalidade virou-se para a turma: “Encontrei o vocábulo”. Quer dizer, com a palavra feia ele tinha atingido, com as outras adjetivações não conseguiu nada.

MC - Eu imagino que para um integralista ter que ficar dançando em frente da turma não devia de ser muito agradável, não é?

RN - Mas ele dançou debochado, aceitou o deboche.

MC - Aceitou a brincadeira?

RN - Aceitou. O Oiticica ele batia nos alunos.

MC - Batia nos alunos?

RN - Batia de brincadeira... Não era batendo. Eu sei as regras de colocação de pronomes nos ritmos dos tapas que ele andou batendo...

MC - Então era tapa mesmo. Tapa na cara?

RN - Não, na cara não, nas costas, no pescoço. “Eu já lhe disse que não se põe pronomes átonos” – dava a primeira pancada – “a verbos flexionados em orações subordinadas desenvolvidas”. Então a gente que estudava análise lógica sabe o que é uma oração subordinada desenvolvida, que é um verbo flexionado; hoje eu não posponho um pronome, pode acontecer... Nem falando. Eu não posponho pronome átono a verbos flexionados em orações subordinadas desenvolvidas, não posponho a verbos regidos diretamente por advérbios. Eu sei as regras de colocação de pronomes ao compasso dos tapas. E ele tem um conto *Menino sem pancada não aprende*, é um conto famoso, ele, Oiticica que escreveu, no livro dele *Manual do Estilo*. Mas era pancada de brincadeira, às meninas ele puxava as orelhas, não chegava a bater nas meninas, puxava as orelhas, era estranho mas era um grande professor.

MC - E ele já era um senhor quando foi seu professor?

RN - Não, ele tinha uns quarenta e tantos, quarenta e poucos. Ele era forte, era atlético, nadava.

MC - E ele comentava alguma coisa de política em sala?

RN - Muito, muito vagamente, dizia assim: “O mundo se divide em Cavalcantes e cavalgados”. Era, mas não entrava, ficava no estudo, cumpria suas obrigações como professor de português, o integralista que o provocava.

MC - Como é que ele provocava?

RN - Às vezes dizia: “Eu não quero ir ao quadro para comunistas”. Dizia e o Oiticica era brabo, mandava para sala 5, que era a sala do chefe de disciplina. Isso eu me lembro bem.

MC - E o senhor pegou ainda o período do Estado Novo dentro do [Colégio] Pedro II, não?

RN - É.

MC - É, [19]37 começou o Estado Novo.

RN - [19]37foi até [19]45?

MC - Foi até [19]45, então o senhor pega este período não?

RN - Peguei, não só, peguei toda a guerra, não no [Colégio] Pedro II foi de [19]37 a [19]40. Depois eu fiz faculdade de filosofia de [19]40 a [19]42, acumulei o primeiro ano de Faculdade de Filosofia com o último ano de Colégio Pedro II, que eu fiz à noite para compatibilizar os horários.

MC - E neste período do Estado Novo o senhor sente assim uma coisa mais nacionalista?

RN - Eu sinto o seguinte: o Estado Novo era uma situação de terror, de ninguém poder abrir a boca para falar sobre política, sob pena de ser preso e torturado.

MC - O senhor sentia isso na época?

RN - Sentia... Não só sentia como me acostumei a isso, de maneira já no serviço de meteorologia, depois de ter sido aprovado em concurso; no dia em que eu cheguei para o trabalho, cheguei alarmado porque os jornais tinham estampado em letras garrafais os maiores desaforos ao governo e eu disse: “O mundo vai acabar”. Foi o dia da anistia, o dia em que Getúlio foi deposto.

MC - Mas aí já era Ministério do Trabalho ou era Meteorologia, o senhor trabalhava na Meteorologia ainda?

LO - Quando o senhor entrou para o Ministério do Trabalho...

RN - Não, não, foi quando acabou, eu estava no serviço de meteorologia quando encontrei um ambiente de alegria, porque tinha acabado, [19]45 eu ainda estava no serviço de meteorologia, eu tinha acabado de fazer o concurso para atuário.

MC - Para o Ministério, sim, está, desculpe...

RN - Então de [19]42 a [19]45 eu trabalhei no serviço... Foi no dia da...

MC - Um dia lá, o senhor chegou...

RN - Então eu fiquei admirado, que é o que está acontecendo e o mundo todo numa alegria imensa porque tinha acabado a ditadura, o Getúlio tinha sido depois, pelo general...

LO - Góes Monteiro e...

RN - Não, Góes Monteiro e o outro...

MC - Dutra?

RN - Não, Dutra não, foi aquele do marmiteiro, aquele que foi candidato, Brigadeiro Eduardo Gomes.

MC - É bonito e é solteiro, Eduardo Gomes, é bonito e é solteiro.

RN - É isso.

MC - O Brigadeiro é bonito e é solteiro.

RN - Era o *slogan* das mulheres. As mulheres diziam isto.

MC - É, realmente eu acho que ele não correspondeu muito... Parece que ele não era muito chegado às mulheres mesmo não...

RN - Não?

MC - Parece, tem umas histórias assim...

RN - Não, isso não sei... Na época não constava isso não.

LO - Na sua passagem pela escola, pela universidade, pela faculdade de filosofia, ela é marcada por algum tipo de participação política, organização estudantil?

RN - Por isso, era uma época em que a gente...

LO - Teve a campanha do “Petróleo é nosso”, teve...

MC - Não, isso é de [19]54.

LO - Oh, desculpe...

RN - Olhe, a minha turma, a entrada do Brasil na Guerra eu já estava... Quando é que o Brasil entrou na guerra?

MC - Foi em [19]42.

RN - [19]42 eu já estava formado.

MC - O senhor já estava formado.

RN - Eu fiz em [19]40, [19]41, [19]42 foi no final do ano, eu estava já formado.

MC - Mas eu queria voltar a essa época do [Colégio] Pedro II, parece que o senhor disse que era a época do terror, e como é que o senhor sentia isso no Pedro II? Havia mais essa coisa do nacionalismo, formação, cantar o hino, a coisa era... Existia muito essa coisa do...

RN - Não, no [Colégio] Pedro II não havia não.

MC - Não havia não.

RN - Não havia, um ou outro integralista que aparecia e que era olhado sem grande interesse pelos demais alunos.

MC - Não havia conflitos não, olha os “galinhas verdes”, aquelas coisas?

RN - Não, não havia.

MC - Os comunistas também, porque havia uma radicalização mais ou menos no período...

RN - Não, na turma dos alunos do Pedro II não havia infiltração comunista e houve um ou dois integralistas que não foram levados a sério.

MC - Este período do Estado Novo, quer dizer, que é um período que o senhor está ressaltando essa primeira fase do Getúlio que era a época dos concursos, não é? Como é que o senhor via, quer dizer, um técnico, uma pessoa começa a ser um técnico, no Ministério, no setor de meteorologia, preparando meteorologia, o senhor era um técnico não?

RN - Eu tornei-me um meteorologista pelo concurso.

MC - Pelo concurso.

RN - E lá dentro tinha que lidar com problemas de climatologia, de previsão de tempo e fui assim me orientando dos métodos que lá se usavam e me aprimorando alguns, fiz um trabalho dedicado sempre. Claro que naquela época não havendo satélite as previsões eram extremamente precárias.

MC - O senhor estava dizendo que neste período de faculdade, porque o senhor termina o Pedro II, o senhor faz uma complementação para se formar em engenharia?

RN - Não, é que naquela época o ensino tinha cinco anos de ginásio e mais dois de cursos complementares ao ginásio, que precediam a entrada na universidade, só que para a faculdade de filosofia ainda não exigiam na época os dois anos de complementar, então eu pude ir direto do primeiro ano do curso complementar para o vestibular da Faculdade de Filosofia. Para não deixar o curso no meio, curso complementar incompleto, eu fiz o primeiro ano de Faculdade de Filosofia de manhã e à noite o segundo ano complementar de Engenharia; que me valeram, esses dois cursos para depois fazer o curso de Engenharia. Então quando fiz o vestibular para a Escola de Engenharia, eu depois de aprovado, pedi matrícula no ano que conviesse e me matricularam no terceiro ano de Engenharia direto. Então eu fiz o curso de engenharia em três anos de modo que no quarto ano eu dizia para os colegas: “Vocês fazem um bicho de sete cabeças desse curso, eu entrei no ano passado e vou sair no ano que vem”. Realmente no quarto ano eu tinha entrado no ano anterior e aí sair no ano seguinte, eu tinha essa brincadeira. E até um deles brincava muito, eu não ia à escola de Engenharia, só ia fazer as provas.

LO - A frequência não era obrigatória?

RN - Não era obrigatória, eu trabalhava já como atuário no Ministério do Trabalho, nesta altura, então os colegas diziam: “Também porque o Rio vai sair do seu leito para seguir o curso”. Era um trocadilho duplo, não é?

LO - Agora, o senhor trabalhava não no Ministério do Trabalho, o senhor trabalhava no serviço de meteorologia não é, quando estava na escola?

RN - Engenharia não, engenharia eu já era atuário no Ministério do Trabalho, isto eu fiz depois.

MC - Agora, o senhor fez faculdade de Filosofia, curso de matemática, o senhor fez curso de matemática na Faculdade de Filosofia.

RN - Nacional de Filosofia.

MC - Nacional de Filosofia, a FNFi como se falava.

RN - Faculdade Nacional de Filosofia.

MC - É o pessoal resumia em FNFi. Fazer matemática numa faculdade de Filosofia, quais eram assim as principais influências que o senhor tinha, o senhor não tinha nada de filosofia, estava ligado a matemática.

RN - Só de matemática.

MC - Só de matemática, não tinha nada de filosofia?

RN - Matemática, física, mecânica nacional, mecânica celeste, só matemática, o nome de filosofia era dado à faculdade porque ela tinha diversos cursos. Então seria filosofia no sentido de cultivo do saber, de forma geral, havia curso de letras clássicas, de línguas anglo-germânicas, de ciências naturais e o curso de matemática pura, que era muito sério, talvez o curso mais sério que já foi feito no País.

MC - O senhor poderia falar um pouco desse período que o senhor está estudando.

RN - Foi um período muito agradável para quem buscava matemática como eu, porque estudava com os professores de oito da manhã até uma da tarde e recebendo deles a comunicação pura da matemática. Desde as bases, desde a teoria dos números e assim íamos seguindo todo o histórico lógico dos fatos matemáticos até ao nível mais elevado. Então, ao mesmo tempo a física geral e experimental era lecionada por um grande mestre da física, Walmor Costa Ribeiro. Os professores que mais impressionaram ou era o Hélio Gama ou eram os discípulos dele, brasileiros, mas havia professores italianos como Manolo, o Barse da Universidade de Pisa. Manolo era da Universidade de Roma, havia Sobrero de física, matemática... Alguns não eram tão bons, mas de modo geral era uma informação marxista de matemática, o Oliveira Jr., Ernesto de Oliveira Jr., professor de geometria, geometria tratada pela escola italiana, uma beleza, a coisa mais maravilhosa que existe em matéria de arte dentro da matemática, é a geometria projetiva, geometria topológica. Barse era especialista em geometria algébrica e geometria topológica, nós nos especializamos em matemática pura e eu era desses alunos de tirar o máximo possível das aulas, de estudar, de aprofundar, de redigir as notas, que se transformavam em livros e as apostilas os professores pediam para usar. Mas eu quando saí da escola pensei em refazer todo o conhecimento de forma a poder lecionar com a maior facilidade possível a matemática. E notei que a reação dos alunos frequentemente era ligada a um certo artificialismo que existe na comunicação sintética dos fatos. Se você comunica a síntese sem rebuscar os caminhos da análise para mostrar como o pensamento humano evoluiu desde do conceito bruto.

Fita 2 - Lado B

RN - O naturalismo no ensino, e aí me coloquei como alguém inicia da lógica, com as noções de conjunto ordem e correspondência, são os três conceitos básicos da lógica. E

aí desenvolvi um trabalho em que eu tinha um conhecimento já grande da parte operacional da matemática, mas ainda não estava muito versado na filosofia da matemática. Apesar disso num esforço de escoteiro, comecei a escrever... E aí nasceu este trabalho meu que mais tarde foi apresentado como tese num concurso da Escola de Agronomia que eu chamei de *Fundamento Lógico da Teoria dos Limites*, comecei com a lógica. A minha ideia era começar do início de tal forma que se alguém me perguntasse alguma coisa sobre matemática eu pudesse responder recuando, sobre noções anteriores, que eu também ia explicando até chegar às bases da lógica. Os conceitos matemáticos são definidos nominalmente, para se definir um conceito novo usando os conceitos anteriores. Você diz o círculo e um conjunto de pontos num plano que distam igualmente de um ponto chamado centro. Quer dizer, você definiu a palavra círculo usando ponto, usando conjuntos, usando distância. Então você diz: “O que é distância, o que é ponto?” Então você começa a remontar a conceitos anteriores, a defini-los ou então a jogá-los, como não definidos. São os conceitos primitivos da geometria ponto, reta, plano e espaço, essa é a primeira forma de definição, outra forma é através de postulados, você não diz o que eles são, mas diz as propriedades que eles têm através de postulações. Tudo isso é muito bonito e eu queria escrever um trabalho assim, para expor, e realmente esse trabalho foi feito e eu trabalhava de manhã no serviço de meteorologia e de noite em casa, nas madrugadas eu escrevia esse trabalho que depois foi chamado pelos alunos *O Alcorão*, era um livro grosso e era o livro texto da Faculdade de Filosofia, Aí, já na Católica quando eu dava o curso de matemática pura, pegava turma primeiro, segundo e terceiro ano e dava também o curso... Formei muitos bons especialistas em matemática e uma delas trabalha aqui comigo, hoje é nossa diretora técnica. Então realizei estes sonhos, um trabalho que me desse uma visão da matemática sem falhas, sem lacunas... Foi, não sei porque que eu falei sobre isto, mas foi em seguimento de alguma coisa que nós estamos abordando.

LO - O senhor abriu espaço para uma questão interessante de colocar. Esse foi o seu primeiro trabalho publicado?

RN - Foi, foi esse, meu trabalho publicado foi esse que eu transformei em tese de concurso para Escola Nacional de Agronomia, foi o primeiro concurso, hoje eu sou doutor em agronomia sem entender nada de agronomia, naquele tempo davam o título de doutor a quem fosse aprovado no concurso de catedrático. Mas concurso era de matemática, não tinha nada de agronomia.

MC - Eram os doutores... título de doutor, antigamente era, defendia uma tese...

RN - Se você fazia o concurso de matemática para uma escola de agronomia, tirava o título de doutor em agronomia, não tem sentido algum.

MC - Mas sempre em cima de uma tese que o senhor defende, quer dizer, o senhor para ser doutor...

RN - O título de doutor era dado ou por um curso de doutorado que naquele tempo não era comum ou por uma defesa de um concurso de docente livre ou de professor catedrático. No momento em que você fizesse o concurso e fosse aprovado você teria o título de doutor. Então esse trabalho foi meu primeiro trabalho, eu me lembro que a banca quando julgou, elogiou o português, então novamente eu tenho que reverenciar o velho

mestre José Oiticica. Agora, depois escrevi vários livros, mas quase sempre voltados para um problema novo, livros didáticos, escrevia análise combinatória, e foi em consequência de um curso de matemática que dei para candidatos à Escola Técnica do Exército, então tomei todos os problemas de análise combinatória que havia pelos livros, resolvi e dei a orientação e fiz um livro. E esse livro foi motivo de um caso bastante pitoresco, na Faculdade de Ciências Econômicas, eu discutia com alguns professores: um de direito, outro de geografia, outro de história das doutrinas econômicas, e um deles era militar, à paisana; como deveria ser o currículo da Economia, na Escola de Economia, para formar profissionais. E aí aparece o Mario Henrique Simonsen; “Rio é, como vai você e tal?”, “Estamos aqui, Mário, discutindo o currículo.” E ele sem saber quem eram os outros três declarou o seguinte: “Eu se fosse fazer um currículo colocaria quatro anos de matemática e meio ano para o resto, porque a economia se divide em duas; a matemática e a baboseira que a gente lê no bonde”. Expressão dele, eu envergonhado, os outros professores ali procurei mudar de assunto, mas ele disse logo: “Eu estudei pelo seu livro de análise combinatória”. “Só um livrinho, Mário, que eu escrevi para preparar o pessoal da Escola Técnica do Exército”. Ele disse: “Há uma incompatibilidade entre a análise combinatória e o Exército”. Antes que eu pudesse dizer qualquer coisa, um general ali à paisana, ele completou: “Porque análise combinatória requer uma delicadeza de raciocínio que não se compatibiliza com a burrice militar”. E foi embora.

MC - É engraçado, que é uma colocação que poderia ser, poderia ser qualificada como uma ironia da história, porque no futuro serviu muito bem aos militares.

RN - É.

MC – Então, é uma ironia da história.

RN - Uma ironia, mas ele é um gozador e é irreverente, realmente eu não tenho nenhum ponto de vista a respeito de militar, pelo contrário, eu conheci excelentes pessoas, boas, inteligências dentro do Exército.

LO - O senhor escreveu, começou a escrever sobre Previdência Social quando?

RN - No momento em que começou a aparecer a Previdência na minha vida, eu tive que externar aquilo que eu pensava. E isto foi feito inicialmente através de estudos técnicos no Ministério da Previdência, do Trabalho, que naquele tempo eu era também da Previdência, Ministério do Trabalho, inicialmente Ministério do Trabalho, depois se formou Ministério do Trabalho e Previdência Social, então já como atuário do Ministério do Trabalho redigia material técnico e que serviu em grande parte para a tese de concurso de cátedra. Mas o comentário sobre a ética da Previdência, sobre a política, esse só apareceu ao público com esse livro, em que eu coloco a história da Previdência Privada nas empresas, a Previdência fechada, então é um livro que resume o trabalho realizado de [19]63 a [19]70 na Petrobrás, quando se procuraram os princípios éticos da Previdência Básica e da Previdência complementar.

MC - Eu queria fazer uma pergunta antes do senhor entrar no terreno da Previdência, é o seguinte: o senhor nos anos [19]40 já está desenvolvendo, quer dizer isso vem de antes,

todo um trabalho intelectual, que vem de antes, até uma curiosidade, como é que o senhor aprendeu francês, o senhor aprendeu francês de maneira...?

RN - Na escola a gente tinha uma boa...

MC - No [Colégio] Pedro II ou antes?

RN - No Pedro II e o hábito de ler os tratadistas franceses também aprimora, a língua francesa na ciência é muito simples. As expressões são de um conjunto bem restrito, não há muita riqueza de vocabulário na abordagem dos fenômenos matemáticos, você tem palavras de fácil reconhecimento, são parecidas, uma ou outra um pouco diferentes, italiano já é um pouco mais difícil.

MC - O senhor também...

RN - As aulas eram dadas em italiano na faculdade.

MC - Eram dadas em italiano.

RN - Nós tínhamos que ouvi-los em italiano porque eles não sabiam falar português e quando começavam a falar preferíamos que eles voltassem a falar italiano.

MC - O senhor até mencionou que o período, quer dizer, esse período dos professores italianos virem para cá, era o período... Isso foi incentivado pelo Gustavo Capanema, não é?

RN - Foi antes da guerra.

MC - Antes da guerra.

RN - Pois é, de [19]40 a [19]42 eles deram esses cursos para nós, quando a guerra veio, alguns tiveram que voltar e outros se naturalizaram brasileiros como Bares por exemplo, aquele Bares ficou no Brasil.

MC - Ficou no Brasil. Eles, neste período que começou a guerra eles comentavam alguma coisa?

RN - Comentavam, alguns eram fascistas, o Fraggelli era fascista, de física, mas voltou para a Itália, mas aí eles já tinham deixado a semente, eu já tinha aproveitado bastante.

MC - E o senhor estava desenvolvendo uma série de trabalhos, o senhor está dizendo da faculdade, do saber que era dado de uma maneira séria, intensiva, o senhor diz que está na faculdade de oito a uma da tarde?

RN - Diariamente, sem greves, sem faltas, e era duro, professores extremamente exigentes.

MC - E o senhor está dentro de um trabalho intelectual, ao mesmo tempo fica assim, quando em [19]40 não sei quantos, quando o senhor... Em [19]45, o senhor vê as primeiras críticas radicais ao Getúlio, o senhor fica espantado, não é? O senhor estava com medo, quer dizer, estavam fazendo críticas ao Getúlio, quer dizer, o mundo vai acabar, o senhor fica surpreso...

RN - Receoso de uma reação de perseguição das pessoas, mas eram os jornais todos, começaram a aparecer em todos os jornais as agressões, a mudança brusca é que me deixou alarmado. Parece que de repente a liberdade foi usada pelos jornalistas sem nenhum acanhamento, sem nenhuma restrição, sem nenhum receio e aquele Torelli era um...

LO - Barão de Itararé.

MC - Aparício Torelli...

RN - Barão de Itararé naquele jornal *A Manhã* teve uma história bem viva, ele tinha um humorismo muito elástico, um jornal de ataques de riso, fazer trocadilho. O governo de costas para o povo; porque todos os ministros chamavam *Costa*, então sei lá, muitos *Costas* no governo. “O governo de costas para o povo”, brincadeira desse tipo. Outra maneira ele dizia sempre, fazendo um trocadilho com Dutra. Agora em [19]42 quando eu me formei, este foi um dado muito importante, o San Thiago Dantas era diretor e me chamou: “Você é um matemático puro, vai para Princeton para continuar seus estudos de matemática, mas vai voltar para aplicar a matemática, uma solução de problemas brasileiros, com métodos brasileiros”. E ele fez todo o esforço para eu ir para Princeton, mas eu não queria ir, preferia desenvolver logo aqui no país uma profissão que me permitisse tratar dessas questões, quando veio a profissão de atuário eu vi aí o caminho. Porque dentro do Seguro da Previdência você tem recursos, você tem possibilidade de abordar todos os fenômenos econômicos sociais que agredem as massas obreiras, as massas desprotegidas, o infortúnio, e a distribuição de renda é um dos problemas.

LO - O seu irmão já trabalhava no IAPI, continuava a trabalhar no IAPI, quando o senhor fez concurso para o Ministério do Trabalho?

RN - Quando eu fiz o concurso ele já estava trabalhando em entidades, em empresas privadas também...

LO - Mas o senhor conhecia outros atuários?

RN - Bom, entrando para o Ministério do Trabalho não, para entrar para o Ministério do Trabalho não havia como aprender cálculo atuarial, eu tinha o curso de matemática pura, de física, mas não entendia nada de cálculo atuarial, nem sabia o que era. O dicionário dizia: Atuário é o escriba egípcio incumbido de elaborar os papiros dos faraós.

LO - É interessante essa...

MC - Essa definição.

RN - A origem do dicionário ou então é um funcionário romano que redige as atas do Senado, daí o nome latino *actuarius*.

MC - Interessante, que essa origem é uma origem, quer dizer, a definição está...

RN - Remonta à Roma dos Césares...

MC - E remonta a pessoas que estão intimamente ligadas ao poder, não?

RN - E pessoas que desde aquela época deveriam ter discussões sérias com os políticos. Então esse meu livro é uma agressão aos políticos, é um livro escrito para o político honesto e inteligente, se é que ele existe. É um pressuposto teórico.

LO - O senhor está falando da *Crise Moral e Financeira da Previdência Social*.

RN - É, é um livro em que eu no final depois de analisar todas as antinomias da Previdência, todos os paradoxos, todos os maus tratos dos inválidos, dos velhos, dos doentes, daqueles que trabalham em condições adversas, dos rurais. Eu me proponho a sugerir coisas, a quem? A algum político honesto e inteligente. Então no final eu lembro a dúvida do Bertrand Russell: “Político honesto não é inteligente, político inteligente não é honesto e quem é inteligente e honesto não é político”. Mas ele era justamente o contraexemplo disto, ele era político, honesto e era inteligente, ele era membro da Câmara dos Lords, era um homem que sacrificou a sua vida por ideais nobres e era um grande matemático no início da vida, que ao longo da vida foi desenvolvendo estudos sociais. Então pode ser que exista algum PHI.

MC - PHI como se diz...

RN - Pior que as letras “PHI” formam a palavra “FI” que é o símbolo do conjunto vazio. Parece até que a própria palavra exprime que não existe, eu não creio realmente num PHI.

MC - Eu acho que o nível de ceticismo do senhor leva também a construir o FI, não é? Não de certa maneira o senhor é tão cético em relação à política, em termos de... Ou melhor, de um político que o senhor quando constrói o seu conceito político honesto e inteligente vem um FI. O senhor só vai perceber isto depois, ou não?

RN - É, eu procurei, no final, dar uma mensagem, mas sei de antemão que será quase que uma inutilidade, não creio que o Brasil possa ter em prazo curto algum político suficientemente honesto e corajoso para procurar consertar tudo isto. Como é que nós vamos minorar a pobreza, minorar os sofrimentos de uma forma palpável, não para apenas fazer constar... Essa é uma questão que pode até ser ingênua, a própria colocação já é uma posição, muitos julgarão ingênua. Nem devia ser colocada, como é que eu vou minorar a pobreza, acudir as pessoas carentes, a pessoa é carente porque não tem condição de sobreviver dignamente. Em todo o item I do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, como nós vamos acudir as pessoas carentes que são pessoas carentes justificadamente carentes, não a carência deliberada ou decorrente da desídia, do descaso, mas a carência inevitável. Muito, bem vamos continuar...

MC - Não, eu quero dizer...

RN - Você não se incomoda que eu vá lá dentro da...

MC - Claro, claro.

RN - Onde estávamos?

MC - É, eu queria colocar, eu acho que a gente poderia continuar assim. O senhor estava falando da origem da palavra atuária, ou atuário, não é...

RN - É, havia isso, a dúvida sobre o que fosse o atuário quando eu queria fazer o concurso para atuário, para o Ministério do Trabalho, que era o cargo mais bem remunerado. E o concurso que precedeu o meu tinha reprovado todos os candidatos. Era quase que uma temeridade, mas eu precisava de alguém que me orientasse porque embora com a matemática pura eu não tinha nenhum conhecimento de cálculo atuarial. Comecei a estudar ainda como autodidata por um livro francês, sempre os tratadistas franceses, Richard de Petit. Mas o assunto era tão complexo que eu precisava de alguém para mostrar como isso era feito, afinal era um cargo de um serviço de Ministério do Trabalho, então já deveria haver pessoas funcionando naquela área. Ao comentar com amigo Ricardo Grinhal, meteorologista, sobre a falta de professores ele disse: “Conheço um, que é único, chama-se Oscar Porto Carrero”. “E você me apresenta a ele?” “Claro”. Uma certeza que me deixou até apreensivo, um homem desses, o único, devia cobrar fortunas. Fui dizendo, ele vai querer um pagamento que eu não posso dar, ele disse: “Você não conhece o Oscar”. Fomos procurar o tal Porto Carrero, eu com muito medo, porque naquele tempo a gente olhava o professor com muito respeito, eu fui com medo. E pensava que fosse encontrar um desses homens amarelecidos pelo hábito da leitura e sem nenhum hábito esportivo, mas era realmente um atleta o Porto Carrero, era um homem que jogava vôlei na Urca, um homem de uma aparência, vendia saúde. Ele apareceu sorridente, sorria com os olhos constantemente, olhava para a gente com um carinho muito grande, um professor completo, gostava dos alunos; foi sempre a minha falha como professor, eu nunca fui muito de gostar de alunos. Dava aulas caprichadas pela aula, mas gostar do aluno foi coisa que nunca me ocorreu, era uma falha que eu tinha como professor. Mas o Porto Carrero não, e o Ricardo Grinhal disse a ele: “Esse rapaz quer fazer concurso de atuário”. O Porto Carrero disse: “Oh!” “E ele disse que você tem que ser o professor dele”. Aí eu perdi a calma, mas recuperei porque o Porto Carrero disse OK, sempre com aquele sorriso simpático. Ele disse que se tivesse dinheiro te pagaria uma fortuna, Porto Carrero disse: “Se tivesse, mas como não tem vai pagar 400 contos”. Eu ganhava um conto e 400 cruzeiros, eu ganhava um conto e cem cruzeiros, você vai pagar 400 cruzeiros, 400 mil réis, não sei nem se naquele tempo se falava em cruzeiros, não me lembro mais.

MC - Mas era o quê? Um terço de seu salário.

RN - Era, 40% do meu salário, Porto Carrero disse: “OK”. Começou a dar aula para mim sem saber se eu tinha qualquer base de matemática, se dispôs a ensinar alguém que poderia ser uma pessoa totalmente despreparada. Na primeira aula começou com análise combinatória para poder me ingressar no cálculo de probabilidade. Eu era especialista em

análise combinatória então comecei a encaminhar a aula, ele olhou para mim e disse: “Escute, você estava escondendo o jogo, eu não estou dando aula para você, estamos estudando juntos, não cobro um tostão”. Negou-se a cobrar qualquer... E aí começamos a estudar juntos, ele me ensinando. Depois escrevemos trabalhos em conjunto, tornou-se um grande amigo meu, um grande mestre, foi quem me recepcionou na Cátedra com um discurso muito bonito dele, onde ele faz uma espécie de análise da minha forma de encarar as questões, da minha moral fundamentada na lógica. Eu acho que foi mais uma projeção dele próprio sobre a pessoa que ele queria como filho, coisa que ele declarou no discurso. E este foi o homem que me ensinou muito e fundou a STEA comigo em 1963. E todos nós atuários aqui da velha geração tivemos a graça de conhecer Porto Carrero, de aprender com ele. Eu acho que não há palavras capazes de descrever o que foi esse homem para nós, realmente, eu nunca encontrei na vida ninguém que fosse parecido com ele, sequer parecido. Mas isso é um capítulo que a gente pode depois desenvolver.

LO - A figura de Porto Carrero teve alguma ligação com Previdência Social?

RN - Ele era atuário do IPASE quando o conheci. O IPASE é o Instituto de Assistência, não, de Previdência e Assistência do Servidor do Estado, IPASE. Hoje está absorvido no SIMPAS, O IPASE no fim do ano dava lucros, como que ocorrem os lucros do uso seguro? Quando há desvios de sinistralidade favoráveis, morrem menos pessoas do que o atuário previu, há lucros de mortalidade, no caso de pensões, o risco que o IPASE cobria era pensões, aposentadorias de servidor público, não era com o IPASE, era o próprio tesouro. Então esses lucros eram divididos pelos diretores do IPASE, ele era diretor, ele declarou...

Fita 3 – Lado A

RN - Então esses grupos eram distribuídos no fim de ano pelos diretores e ele era um dos diretores. Aí colocou-se um problema de consciência para ele. Eu não vou receber esses lucros porque eles decorrem de um desvio de hipóteses, as minhas hipóteses foram de uma mortalidade que não ocorreu. E que naturalmente o atuário admite com o agravamento em segurança do plano para evitar que haja insuficiência de recursos para o pagamento das pensões. Mas se é o erro do atuário mesmo justificado pela necessidade de segurança, não é justo que eu participe das vantagens de um erro e se recusou a receber lucros e tempos depois precisou de dinheiro, era um homem pobre, para operar a mãe e foi pedir dinheiro emprestado à Caixa e lá teve a notícia: - “Mas o senhor tem uma conta aqui dos lucros que o senhor recebeu do IPASE”. Que depositaram à sua revelia. E ele, com aquele sorriso dele disse: “Esse lucro não é meu, é das viúvas e dos órfãos”. E aí pediu dinheiro emprestado, pagou e o dinheiro deve estar lá na conta, no nome dele e até hoje não recebeu; claro, morreu, e foi um exemplo muito marcante para todos nós. Razão pela qual todo o nosso grupo de atuário marcha dentro deste mesmo desejo de dar proteção. Isto não significa que nós tenhamos feito voto de pobreza não, profissionais somos, profissionais temos uma empresa que dá lucros. Só que os lucros invés de ser distribuídos por terceiros devem voltar para os empregados, para aqueles que participam com suas contribuições. Até mesmo dentro do sistema capitalista, porque o lucro, se a gente vai admitir o lucro dar, destiná-lo a quem aplica o capital pela cultura capitalista, quem aplica o capital não são os participantes, não são os contribuintes, então deve voltar

para eles. Essa é a cultura nossa contra a Previdência comercial, que é assunto que nós possivelmente vamos abordar depois.

MC - O senhor poderia nos dizer o que é a atuária?

RN - Bom, a atuária é a parte da matemática que se ocupa com o estudo dos fenômenos aleatórios e financeiros. Fenômenos em que há dinheiro, e há o medo ou há esperança de perdê-lo ou de ganhá-lo. Quando há risco envolvido, quando há incerteza aí aparece o fenômeno atuariano. Vou repetir: atuária é o estudo, é a parte da matemática que se ocupa com os estudos dos fenômenos financeiros aleatórios, fenômeno onde há dinheiro e o risco de perdê-lo ou a perspectiva de ganhá-lo. Então isso abrange a maioria dos fenômenos econômicos, porque é difícil imaginar algum onde não haja dinheiro e onde não haja risco...

MC - O senhor...

RN - Aposentadoria: é um dinheiro que alguém recebe, mas que pode de repente perder com a morte, há o risco de perder. O seguro de uma forma geral é um dinheiro que é garantido a alguém, quando ocorre o rompimento de um certo status inicial; por exemplo, um prédio, seguro de fogo, está muito bem o prédio, mas um dia pode ocorrer que desapareça aquele status de tranquilidade, o prédio pegue fogo, rompeu-se o status. Vem então uma indenização que só é paga se ocorrer o evento motivador. Quer dizer, há sempre dinheiro e há sempre um condicionamento de um pagamento do dinheiro, a ocorrência de algum evento fortuito, às vezes, o evento é certo como é a morte; mas a época em que ele pode ocorrer é que é fortuita. Outras vezes o evento mesmo é incerto como por exemplo: invalidez, a pessoa pode morrer sem nunca ficar inválida. Em suma, toda a doutrina atuarial é fundamentada na matemática financeira, no cálculo de probabilidade. Matemática financeira é um estudo fácil, juros e suas variantes é um estudo fácil. A minha tese no último concurso, foi um problema difícil em matemática financeira, mas o cálculo de probabilidade é a parte mais difícil da matemática, justamente porque é uma inação entre dívidas e não entre certezas. Trata da mensuração da dúvida. "Eu duvido disso". Com que probabilidade? Em que grau? Qual é o grau da dúvida? Então é uma espécie de matemática que emerge da lógica, a lógica trata das certezas, cálculo de probabilidade das dúvidas. É muito mais tênue o espaço probabilístico do que o espaço lógico. O probabilista é alguém que às vezes caminha com bases objetivas, às vezes tem que avaliar subjetivamente. Quem é que vai ganhar, Moreira ou Darcy? É uma probabilização subjetiva para alguns; muitos acham que ser Darcy, muitos acham que vai ser Moreira. Essas amostras prévias constituem uma informação, mas sei lá como elas foram feitas, serão amostras ambas, não tendenciosas, sabe-se lá. Então a respeito de um mesmo evento, dois indivíduos atribuem graus de probabilidades diferentes, dependente da sua formação cultural, às vezes, até do seu próprio temperamento mais ou menos otimista. A probabilidade é subjetiva, raramente você tem objetivação na avaliação de uma probabilidade.

MC - E o senhor considera que para um atuário, ser um bom atuário...

RN - Precisa de muita matemática pura, que é o que as faculdades agora não dão, não é? Que nós atuários da época do Porto Carrero primeiro fazíamos matemática pura, com

arsenal de matemática para uma verticalização no campo probabilístico, nós íamos para atuária, dominando; mas sem matemática, sem que os alunos percebam a essência do cálculo infinitesimal ficam de mãos e pés atados, na álgebra discreta. Sabe, do descontínuo, o cálculo infinitesimal é a inauguração do estudo do contínuo. Se quando está trabalhando com álgebra se faz somas, subtrações, as operações algébricas são somas, subtração, multiplicações, divisões, potenciações, logaritmações. Mas quando você soma parcelas que ao mesmo tempo tendem para zero, mas aumenta um número, quer dizer, o processo da integração, você precisa da noção de limite, ou você entra no estudo da continuidade dos fenômenos infinitesimais. Isso é o ponto onde você distingue o matemático de melhor nível daquele que apenas tem um conhecimento algébrico. E sem o domínio do cálculo infinitesimal aí a própria imaginação do atuário fica embotada, quer dizer, a matemática além de ter um valor como instrumento, ela é insinuante de soluções. Ela insinua a imaginação em busca de soluções. E é isso que falta nos cursos atuais, que além de tudo, os professores estão desencorajados pelos baixos salários, vem as greves, onde os alunos têm apelos da juventude que nós não tínhamos. O meu apelo pessoal é para matemática, não tinha nada de ficar passando noite em folgas e essa vida normal de estudante jovem, as minhas noites era só estudar.

LO - Mas não foi a juventude contemporânea que inventou a boemia? O senhor não está querendo dizer isto!

RN - Não foi não, pois é, mas naquele tempo como havia mais aperto, a vida era apertada, os estudantes levavam a sério, os estudantes da Faculdade [Nacional] de Filosofia, não estou nem generalizando, não. Porque quando eu fui para a engenharia foi a maior decepção, eram todos rapazes muito inteligentes que o vestibular peneirava, mas desordeiros, a minha decepção na escola de engenharia foi imensa. Fiz aquele curso para ter um diploma e naquele tempo valia muito um diploma de engenharia.

MC - Eram desordeiros, o que queria dizer isto?

RN - Chegavam para o chefe do diretório, para chamar atenção da turma eles subiam na mesa e batiam com os pés na mesa, era a forma como eles chamavam a atenção da turma. Era uma gritaria tremenda, turma de alunos de 80, nós éramos 6, 8 na Faculdade de Filosofia, entende. Então o curso na escola de engenharia não tinha também uma unidade de tratamento das matérias, não havia sequenciação lógica no currículo. Na Faculdade de Filosofia a gente tinha a matemática desenvolvida de tal forma que cada aula era mais um capítulo de uma novela sequenciada. E na escola de engenharia tem primeiro ano de desenho a mão livre, geologia, física geral, um curso de cálculo centesimal feito sem grandes cuidados com as bases, tanto que quando entrei para a engenharia, depois do vestibular, requeri a isenção de todas as cadeiras que eu já tinha de matemática e física na faculdade, e me deram e entrei direto no terceiro ano. Nas resistências dos materiais o professor era brilhante, era um atuário fabuloso, Nino Leal de Sá Pereira, este ombreava com o Porto Carrero em cultura. Eu dediquei à memória dele a minha tese em concurso de cátedra, à memória dele, que já tinha morrido. Era gigantesco, resistência de materiais ele queria abordar a matéria com uma física mais sofisticada, então parava a aula para dar um curso de tensores, cálculo tensorial, abria um parêntese, como ele dizia, elevava umas três semanas dando cálculo sensorial, fechava o parêntese, e continuava dando cálculo tensorial. Esse foi outra figura que eu venero muito, porque eu conheci como aluno dele

no terceiro ano da Escola de Engenharia, mas ele era atuário e tinha feito um plano de seguros misturado com capitalização. Eu era atuário, já do Ministério do Trabalho e tinha que rever os planos que apareciam lá, e vi que ele tinha cometido um pequeno erro logo no começo sobre a probabilidade de sorteio de um título. Era um plano em que mensalmente se sorteavam oito títulos; eram três rodas, cada uma com 26 letras, então você tinha 26, elevado ao cubo arranjos possíveis, isso se chamavam combinações para sorteio, 26 ao cubo é 17.576, eu tenho isso na cabeça e como eram 8 títulos, você tinha uma probabilidade que 8 dividido por 17.576 que é igual a 1 sobre 2.197. Mas ele tinha cometido um pequeno erro, eu disse: “O Nino errou”. Diz o meu chefe: “Você está brincando, você está falando do Nino Leal de Sá Pereira”, eu disse: “Eu vou levar agora o plano, porque ele está dando aula na escola de Engenharia, vou conversar com ele lá...” Bom, acabando a aula eu disse: “Professor, eu tenho uma dúvida que eu gostaria de esclarecer com o senhor”. No meio de tantos alunos... “Quem é o senhor? Por que não perguntou na aula?” Sabe a impaciência do professor que deu a aula e quer ir embora. Eu disse: “É porque a dúvida não é sobre a sua aula não, que aliás, eu apreciei muito, mas é sobre um plano que o senhor apresentou e que tem um erro básico”. Ah, o Nino me fulminou. “Como o senhor tem coragem de dizer que eu errei”, eu aí: “O senhor deve saber que há dois teoremas fundamentais no cálculo de probabilidade, o da probabilidade completa e o da probabilidade composta”. E aplicando tal, fui desenvolvendo e enquanto eu falava ele começou a ver que tinha errado, refletindo lá a moda dele, ainda me lembro como se fosse ontem, ele quis tirar, quis despir o avental, o guarda pó e não encontrava a manga do casaco para vestir. “Para onde o senhor vai?”. Eu digo: “Eu vou para o Ministério”. “Então vamos caminhando juntos”. E dias depois ele apresentava um trabalho provando que aquele erro tinha uma propagação desprezível e eu aí aprovei o plano dele. Daí nasceu uma amizade muito grande, e quando ele estava para morrer, eu fui visitar com o Porto Carrero e o Barros Barreto, amigos dele de muitos anos, ele só me reconheceu e disse: “O senhor sabe que eu o estimo muito”. E quando saímos o Barreto disse: “Aí é que está, mais vale cair em graça do que ser engraçado, o Rio conquistou o velho e nós com tantos anos de trabalho em conjunto não fomos nem reconhecidos”. Ficou com inveja. Mas esse foi um grande atuário, Nino de Sá Pereira, também não sei porque eu falei, porque era professor da escola de engenharia.

LO - Quando o senhor fala nós os atuários da velha... Quem eram esses atuários?

RN - Bom, os bons que eu reputo, homens de valor em todos os aspectos: Porto Carrero; Nino Leal de Sá Pereira; havia Plínio Cantanhede; havia Barros Barreto; Silvio Pinto Lopes, morreu recentemente; Renato de Castro, meio ranzinza, mas um homem honesto, capaz. Havia outros: Abraão Izcson, era professor da Escola de Engenharia.

MC - Abraão Izcson?

RN - Havia outros, poucos, eram membros do Conselho Atuarial.

LO - E do Ministério do Trabalho.

RN - Os melhores eram esses.

MC - E a trajetória desses atuários, mais ou menos é a mesma em termos da sua formação?

RN - Na época, eles eram Nogueira de Paula, havia Manoel Nogueira de Paula, muito bom, ainda é vivo, eram pessoas que fizeram concurso no Ministério.

MC - Eram todos do Ministério do Trabalho?

RN - Ministério do Trabalho. Depois o Ministério do Trabalho foi subdividido em: Ministério da Previdência e Ministério da Indústria e Comércio e alguns atuários foram para o da Indústria e Comércio. Hoje o Conselho Atuarial ainda tem da velha guarda: Severino Montenegro, mas acho que já está muito velho, muito doente, nem está mais indo ao Conselho; ah, eu esqueci de citar nosso decano: Gastão Quartim Pinto de Moura, está velho, mas foi uma grande figura, profissional dedicado, estudioso, tem muitos trabalhos; Adão Peixoto de Oliveira, estou citando os dois logo aqui que constituem o Conselho Atuarial da STEA. Nós temos, esses são os mais velhos, aqui nós temos agora, nós temos a Vera Werneck, é matemática, estatística e atuária, tem três diplomas de nível superior, foi minha aluna na PUC. Depois foi minha aluna na ENCE, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Ex-atuária, ela fez aqui agora, fez já depois da maturidade, recentemente. E aqui nós temos os melhores alunos que eu tinha na faculdade na época eu trouxe aqui para a STEA. Então, realmente o nosso escritório hoje tem 60 colaboradores entre atuários, matemáticos, economistas, estatísticos, todos escolhidos a dedo entre os melhores alunos das minhas turmas. Temos o Waldemar Neves que é matemático de primeira qualidade, Eliane Adelote, foram excelentes alunos, a Miriam que é minha assessora da presidência da STEA, tem o domínio de todos nossos contratos. Enquanto nós estamos aqui conversando a STEA está dando uma assessoria a entidades desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. É o maior escritório, a maior empresa de atuária da América do Sul e o caminho da STEA é aberto, é a internacionalização de tudo que tem sido feito, que é sobre o que a gente ainda não conversou. Que é o trabalho mesmo da nossa empresa ligada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

LO - Eu queria fechar agora, ficou uma questão na minha cabeça, eu não queria deixar passar e ainda colocar ela hoje. Não é referente a este período, é um pouco antes: no início dos anos [19]40, o senhor falou que o Ministro San Thiago Dantas o convidou para ir aos Estados Unidos. Da onde vem o contato do senhor com o Ministro?

RN - Ele era diretor da Faculdade Nacional de Filosofia e como eu fui o primeiro aluno na matemática e José Leite Lopes, na Física, ele queria que nós dois fôssemos em bolsa para Princeton. E o meu diálogo com ele, o Leite Lopes, foi porque o Leite Lopes tinha esse objetivo, fazer física pura, física matemática. Mas eu queria usar a matemática num campo social e se eu fosse iria repetir o que possivelmente o Nardo fez, outro dos matemáticos puros. Eu não queria ficar no purismo porque precisava primeiro uma afirmação na minha questão econômica. E como professor a gente não tem muita perspectiva, não é? Se eu ficasse estudando matemática pura, seria hoje um professor apenas, esse apenas não é pejorativo.

LO E MS - Sim, é claro, é sim...

RN - Isto apenas, no sentido, enfim, como professor a gente fica lutando a vida inteira...

MC - Haverá uma série de limitações...

RN - Limitações econômicas. Agora, além disso você como professor fica com seu campo, ainda que muito extenso, mas limitado a um grupo de alunos. Na condição que eu tenho hoje, fazendo palestras para um número limitado de empresas. Conferência, simpósios e congressos, o meu campo é o próprio país, não é? São as empresas do País de todos os portes; grande, médio ou pequeno. Para associações de profissionais liberais, para a Ordem dos Advogados, para o Clube de Engenharia, para a mútua dos profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia. Então levar a Previdência nacional para o país e para fora do país, é um campo muito mais aberto, muito menos, muito mais extenso do que o professorado, não é... Ao mesmo tempo aqui com o meu conjunto de colaboradores eu sinto que todo esse trabalho será continuado. Porque eu posso a qualquer momento reduzir o trabalho e até afastar-me, porque eles vão continuar, este é o ponto que me preocupava até há algum tempo atrás, não apenas a formação de uma vanguarda previdencialista entre as empresas, mas de uma retaguarda técnica capaz de perpetuar este trabalho. E estes dois objetivos foram atingidos. Eu tenho gente hoje que trabalha comigo e que vislumbra em alguns pontos muito mais do que eu próprio durante esta toda vida que me dediquei a estes estudos. Gente jovem.

MC - Eu acho que a gente pode parar por aqui hoje, o senhor acha?

RN - Muito bem.

MC - Parou bem, assim porque...

LO - Brincadeira, não tinha um motivo para ser irônico até agora.

RN - O motivo era crítica, crítica, zombeteira.

LO - Mas por que chamar de peteca?

RN - Porque...

MC - Brincadeira, uma coisa de brincadeira.

RN - Brincadeira de funcionário.

Data: 14/11/1986

Fita 3 – Lado A (continuação)

LO - Bem, estamos no dia 14 de novembro de 1986 mais uma vez, com Rio Nogueira, na etapa do Projeto Memória da Previdência Social, convênio Casa Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, INAMPS, o Marcos, Andréa e Luiz Octávio.

MC - Doutor Rio Nogueira, eu gostaria de começar com algumas poucas perguntas em relação à nossa entrevista passada. O senhor nos colocou toda a sua trajetória em termos da sua formação matemática, depois engenharia; as impressões da escola e também da parte do ginásio e também da faculdade. Eu gostaria de saber assim, quando o senhor optou pela matemática, e depois complementou com engenharia qual foi a reação de sua avó? A essas opções profissionais que o senhor estava trilhando naquele momento? Seus estudos primeiro... depois profissionais.

RN - Bem minha avó acompanhou a minha vida escolar-universitária na Faculdade Nacional de Filosofia, no período [19]40, [19]42. Depois eu tive um hiato na minha vida escolar que só recomecei em [19]46. E minha avó morreu antes de eu ingressar na escola de engenharia pelo Vestibular de 1946. Quando entrei para o curso de engenharia civil pelo vestibular de [19]46, requeri matrícula no ano que conviesse. E o conselho administrativo da Escola Nacional de Engenharia matriculou-me diretamente no terceiro ano, com duas dependências do primeiro e duas do segundo. De modo que eu concluí o curso de engenharia em três anos, mas nesta altura minha avó já havia falecido.

MC - Tinha falecido, o senhor acha que quando o senhor começou a pensar em fazer matemática, o senhor acha que teve alguma influência dela, ela te dava força, como se diz, para seguir essa carreira?

RN - Diante dos resultados como aluno do Colégio Pedro II, em que desde cedo eu me dediquei à matemática e depois como vestibulando a faculdade de filosofia e durante todo o curso, minha avó aceitou que eu devesse seguir caminho de uma profissão matematizada, aceitou bem, não era mais um problema para ela.

MC - Não era mais um problema para ela?

RN - O que ela considerou como problema foi dar aos três netos que ela recebeu depois da morte de meu pai, minha mãe já tinha morrido, minha mãe era filha dela. Ela considerou depois que os três filhos tinham, depois que os três netos tinham chegado a uma independência, ela considerou a vida dela encerrada. E aí ficou triste, ela preferia a época que ela era obrigada a lutar, àquela em que ela pode descansar.

Fita 3 - Lado B

MC - Quer dizer, é isso, essa situação de deixar de ficar preocupada com vocês, quer dizer, com o senhor e seus irmãos, e agora ficar triste, foi de certa maneira acompanhada também de uma mudança em termos de lugar, de moradia. Houve assim uma saída da Tijuca ou continuou?

RN - Não, não havia essa influência de mudança de lugar, mas sim do desaparecimento de uma responsabilidade que dava a ela uma consciência da sua utilidade na vida. Ela passou a julgar-se desnecessária, menos importante, talvez, e entristeceu. Apesar de todos nós termos por ela a gratidão e a veneração que ela mereceu...

MC - O senhor disse ela morreu em...?

RN - Ela morreu com 81 anos, em 1945, justamente um ano antes de eu entrar na Escola de Engenharia.

MC - Ela morreu de quê?

RN - Os médicos não chegaram a um diagnóstico único. Mas houve uma punção de alguma coisa no intestino e ela entrou em estado de coma.

MC - O senhor se casou por esse período?

RN - É, eu me casei em 1947.

MC - [19]47. E era...

RN - Minha avó chegou a conhecer minha noiva, que é a minha atual mulher.

MC - Sim, e que ela era também universitária ou o senhor a conheceu em outro lugar?

RN - Minha mulher eu a conheci no serviço de meteorologia, que foi o meu primeiro emprego público. Quando eu estava no terceiro ano da Faculdade de Filosofia buscando um emprego, um trabalho que usasse a matemática, apareceu o concurso de meteorologia no Ministério da Agricultura. E eu concorri, e lá encontrei aquela que seria minha mulher e que ainda é minha mulher e que lutou muito comigo, desde o princípio da vida.

MC - E o senhor tem quantos filhos?

RN - Três filhos, todos economistas.

MC - Todos economistas?

RN - Duas filhas, e um filho mais novo, economistas formados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, antigamente Universidade do Brasil.

MC - E sua mulher continua a trabalhar?

RN - Minha mulher, não. Logo que eu me casei ela se retirou do trabalho para se dedicar às lidas domésticas.

MC - Doutor Nogueira, eu gostaria que o senhor fizesse assim uma exposição como é que foi essa situação do senhor entrar no Ministério do Trabalho como atuário, quer dizer, o concurso...

RN - Era um concurso muito complicado, o último que precedeu o meu havia reprovado todos os candidatos, houve até um colega do serviço de meteorologia que disse haver ter tirado três numa prova, eu disse: “Três não é uma nota tão ruim”. Ele disse: “Três numa escala de 0 a 100 foi proteção”. Ainda chegou a dizer. Então eu me preparei para o concurso [19]45, foi um concurso que levou sete meses sendo realizado entre a primeira e última prova, transcorreram sete meses. E houve algumas questões complicadas, um

examinador de matemática deu uma questão fora do programa. E deu duas questões cujo total valia 60 pontos e a questão que estava fora do programa valia 40, os candidatos reclamaram, alguns, e eu dei apoio a eles. Era uma questão que eu sabia resolver, mas eu preferi deixá-la em branco em consideração à questão de ordem levantada pelos candidatos. Reclamamos e o examinador acabou aprovando os quatro melhores nesta prova e eu fui um deles.

MC - Quer dizer, em todo o concurso foram aprovados quatro?

RN - Nesta prova, depois veio uma outra prova de estatística, de cálculo de probabilidades que reprovou mais dois e aí sobramos dois.

MC - Foram estes que foram...

RN - Aprovados, depois no outro concurso que se seguiu, houve reprovação também de todos os candidatos; era um concurso muito pesado, enquanto estive na banca o professor Almeida Lisboa.

LO - O senhor lembra quem foi aprovado junto com o senhor no concurso de [19]45?

RN - Foi o professor Jessé Montello.

MC - O senhor estava dizendo que eram concursos muito puxados quando...

RN - É, o professor Jessé Montello no concurso anterior ele fez sozinho, quer dizer, fez não, eu não fiz parte e ele foi reprovado. Mas foi uma questão que reprovou todo mundo, inclusive o próprio professor Jessé Montello; depois ele concorreu outra vez, foi aluno do professor Porto Carrero e nós passamos neste concurso.

MC - O senhor estava dizendo que enquanto estive na banca o professor Almeida Lisboa...

RN - Aí o concurso era mais pesado, professor que dava questões muito complicadas. Eu me lembro que neste meu concurso ele deu a primeira questão era achar a derivada de ordem n elevada a 1 sobre x ; questão difícil, eu tive que descobrir um método na hora para resolver a questão. Levei umas quatro horas descobrindo o método; a segunda era enorme, mas era mais fácil e a terceira estava fora do programa. Eu não resolvi deliberadamente em função da reclamação dos outros candidatos, que achei que o professor estava errado, como de fato ele reconheceu depois.

MC - Quais foram as provas do concurso?

RN - Bom, primeira prova foi análise matemática e cálculo de probabilidade, não, análise matemática e cálculo das ciências finitas. Depois foi estatística, matemática e cálculo de probabilidades. Depois foi matemática financeira e atuarial e depois foi legislação. Quatro provas, sendo que legislação não era eliminatória, mas as outras três tinham um mínimo de 60, nota 60 para ser aprovado.

MC - Essa legislação que o senhor está dizendo é legislação trabalhista?

RN - Não, legislação previdencial.

MC - Previdencial. É, quer dizer, era um concurso para o Ministério do Trabalho, mas para trabalhar na área da Previdência Social, isto aí estava definido?

RN - O cargo de atuário do Ministério do Trabalho era exercido por pessoas que tinham a incumbência de fiscalizar as operações de seguro privados e de capitalização com sorteio de títulos. Fiscalizar as companhias de seguro de capitalização do ponto de vista técnico e os institutos de previdência os institutos de aposentadoria e pensões, então havia divisão de seguros privados de capitalização, havia divisão de seguros sociais, havia divisão de pesquisas, havia divisão de acidentes do trabalho e o Conselho Atuarial.

LO - O senhor sendo aprovado nos concursos foi designado para qual dessas divisões?

RN - Divisão: Primeiro Divisão de Pesquisa e depois para a Divisão de Seguros Privados e Capitalização, em que eu fiscalizava as companhias de seguros, foi então que fiz aquela fiscalização do plano do Nino Leal de Sá Pereira.

LO - O Plano?

RN - O Plano do Nino, daquele atuário Nino de Sá Pereira, contei a vocês outro dia quando eu o encontrei na Escola de Engenharia, quando ele tinha cometido aquele erro.

MC - Sim, quando ele estava no final de uma aula, aí o senhor chegou, colocou que ele tinha tido um erro. Esse concurso que o senhor fez quantos candidatos tiveram no início?

RN - Uns 50 candidatos.

MC - 50 candidatos. Para só serem aprovados no final dois?

RN - Um concurso que me deixou muita mágoa, muito cansaço. Levou sete meses para ser realizado. Eu fiz três concursos de catedrático e não queria fazer outro, poderia fazer outro concurso de catedrático mas não queria enfrentar outro concurso de atuário igual àquele. A nota mínima para ser aprovado era 60, em matemática, em matemática financeira, matemática equatorial e estatística. Tinha que tirar 60, se tirasse 50 em alguma prova era eliminado.

MC - O senhor está dizendo que ficou magoado com o concurso, por quê?

RN - Por isso, porque o examinador, louco, velho Almeida Lisboa deu a questão fora do programa. Houve sete meses estudando com a perspectiva que a prova poderia ser no dia seguinte, foi bom por um lado, porque nós ficamos conhecendo tudo quanto havia de bibliografia. Preparados para qualquer desastre numa prova.

MC - Qual era o trabalho que o senhor fazia nessa seção de pesquisas?

RN - Bom, desenvolvia a instrumental matemática probabilística para tratar quaisquer questões do interesse da Previdência dos seguros. Estudos sobre índices biométricos básicos de mortalidade, invalidez, morbidez, construção de tábuas biométrica e... Desenvolvimento da própria ciência atuarial que cuida do estudo dos fenômenos aleatórios financeiros. Então, foi com base nesta experiência que eu redigi a primeira tese de concurso de cátedra que eu chamei: Contribuição à Teoria da Capitalização. Uma tese inédita que eu apresentei em 1950 no Primeiro Concurso que fiz de catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas; aí tive outro dissabor, de ganhar o concurso e não ficar com a cadeira. Porque havia um professor interino chamava-se Talles Melo de Carvalho, bom professor, e eu fui concorrer contra um interino, portanto, contando com a antipatia de toda a congregação. A banca era constituída de dois professores da congregação e três professores de fora. Um dos professores da congregação que fez parte da banca chamava-se Audi Sampaio, ainda é vivo, irmão do Senador Cid Sampaio, hoje ele é meu amigo, mas empataram os dois candidatos. Deu notas compensando-se de maneira que no fim a média fosse a mesma, e aí tendo empatado, desempatou em favor do interino. O concurso terminou, a minha média geral 9,6 e a do interino 9,45 eu com dois votos favoráveis e ele com um e dois empates. E os dois favoráveis, um era de um professor da escola chamado Luís Nogueira de Paula e o outro.... O Nogueira não era meu parente não, e o outro era o Maurício Joppert, foi senador ou deputado; era professor da escola de engenharia. Agora o outro professor de fora chamava-se Haroldo Lisboa da Cunha, esse foi, também empataram os dois candidatos e no fim desempatou a favor do candidato interino. Então eu ganhei o concurso, tendo dois votos contra um e notas médias superior, mas com os desempates ficou o interino na cadeira. Foi muito bom para mim, porque isso foi em [19]50 e em [19]51 voltava Getúlio Vargas e o Ministro do Trabalho Dalton Coelho que soube do escândalo que os jornais noticiaram, publicando o quadro de notas; achou de fazer daquilo um caso político e disse: “Esse escândalo só se imagina no governo do Dutra”. E me mandou nomear diretor do IAPTEC, foi assim que eu saí do Ministério do Trabalho e fui ser diretor do Departamento de Atuária e Estatística do IAPTEC com um salário duas vezes maior do que o de catedrático. O Dutra não tinha nada que ver com o caso, mas há males que vem para bem, logo depois a própria congregação reconhecendo todo o trabalho político que foi aquele concurso, me contratou para lecionar na faculdade. E dez anos mais tarde, em [19]60 morreu o titular, o interino que foi nomeado. A congregação queria que eu assumisse a cadeira sem concurso, mas eu achei que era ocasião de dar oportunidade a pessoas jovens, que quisessem concorrer e chamei algumas pessoas para concorrer comigo. Mas ninguém concorreu, e eu voltei a fazer o concurso. É um caso inédito, alguém concorrer para uma cadeira apresentando como titular a prova de haver tirado primeiro lugar no concurso para a mesma cadeira realizado dez anos antes. Então, a banca me examinou, eu candidato único, e talvez por bondade da banca tive distinção em todas as provas, de todos os examinadores.

MC - Antes da gente passar este período que o senhor está no IAPTEC eu gostaria de perguntar para o senhor o seguinte: o senhor poderia falar um pouco mais deste trabalho que o senhor fazia no Ministério do Trabalho, o trabalho que o senhor desenvolvia, avaliações, ou o senhor se lembra de algum trabalho mais significativo que o senhor tenha feito nesse período?

RN - Bom, já naquela época havia muita pesquisa técnica, muitos trabalhos, de que eu me recordo, foi apresentado num concurso de monografia do IBGE. Esse concurso foi a

minha tese foi premiada, foi o primeiro prêmio. Problema de matemática de ajustamento de uma lei, chamada lei de Quignet, Quignet foi um atuário francês que interpretou o fenômeno da mortalidade em função da idade. A taxa de mortalidade cresce com a idade, a força da mortalidade é maior para a idade mais elevada, ela é influenciada pelos desgastes orgânicos, que dependem da idade, e por algumas circunstâncias aleatórias. E Quignet se preocupou com um tipo de interpretação matemática da mortalidade que se enquadra num grupo de funções, são as funções de Quignet, os primeiros estudos sobre isso foram feitos por Gompertz*, Mayerant*, atuários que interpretavam a mortalidade mediante expressões que mais tarde Quignet enquadrou no seu grupo muito mais geral. Agora num caso concreto diante de uma observação sobre a mortalidade, como encontrar as constantes da lei de Quignet, para ajustar aquela observação numa das suas formas; esse problema estava aberto e conduzia a um sistema de equações algébricas de grau elevado, não do primeiro grau. E um sistema de equações de grau superior, ao primeiro geralmente não tem uma resolução simples, até pode ser impraticável, mas eu percebi esse problema, não sei porque tipo de fé e depois de uns seis meses telefonava para o Porto Carreiro de madrugada para dizer que tinha encontrado a chave. Esse trabalho é o resultado dessa pesquisa, bonito problema.

LO - Quer dizer que o senhor tinha oportunidade de pesquisar no Ministério do Trabalho, pesquisar?

RN - Tinha.

LO - O senhor tinha tempo para isso?

RN - Dava.

LO - O senhor acha que o concurso e a organização do concurso indicam que o estado estava valorizando o papel do atuário, o papel do técnico, quer dizer, havia um crescimento na valorização no papel do técnico do Estado, no aparelho do Estado.

RN - Havia a necessidade de fiscalizar as operações de seguro no país e não havia atuários brasileiros. Não havia escolas que formassem atuaristas, ainda, havia esses atuários do Ministério do Trabalho concursados para exercer essa vigilância técnica.

LO - Vigilância, o termo, o papel do atuário era um papel de vigilância.

RN - É, as companhias de seguro importavam atuários da Europa, da América, nem sempre os melhores, porque para virem para o Brasil os técnicos de melhor qualidade na Europa não se sentiam muito entusiasmados. Mas como era difícil encontrar um técnico o governo criou esse quadro de atuário no Ministério do Trabalho com um salário superior a de um engenheiro, para atrair os engenheiros a fazerem o concurso ou os matemáticos.

LO - Isso parece que foi revertido hoje?

* Transcrição aproximada do nome.

RN - Foi revertido porque depois no governo Dutra foi permitida a acumulação de cargos técnicos, os de magistério e o professor catedrático no governo Dutra, teve uma remuneração elevada, era o famoso cargo letra “O”; por isso é que todos nós atuários que tínhamos necessidade de ganhar mais buscávamos o concurso de magistério. Eu então comecei a acumular depois de catedrático, cargo de professor com o cargo de atuário. Me aposentei pelos dois cargos, como professor minha aposentadoria anda por volta de Cr\$8.000,00 apenas; como diretor do IAPTEC anda por Cr\$ 30.000,00 eu não tenho muita ideia não, que isso é colocado no banco.

LO - Nesse período que o senhor está trabalhando no Ministério do Trabalho, o senhor citou fontes de dados biométricos, esses dados eles eram provenientes de quê? Eram censo? Do Censo?

RN - Alguns vinham de experiência do IBGE, mas outros de companheiros de seguro que também forneciam esses dados; os próprios institutos de Previdência também tinham os registros dos sinistros, os expostos ao risco, e nós tínhamos elementos para criar estas tábuas. Este método de Quignet neste trabalho de 1948, que eu apresentei ao IBGE, eu usei para ajustar a mortalidade de inválidos. Até usei o trabalho, usei a colaboração do doutor Adão falando ao telefone: “Rio, vê se você localiza o trabalho meu do IBGE, aquele que foi premiado lembra?” Que o Adão fez um ajustamento o que saiu publicado no IBGE em [19]48, sabe o que é? Aí só eu mesmo procurando... Houve tanta pesquisa, eu escrevi com Porto Carreiro uma representação abstrata do acaso, como modelo para o cálculo de probabilidade, um trabalho matemático. Este trabalho foi válido justamente para me despertar uma outra tendência, olhar a probabilidade não como um índice matemático, mas sim como uma medida da crença individual de alguém no acontecimento. Saí de uma visão objetiva e forçada para uma visão subjetiva natural, probabilidade de um acontecimento não é objetiva não, depende apenas do acontecimento, depende de um indivíduo que contempla aquele acontecimento e sobre ele tem dúvida, e sobre ele tem crença. Então, esse subjetivismo constituiu um ponto de partida para um trabalho meu em cálculo de probabilidades, em que eu procurava uma definição, um princípio afastado da doutrina matemática que tendia a impor a probabilidade como algo inerente ao acontecimento, porém independente do indivíduo. Dei uma definição que usei como base de um trabalho didático, que foi o livro texto para os meus alunos de cálculo de probabilidade na Escola Nacional de Ciências e Estatísticas. Essa escola se fundou em 1953 e eu fui um dos fundadores.

MC - Já que o senhor está falando um pouco da Escola Nacional de Estatística, o senhor acha que esta fundação da Escola da ENCE tem alguma coisa a ver com esta preocupação de criar um corpo de atuários, ou já era uma outra?

RN - Atuários não, estatísticos, isto também teve ligação com o meu concurso de 1950, eu tinha acabado de fazer o concurso e os jornais publicaram o escândalo e no IBGE havia uma figura muito pitoresca...

Fita 4 – Lado A

RN - O Lourival Câmara era um empreendedor, quis criar uma escola para formar estatísticos em nível superior, e quando ele soube do resultado deste concurso ele

telefonou: “ Rio vem cá que eu estou criando uma escola, escolhe uma cadeira para você e indica outros professores da congregação”. Eu fui e escolhi cálculo de probabilidade e indiquei para outras cadeiras todas as pessoas que eu julgava capazes para exercer cadeiras. Uma ou outra ele próprio indicou, mas a grande maioria fui eu quem indicou.

MB - Por que, o que me vem à lembrança...

RN - Essa escola de estatística se transformou num centro de estudos muito sério com toda essa gente levando o ensino num grau de seriedade bastante elevado, eu mesmo dava aula em férias, pelo prazer de dar aulas de um assunto novo, como foram as cadeiras de Marcofira. A escola durante muito tempo foi um modelo extraordinário de ensino.

MC - O senhor falou as cadeiras?

RN - Não, me referi às cadeiras de Marcofina.

MC - Cadeiras de Marcofina, lá.

RN - Que constituem um caso de processos estocásticos, processos aleatórios, estudos avançados em probabilidades; eu depois de dar curso regular convidava os alunos para durante as férias, e eles iam, com entusiasmo muito grande. Ainda em tempos atuais a doutora Vera Werneck, que trabalha conosco, é a nossa diretora técnica, lembra esse entusiasmo que eu tinha como professor na época. Ainda outro dia eu declarei que o meu grande defeito como professor era não gostar dos alunos, isto pode parecer contraditório, eu chamar os alunos nas férias, eles acham isso; mas honestamente eu confesso que o interesse era mais meu mesmo de estudar aquele assunto tão atraente junto com os alunos, do que propriamente fazer alguma coisa em favor dos alunos.

MC - E o senhor está falando da ENCE, da criação da ENCE em [19]53, e também falou antes dos concursos para atuários do Ministério do Trabalho, que eram concursos muito exigentes, esses concursos, muito sérios, muito exigentes. O senhor, a partir de quando o senhor considera que a preocupação com a estatística e com a atuária torna-se uma questão de governo, porque a estatística é a ciência do Estado, o significado da palavra estatística parece que é este.

RN - A estatística é...

MC - Ciência do governo, ciência do Estado, e a atuária como o senhor disse na vez passada, se não me engano, o escrivão, não, o escrivão, não, que redige os textos.

RN - Os conceitos antigos...

MC - Redige os textos?

RN - A etimologia dessas palavras eu me lembro apenas de que a palavra atuário veio das atas do Senado romano e a estatística você lembrou bem, está inicialmente ligado ao conceito, ao estudo do problema de massa, e o Estado se ocupa com as massas humanas. Mas depois o sentido da palavra tomou um alcance mais amplo, na verdade a estatística

seria o cálculo de probabilidade aplicado. Ocorre como uma forma de estimação de probabilidades através da análise dos resultados de longas séries de experiências realizadas em condições semelhantes. Vamos ver se eu esclareço um pouco mais isso: se você tem a respeito de um certo acontecimento possibilidade de realizar uma longa série de experiência, cada uma das quais podendo resultar naquele acontecimento, ou no seu contrário; contando o número de vezes em que o acontecimento aparece naquela longa série de provas e dividindo esse número de provas realizadas, você tem a frequência relativa do aparecimento. Essa frequência relativa com o crescer do número de provas converge para um certo valor no sentido de que ela ficou oscilando cada vez menos e depois de um grande número de experiências esse valor em torno do qual essa frequência ficou oscilando seria uma medida de probabilidade do evento. Essa estabilização da frequência relativa é chamada lei dos grandes números, lei empírica do acaso. Até a frase célebre de Bertrand: “Como nós ousamos falar da lei do acaso, pois se o acaso é antítese de toda a lei. Quando apesar de caprichoso ele tem a sua lei que é a estabilização das frequências relativas ao longo de uma série de provas muito extensas. Mas nem sempre você tem a respeito de um acontecimento a chance de realizar uma série de provas. Se eu pergunto, por exemplo, qual é a probabilidade de Moreira Franco ou Darcy Ribeiro ser eleito, eu não tenho provas, não tenho experiências semelhantes sobre este evento.

LO - Já sobre a loteria esportiva a gente tem uma chance dos treze pontos, não é o que as pessoas, pelo menos tem a tentativa de aproximação, o senhor acha que não?

RN - Não, uma das bases do cálculo de probabilidades é que não há sistema de jogo capaz de permitir a alguém ganhar sistematicamente ou por método qualquer. É um dos axiomas das probabilidades. Então esta probabilidade que você mede pela estatística, pelas observações, por isso eu disse: a estatística é um instrumento de medida das probabilidades, seria o cálculo de probabilidade aplicado, se eu quero chegar a uma probabilidade objetiva no sentido de ser aceitável por várias pessoas sobre a morte de um indivíduo de trinta anos; um indivíduo escolhido ao acaso num grupo de brasileiros que vivam dentro de condições similares, então eu posso verificar durante o curso de um ano quantos daqueles brasileiros de trinta anos morreram. Então se para cada mil brasileiros de trinta anos morrem sete no curso de um ano, eu tenho a morte, o acontecimento morte ocorrendo sete vezes ao longo de uma série extensa de mil testes, mil experiências que se consideram similares; não são similares, uns fumam outros não fumam. Mas as causas que variam de um caso para outro caso se situariam dentro daquele tipo de causa que Porto Carrero analisou como típicos do acaso. Então sete por mil é uma frequência relativa. Por razões de caráter teórico, e por razões também de caráter psicológico a pessoa é levada a acreditar numa probabilidade de sete por mil, no tocante à morte de alguém de 30 anos. Eu falei em razões de caráter psicológico porque isto está baseado no princípio metodológico do comportamento humano, que é esta a regra da alta probabilidade. Diante de uma probabilidade elevada o homem comum reage como se o fato fosse certo, diante de uma probabilidade muito baixa o homem comum reage como se o fato fosse impossível. Então tendo em conta esse princípio, que é uma regra do comportamento humano, e quem contraria a regra é acusado de paranoia, paranoia é isso, a pessoa crer, temer um evento de probabilidade extremamente baixa. A pessoa qualquer coisa que dê uma suspeita de que possa acontecer aquele evento passa a acreditar naquilo embora a probabilidade seja baixa. Então, a regra da alta probabilidade leva a pessoa a aceitar a frequência relativa como um índice mensurador da probabilidade. Então a

estatística permite a estimação de parâmetros, alguns são probabilidades, outros estão ligados à probabilidade. A estatística como ciência, como instrumento de previsão, e isso o próprio cálculo de probabilidade jogado para a estimulação de parâmetros partindo de amostras colhidas na população.

MC - Doutor Rio Nogueira, eu queria provocar um pouco a sua matematização das questões políticas.

RN - Das questões políticas? Aí eu sou muito fraco.

MC - É, porque o senhor aí envereda sempre pela matematização das questões políticas, por sinal como o senhor falou de acaso e possibilidade das pessoas intervirem neste acaso. Isto me lembrou muito o Maquiavel, que é também um matematizador da política, *O Príncipe*, não sei se o senhor leu. *O Príncipe*, mas acho que o senhor ficaria muito... O senhor leu *O Príncipe*?

RN - É, li e todos eles têm esta tendência da axiomatização da formulação de princípios e a extração de corolários, de consequências lógicas.

MC - Mas eu queria lançar o seguinte: queria voltar à minha pergunta no sentido de que essa situação toda, o senhor acha que esse grande impulso da atuária, principalmente talvez, não sei se estou dando um chute, mas a partir dos anos [19]40, de certa maneira, expressa pelo concurso no Ministério do Trabalho e também depois na época da criação da ENCE, que é diferente da atuária; o senhor não acha que existe neste momento uma preocupação muito grande por parte do Estado de aferir de maneira mais fidedigna, se poderia dizer assim, dados ou fenômenos sociais, e que não deixa de ser: mortalidade, natalidade, esperança de vida. O senhor nesta época como atuário do Ministério do Trabalho, o senhor percebe essa preocupação do estado em melhorar seus instrumentos de aferição?

RN - Bom...

MC - Por exemplo, a ENCE criada pelo IBGE é um órgão do Estado, quer dizer...

RN - Bom, aí já é uma atividade não do campo atuarial, em que a estatística e o cálculo de probabilidade estariam voltados para a regulamentação das operações de seguros e de capitalização, aí já é o próprio IBGE, órgão incumbido de disciplinar atividades estatísticas do interesse do governo, já é algo com alcance social mais amplo. A escola de estatística quando nasceu pela força de vontade do professor Lourival Câmara, pretendia criar especialistas em estatísticas avançadas e imprimir às atividades do IBGE um cientificismo que não existia antes, em que os fenômenos aleatórios fossem abordados com técnicas aprimoradas. O currículo da escola de estatística era e é ainda muito rico, há cadeiras básicas de matemática, cálculo de probabilidades, muito subdivididas em especializações, Matemática, lá na escola de estatística são apresentadas aos alunos várias cadeiras, análise matemática, cálculo, análise das ciências finitas. Cálculo de probabilidades no meu tempo se dava no primeiro ano e no segundo ano, no terceiro ano, processos estocásticos e vinham as cadeiras práticas, análise das séries históricas que têm aplicação na economia, havia inferência estatística, parte de previsão estatística e havia

também cadeiras muito práticas como controle de qualidade, em que o estatístico poderia ajudar as empresas a fazer, a esquematizar seus controles. Eu próprio tive ocasião de no jornal *Correio da Manhã* desenvolver vários trabalhos de pesquisa operacional até para verificar se os produtores de papel não estariam prejudicando o jornal, vendendo papel mais pesado do que se deveria oferecer. Sabe que a gramagem do papel é muito importante, se o papel for mais pesado numa mesma superfície impressora você tem um peso maior e então uma bobina de 500 kg tem menos superfície impressora do que uma bobina de 400 kg, porque se a gramagem do papel for, se o peso do metro quadrado de um papel for maior eu tenho menos superfície impressora do que se for menor. O papel que convém ao jornal é o de gramagem mais baixa, não pode ser tão fino, muito, exageradamente fino; mas eu me lembro que o *Correio da Manhã* se vendia bobina com uma gramagem de 50grs por m², quando eu mandei recortar vários quadrados de um metro de dimensão e pesei numa balança, para verificar a média e o desvio padrão que todo modelo que eu tinha armado dependia da distribuição do peso, notei pela amostra que o peso não era 50g, era 55g, o que significa que o jornal estava sendo prejudicado em 10%, o que levou o jornal a fazer o protesto junto às empresas fornecedoras.

LO - Em que época?

RN - Foi...

LO - Quem dirigia o *Correio da Manhã*?

RN - Foi, olha eu vou lhe dizer, era Niomar Moniz Sodré, e o gerente era o Hélio Camilo de Almeida e isso foi pelos idos de [19]64, foi na ocasião em que a revolução ocorreu. E o jornal *Correio da Manhã*, que inicialmente foi favorável fez logo um protesto: Terrorismo não, recorde. E foi por intermédio de um dos elementos do jornal que eu consegui entrar numa prisão, para dar um pouco de conforto a um amigo meu, que era funcionário da Petrobrás, Eduardo Sobral e que já morreu e possivelmente com sua saúde prejudicada pelos maus tratos. Eu estive lá, rompi aquele cerco e vi a comida que ofereciam, e perguntei: “Que pano preto é esse?” E quando fui ver eram moscas. Eram umas 400 pessoas num recinto com um único banheiro, cuja descarga era acionada por fora. Foi uma época trágica, que aquele senhor Borei*, estava ainda em ação. Uma coisa que me impressiona muito é que no Brasil homens como Filinto Müller tenham tido todo esse apoio até o fim da vida. Bom isso não tem que ver com o que nós estávamos falando.

LO - Tem indiretamente, acho que tem...

MC - O senhor falando sobre a ENCE e sobre a questão dessa pergunta que eu fiz para o senhor do Ministério do Trabalho, o senhor acha que tem alguma relação todas as exigências, todas essas seriedades como uma reocupação do Estado, já?

RN - Não, eu acho que o Getúlio teve uma coisa de bom, procurou estabelecer concursos pelo DASP, para admitir no serviço público gente escolhida na base do concurso. Através do sistema de mérito, ele não admitira pistolões. Foi no governo do Getúlio que eu fiz dois concursos, para o serviço público de meteorologista e de atuário. E o Murilo Braga

* Transcrição aproximada do nome.

era diretor do DASP, um homem duro, arrogante, sério, a parte, pelo menos profissional eu não tenho dúvida, de que ele era um homem sério. Era a época do Getúlio e aí então os concursos foram realmente muito prestigiados não só na parte de atuários como em todas as outras, o serviço público antigamente era muito mais moralizado do que hoje, em que o ingresso é feito sabe Deus como, não é?

LO - O senhor falou que o serviço atuarial era separado, eram várias divisões. E o serviço atuarial era assim?

RN - Não o serviço atuarial compreendia várias divisões.

LO - Ah, quer dizer que o senhor trabalhava no serviço atuarial?

RN - Serviço atuarial e havia um conselho atuarial constituído pelos atuários de serviço atuarial. Portanto ao entrar para o quadro de atuários automaticamente eu entrei para o conselho Atuarial.

LO - No Ministério do Trabalho?

MC - Ministério do Trabalho.

LO - Esse serviço atuarial que o senhor fala que tinha várias divisões, mais ou menos quantos atuários, o Conselho Atuarial era composto de quantos atuários?

RN - Uns dezesseis atuários, no máximo.

MC - Era um pequeno grupo, não é professor?

RN - Muito pequeno, era um quadro restrito.

LO - Para controle das empresas privadas?

RN - Das campanhas de seguros.

LO - Das companhias de seguros e dos institutos?

RN - Dos institutos.

LO - Das Caixas também?

RN - Não, aí não.

LO - Não havia mais Caixas, não é?

LO - Não, a CAPFESP...

MC - Tinha Caixas sim, em [19]45, as Caixas foram até [19]53, quando foi criada uma...

LO - [19]60?

MC - É, foi até [19]60, o senhor se lembra...

RN - As Caixas de aposentadoria dos empregados da ferrovia CAPFESP.

MC - CAPFESP foi criado em [19]53 com a fusão de várias Caixas, depois foi criado o IAPFESP em [19]60. O senhor se lembra também de...

RN - As datas realmente não guardo não, sei que foi na década de [19]30, que estes institutos...

LO - Não aparecer.

RN - Começaram a aparecer, parece que primeiro foi o IAPI, quer dizer, o IAPI fez o primeiro concurso.

LO - Parece que o último foi o IAPI.

RN - O último, havia o IAPM.

MC - É, o IAPM foi o primeiro.

RN - E o IAPTEC, mas eu fiquei então, desde [19]45 até [19]51 trabalhando no Ministério do Trabalho no quadro de atuários em [19]51 em consequência do concurso e pela interpretação política do Ministro Danton Coelho e fui nomeado diretor do IAPTEC, Departamento de Atuária e Estatística, e aí fiquei no IAPTEC de 1951 até 1966, quando houve a fusão dos institutos e continuei então no INPS já estabilizado na condição de diretor.

MC - Eu queria continuar aqui no Ministério do Trabalho.

LO - É, tem o Ministério do Trabalho. Eu tenho uma gestão.

MC - Então vá lá.

LO - Eu queria saber, o senhor entra e começa trabalhando com a questão das empresas privadas, o seguro privado, o senhor passou um tempo nessa área de seguros privados. É uma área muito polêmica, parece que as empresas seguradoras brigavam no parlamento, corrompiam, em busca da permanência do monopólio, dos seguros por acidentes de trabalho; da permanência desse tipo de seguro na área privada. O senhor teve algum reflexo desse tipo de atitude lá dentro do Ministério do Trabalho, o senhor sentiu algum tipo de...

RN - O seguro que foi objeto de estatização foi o de acidentes do trabalho e foi obra do atuário Silvio Pinto Lopes, que não descansou enquanto não socializou o seguro de acidente do trabalho, para grande revolta das companhias de seguros, uma vez que este seguro era extremamente rendoso.

LO - O senhor chegou a trabalhar com essas empresas de seguros de acidente de trabalho, fiscalizando?

RN - Não, porque a Divisão de Acidentes do Trabalho tratava desta questão, e eu ficava ou na Divisão de Pesquisas ou na Divisão de Seguros Sociais ou na Divisão de Seguros Privados e Capitalização. Então a minha especialização foi seguros sociais e seguros privados e capitalização, com sorteio de títulos.

MC - Eu gostaria de me deter em cada um desses trabalhos que o senhor teve, que o senhor exerceu. Essas atividades que o senhor exerceu em relação à pesquisa eu queria fazer uma pergunta para o senhor...

RN - Esse é o trabalho que foi premiado, saiu publicado.

MC - Esse trabalho é sobre um problema de ajustamento analítico?

RN - É.

MC - Esse foi o trabalho que o senhor apresentou para defesa?

RN - Trabalho premiado no concurso Bulhões Carvalho, 1948, promovido pela Sociedade Brasileira de Estatística. É um trabalho altamente matematizado em que as funções de Quignet ficaram com a metodologia própria para os ajustamentos, as leis de mortalidade e outras. Aqui eu tenho o final do ajustamento da mortalidade de inválidos usando a experiência das caixas de aposentadoria e pensões do período de [19]23 a [19]41.

LO - Dados da DPS, professor?

RN - Vejam como os cursos ajustantes interpolam dados empíricos.

LO - A base, estes dados estatísticos são provenientes do Departamento de Previdência Social, professor?

RN - Esses dados estatísticos foram colhidos das Caixas de Aposentadoria e Pensões, que registravam as mortes dos aposentados por invalidez, e de maneira a permitir a estimativa das frequências relativas de mortes em dependência da idade. Vocês vejam que os inválidos mais jovens morriam com probabilidades maiores porque eram doenças; a invalidez era provocada por doenças que matavam num prazo curto como a tuberculose. Depois também a probabilidade de morte volta a crescer, aí já quando a invalidez é provocada pela cardiopatia grave ou pelo câncer.

LO - O senhor tinha confiabilidade nos dados que o senhor trabalhava, quer dizer, tinha graus...

RN - Contabilidade?

LO - O senhor confiava nos dados, eram dados confiáveis, os dados obtidos então?

RN - É, esses dados eram levantados em sistemas projetados com algum cuidado daquele tempo. Evidentemente antes de usar as informações existem testes de confiabilidade. Aqueles casos que fogem da normalidade são retirados das observações. Todo nosso trabalho aqui hoje na STEA que tem uma dimensão muito maior.

Fita 4 - Lado B

RN - E atuarial, nossa empresa hoje contém um equipamento humano e material muito superior. Temos 50 empregados, mais dez autônomos funcionando regularmente, temos aqui três divisões atuariais, uma divisão de estatística, uma divisão de pesquisa, uma divisão de projetos especiais, departamento de processos de dados, conselho atuarial; então hoje a STEA é muito maior do que foi o Conselho Atuarial e do que é hoje ainda a Secretaria de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência. Porque aí os dados que nós obtemos vem das empresas de acordo com programações elaboradas por nós, e a primeira coisa que se faz com os dados é verificar a sua fidedignidade afastando-se desde logo os casos inadmissíveis. Além de se preparar para quem fornece os dados nas empresas uma série de testes iniciais para evitar uma viagem inútil dos dados. Para reduzir essas remessas inúteis. Então havia de fato na ocasião, uma certa confiança nos dados.

MC - Eu queria que o senhor se detivesse um pouco no trabalho que o senhor fazia nestas três áreas que o senhor colocou: área de seguro de pesquisa, seguros sociais e seguros privados. Em relação à primeira que era de pesquisa, o senhor por um acaso percebeu, não sei quantos anos, quanto tempo o senhor trabalhou na área de pesquisa propriamente dita, o senhor se lembra?

RN - Olha, Marcos, é muito difícil eu me lembrar de prazos, de datas, eu tenho que reportar a sua pergunta a alguns fatos relevantes que me marcaram, não é? Na Divisão de Pesquisas eu trabalhei com o grande mestre Oscar Edvaldo Porto Carrero, e era natural que lá eu desenvolvesse pesquisas teóricas como esta que eu mostrei. Às vezes apareciam problemas, apareciam problemas de mudança de prazo de carência, exemplo, o auxílio doença. O sistema previdencial básico só entra em ação depois do 15º dia de doença, antes a empresa tem que cobrir o risco. Que efeitos haveria para economizar a Previdência se ao invés de 15 dias fossem 20 dias ou 30 dias. Você é levado a fazer um estudo do tempo de permanência em doença, como é que este tempo se comporta probabilisticamente, há uma variável aleatória, dado que alguém ficou doente, por quanto tempo ele continuará doente, pode ser um dia, três dias, cinco dias, vinte dias, dois meses, dois anos. Então há aí um campo para você aplicar possivelmente uma teoria probabilística, cálculo de probabilidade, uma distribuição de Poisson, e coisas deste tipo que o conhecimento teórico do cálculo de probabilidade seja, e a imaginação é estimulada pela própria teoria, para que você dê um tratamento que lhe permita mensurar os efeitos numa mudança na regulamentação.

MC - O senhor poderia dar outros exemplos de situações que o senhor se defrontou em...

RN - Da área de pesquisa?

MC - Da área de pesquisas, de mudanças de regulamentação.

RN - Todas as mudanças na legislação de Previdência, todas as mudanças de legislação básica, por exemplo, a instituição de um limite de idade maior ou menor para a aposentadoria por tempo de serviço produz uma redução no custo, uma vez que seria uma restrição para a concessão do benefício; quanto isto representa de economia para a instituição. As avaliações atuariais de uma forma geral, qual a taxa de contribuição que as empresas devem pagar e os empregados também para suportar um plano de benefícios que tenha tal elenco de proteção securitária. Então avaliações atuariais de uma forma geral são uma atividade rotineira, mas que frequentemente ensejam pesquisas específicas a respeito de quaisquer peculiaridades inseridas nos planos. E hoje aqui, e não mudou muito, o que nós fazemos hoje na STEA, temos uma divisão de pesquisas com este objetivo quer se mudar qualquer parâmetro do plano de benefícios, que efeitos isso terá, reduções de período de carência para conceder benefícios. E havia pesquisa no campo demográfico, afinal o que é o plano de custeio, é um conjunto de regras quantificadoras das fontes de receita que irão sustentar os encargos do plano; mas esses encargos são definidos em face de uma composição etária e salarial da massa existente e de todas as gerações futuras, então a demografia que cuida da lei de ingresso de novos segurados é um campo da estatística... É um caminho inevitável para pesquisas dos efeitos dos novos entrados, de repente se cogita de que a quantidade de empregados vai crescer dentro de um certo tino, isso vai influir na receita, vai influir no retardamento, no envelhecimento da massa e finalmente nas taxas de contribuição das empresas dos empregados, do próprio governo; naquele tempo o governo pagava. Há uma enormidade de campo de pesquisa, por isso os atuários do Ministério, volta e meia publicavam trabalhos de muito valor no boletim do Instituto Brasileiro de Atuária, que agora não publica mais nada ou então na própria Revista Brasileira de Atuária. Eu trabalhei muito na parte de pesquisa, se for levantar todos os trabalhos que nós fizemos: Porto Carrero, eu, Barros Barreto, Adão Peixoto de Oliveira, vamos encontrar muita coisa.

LO - Senhor Rio, quanto a isso que o senhor falou eu tenho duas perguntas: primeira: se é possível fazer atuária da assistência médica, fazer o cálculo da atuária em cima de assistência médica ou na assistência médica não chega naquele caso da Loteria Esportiva. Pode dar qualquer resultado e não há possibilidade de cálculo probabilístico?

RN - Sendo a incidência da morbidez um evento aleatório que resulte em despesa financeira com assistência, é um fenômeno que se enquadra tipicamente entre as atividades do atuário. É um fenômeno financeiro com características de fortuidade de aleatoriedade, então o custo de um sistema de assistência médica vai depender disto. Da taxa de morbidez, da incidência da doença, dos custos ambulatoriais e da internação hospitalar, mais difícil do que um estudo de previdência, de morte ou de aposentadoria ou de invalidez e mais difícil. Porque os custos são influenciados por variáveis conjunturais de mercado e também a própria noção de doença é um tanto subjetiva. Eu já mencionei que o Jaques Bertrion dizia: É muito fácil saber quando alguém morreu, mas nem sempre quando alguém está doente. Então para a assistência médica o atuário recomenda não criar uma taxa, recomenda que se fixe uma taxa de custeio em função da folha salarial dos segurados, digamos 4% da folha de salário e que se acomodam nas despesas de assistência médica de maneira que caibam dentro dessa receita, mas...

LO - Isso não é abandonar, em parte, o cálculo atuarial, fazer uma conta de chegada?

RN - Até neste momento de cálculo de custo seria dizer: vocês procurarem acomodar a assistência médica de maneira que isto custe apenas 4%, não passem disto. Mas não é abandonar, por exemplo, a técnica quando depois que o sistema é implantado venha um sistema de controle para verificar se aqui ou ali o fenômeno se mantém dentro da normalidade. Se você quiser, por exemplo, detectar alguma irregularidade num tipo de tratamento, o número de amidalectomias realizadas num determinado local, saber se aquele número foi maior ou menor do que a média é fácil, saber se ele escapa do intervalo admissível para a normalidade, se o número excede por média ou mais três desvios padrões, aí já entra a técnica estatística para começar por determinar o comportamento probabilístico da frequência de amidalectomias e assim por todos os outros tipos de intervenção cirúrgicas e de atendimento ambulatoriais, isso se você quiser controlar os gastos da assistência médica.

LO - O senhor pegou um exemplo interessante, da amidalectomia, justamente um exemplo que parece que era impossível de controlar à medida que havia uma epidemia de amidalectomia pelo menos alguns médicos anotaram isso, ou seja, uma série de fatores, além dos fatores estritamente de saúde são introduzidos nesta questão e alteram drasticamente os dados, impedindo às vezes, cálculos e resultados, eu estou falando isso porque parece que isso era um argumento dos atuários, neste período que o senhor está trabalhando no Ministério do Trabalho, para justificar a não inclusão da assistência médica dentro do serviço da Previdência Social porque a assistência médica era infensa nos cálculos atuariais, na época o senhor discordava disso?

RN - Não, os atuários discordavam quando os políticos que dirigiam os institutos gastavam com assistência médica mais do que podiam, às custas de reservas criadas para a Previdência. Isto significava para os atuários, que no futuro não havendo tais reservas a Previdência ia ficar descalçada e exigiria um sacrifício contributivo cada vez maior, entrando no chamado regime de repressão simples. Foi o que ocorreu, quando os atuários alertavam aos presidentes dos Institutos, eu próprio fiz isso durante anos; e o João Lira Madeira fazia o mesmo no IAPI, os atuários eram pura e simplesmente esquecidos porque os políticos queriam a aprovação daquelas grandes massas de assegurados, e a assistência médica aparecia imediatamente, enquanto a aposentadoria e pensão seriam benefícios remotos, não tinham aquele brilhantismo eleitoral.

LO - Mas o senhor acha então que dentro do setor atuarial, do conselho atuarial que o senhor partilhou não havia uma posição efetivamente contrária à assistência médica?

RN - Não, nenhum atuário poderia ser contrário à assistência médica.

LO - Dentro da Previdência Social, desculpa, especificamente dentro da Previdência Social.

RN - Bom, o afastamento para o Ministério da Saúde retiraria o problema dos atuários porque eles não teriam mais que resolver o caso.

LO - Porque era de arrancar os cabelos?

RN - Agora os políticos ficariam impedidos de usar os recursos da Previdência para gastos com a assistência médica. Haveria alguma vantagem pública com esse deslocamento para a Previdência. Conceitualmente esta divisão não tem sentido porque o mesmo Ministério deveria cuidar da previdência e da assistência como termos de um binômio, um binômio de seguridade.

LO - Mas estas reflexões já eram feitas nos anos [19]45/[19]50?

RN - Porque eu me lembro que quando entrei para o Ministério, já se falava em seguridade. Havia o ISSB, o projeto do ISSB, então realmente a assistência e a Previdência deveriam desde aquela época ficar sob o comando de um mesmo Ministério.

LO - A minha segunda pergunta entra por este caminho: através da Seguridade Social a gente não torna os pressupostos da seguridade social, não tornaram de todo, ou não tornam de todo impossível o cálculo atuarial. Eu falo o seguinte: à medida que a gente desvincula a contribuição do benefício não torna o cálculo atuarial uma coisa desnecessária; o caso do Funrural. O trabalhador rural não contribui e tem assistência, que cálculo atuarial pode ser feito aí?

RN - Ele pode não contribuir, você fala do trabalhador rural de um nível baixo, que trabalha no campo e não recebe o resultado do trabalho sob a forma de um salário descontado.

LO - É, é essa desvinculação entre a contribuição e o benefício.

RN - Mas o custo dos benefícios que vão ser proporcionados a ele são avaliados por técnicas atuariais, os próprios custos, e se ele não contribui alguém tem que contribuir para cobrir os custos, senão são os próprios rurais, será a União. Mas nem por isso desaparece o trabalho atuarial de avaliar os custos para dimensioná-los e estabelecer a contribuição da União. A previsão é indispensável mesmo nestes casos. Os custos da aposentadoria, da pensão, do auxílio doença são avaliados sempre combinando os valores monetários assegurados aos infortunados com as probabilidades de ocorrerem os eventos que motivam o pagamento. Probabilidade de morte, invalidez, de morbidez, então todo o cálculo atuarial aparece aí, o fato de não haver uma... Porque o atuário não age apenas na equação de equilíbrio da contribuição do próprio empregado, é uma contribuição que não vem do empregado, mas tem que vir da União, tem que vir de algum lugar.

LO - Mas o atuário não se transforma então apenas num vigilante, num auditor, em alguém que tem que fazer fiscalizando?

RN - Não, ele está calculando.

LO - Porque eu tenho isso aqui, tenho esse dinheiro, agora vamos ver como vai distribuir, quer dizer, não é...

RN - Não, não é bem assim neste caso, não. Se for feito tal plano de benefício o custo vai ser tanto, vai ser calculado pelo atuário, e a União já fica sabendo que tem que contribuir com aquilo. Existe um parágrafo único do artigo 165 da Constituição do Brasil que espera,

seja mantido que é bem explícito: Nenhum benefício ou serviço pode ser criado e estendido ou na jornada na Previdência Social sem que seja criada a correspondente fonte de cobertura da receita.

LO - Artigo da Constituição Brasileira?

RN - Parágrafo único do artigo 165 da Constituição. Se não pode ser criada ou majorada ou estendida qualquer atividade na área previdencial e assistencial sem a criação da competente fonte de receita quem é que vai calcular essa competente fonte de receita é o atuário. Agora mesmo um grupo de trabalho que está elaborando um projeto de reforma dos planos de benefícios e de custeio da Previdência Social teve que ouvir o Conselho Atuarial sobre os custos do projeto. E o Conselho Atuarial por enquanto não deu informação alguma, pura e simplesmente porque o grupo que elaborou o projeto também não fixou definitivamente os benefícios que vão ser aumentados, melhorados ou estendidos. Não é possível fazer custos em cima de situações indefinidas. O que o conselho poderia é promover uma série de simulações para várias hipóteses, avaliar os correspondentes custos, mas isso é muito para o Ministério da Previdência, eles não têm equipe para fazer isso, entendeu? Quando nós aqui na STEA hoje, elaboramos um projeto de Previdência privada, temos já um programa que comanda o computador para gerar “n” simulações, dezenas de simulações. É um programa parametrizado e as simulações são realizadas pela simples alteração dos níveis desses parâmetros do programa. Parâmetros cujo conjunto se chama espectro atuarial, terminologia da STEA, mas o Ministério não dispõe de nada semelhante, mesmo porque não estava esperando que viesse qualquer projeto de reforma e também não tinha como enquadrar as possibilidades do projeto dentro de um programa parametrizado. Agora que ele poderia fazer isso, mas não é fácil de criar de uma hora para a outra um programa parametrizado. Eles têm valores lá, rapazes muito bem intencionados, não é mais aquele antigo...

LO - Conselho Atuarial.

RN - Serviço atuarial, não. Com aquela divisão especializada daqueles atuários da velha guarda, engenheiros que fizeram os concursos quase todos ou morreram, ou dispersaram.

LO - Mas o senhor confirma que apesar de serem grandes atuários eles arrancavam os cabelos por causa da assistência médica, não?

RN - Arrancavam os cabelos toda vez que os políticos desobedeciam os ditames técnicos. Conflito técnico político é antigo. É um conflito em que o técnico sempre leva desvantagem. O que ele pode fazer contra a propaganda, contra a ficção programada. Pode contestar, e só não foram demitidos os atuários porque era um único para cada instituto, não era fácil demiti-los.

LO - Mas havia pressões para demiti-los, toda vez que entravam em choque?

RN - Toda vez que o atuário contrariava o político, o político pensava em demiti-lo. Mas se fosse demitir ia trocá-lo por quem? Eu, por exemplo, fui diretor do IAPETEC durante este prazo de [19]51/[19]66, mais de quinze anos. Cada vez que entrava um novo presidente a primeira ideia dele era me demitir, mas trocar com quem? Não havia outro.

LO - Mas tinha uns mais liberais. Diziam que o Pinto Lopes era um pouco mais liberal, não existia isso não?

RN - Silvio Pinto Lopes era um atuário.

LO - Então, mas parece que ele era mais liberal, dentre os atuários tinham uns que eram mais liberais.

RN - Liberal em que sentido?

LO - De composições políticas, ou mais comprometido com atendimento médico mais amplo com...

RN - Não.

LO - Se preocupando com estas questões, o senhor não acha que não?

RN - Não, alguns atuários achavam que o regime de capitalização que acumula fundos para serem investidos, achavam que o regime de capitalização que acumula fundos para serem investidos e com isso evitar o envelhecimento; não, para evitar o crescimento da taxa de contribuição. Esses atuários partidários do regime de capitalização têm suas razões, eu formo entre eles. Mas isso pressupõem-se que os políticos não dilapidem os patrimônios, apliquem de acordo com as regras que o atuário prevê. Como ocorre com Previdência privada hoje, essas entidades têm fundos que estão sendo aplicados e com juros desses fundos elas podem suportar o envelhecimento da massa, sem ter de aumentar as contribuições das empresas. Mas os políticos dos Institutos não queriam saber de [...] para este fim, gastavam dinheiro com obras de repercussões eleitoreiras. Nem um atuário foi partidário de que os políticos fizessem tais coisas, agora alguns acreditavam que o regime de repartição em que o INPS acabou caindo, fosse satisfatório. Porque acreditavam que durante toda essa vida dos institutos a massa já teria chegado ao grau de envelhecimento que permitiria dimensionar as taxas de contribuição no suposto que o perfil etário da massa não viesse mais a envelhecer. Essa hipótese não tem o menor sentido, porque com a limitação da natalidade, com a redução do afluxo de jovens com prolongamento da vida humana, o envelhecimento virá, está vindo, e não só envelhecimento do ponto de vista de número de pessoas, é de salários. Porque os salários no início eram limitados a Cr\$2.000,00, depois sofreram um aumento para cinco vezes salário mínimo, depois houve um aumento para 10 vezes salário mínimo, depois houve um aumento para 30 salários mínimos. Com isto o que interessa não é tanto o perfil etário em frequência de segurados, mas sim o perfil etário dos salários, porque os custos das aposentadorias estão em vinculação direta com os salários. Aí começaram a adotar medidas perversas, por exemplo, pessoas que contribuem hoje sobre 30 salários mínimos, mas que tem um teto de salário benefício limitado em 15, sei lá. Coisas desse tipo.

Fita 5 – Lado A

LO - Bem, estamos em 5 de dezembro de 1986 mais uma vez na presença do Doutor Rio Nogueira, mais uma etapa da pesquisa Projeto *Memória da Previdência Social*, Convênio Fiocruz, Casa Oswaldo Cruz e INAMPS, com os pesquisadores Luiz Octávio e Marcos e

a estagiária Andréa. Doutor Rio, primeiro parabenizar o senhor pelo aniversário depois de amanhã, deixar registrado aqui, estamos numa sexta-feira e o senhor está tendo a disponibilidade de nos dar, ceder mais uma vez este horário para dar continuidade ao nosso trabalho. A questão que nós ficamos mais ou menos de dar continuidade na última entrevista é referente ao desempenho, ao papel dos atuários naquele momento, em que a atuária está surgindo, quer dizer, havia uma ação comum de atuários no sentido de uma defesa da assistência médica ou de um combate da assistência médica, qual a relação dos atuários como categoria dentro da Previdência Social?

RN - Bem, antes de o atuário ser um profissional é uma pessoa humana que reconhece como direito do cidadão não apenas a Previdência, mas também a assistência. Conseqüentemente, os atuários nunca poderiam ser contrários ao desenvolvimento de uma assistência médica, farmacêutica, hospitalar. A abertura de horizontes do bem-estar em todos os sentidos justificáveis do ponto de vista humano, social e sujeito a tudo isso, é claro há limitações econômicas. As instituições de Previdência e de assistência que poderiam chamar-se de seguridade num termo abrangedor, a seguridade é isto, é um movimento de busca incessante e sistemática de melhores condições de vida humana. Abrangendo entre outras atividades a Previdência e a assistência. Os institutos de seguridade deveriam dar não apenas o amparo previdencial, como também o assistencial, com as cautelas indispensáveis para a preservação do seu equilíbrio econômico; evitar, por exemplo, que os fundos criados para a sustentação da Previdência viessem a ser utilizados, consumidos para o desenvolvimento da assistência, deixando sem cobertura as reservas avaliadas atuarialmente para a concessão dos benefícios. Benefícios são as prestações previdenciais concedidas em moeda, em dinheiro, e os serviços são as prestações concedidas em natura. Isso inclui as assistências médica, farmacêutica, hospitalar, social... Havendo a separação e havendo o respeito à integridade dos fundos da Previdência não haveria mal em que se desenvolvesse a assistência num mesmo instituto que garante a Previdência. Só que as cautelas são pregadas pelos atuários e são conscientemente, mas sem muita consciência, desprezadas pelos políticos. Essa é a história da Previdência básica; primeiro os institutos visavam a Previdência, os benefícios de aposentadorias, pensões, auxílio doença, auxílio reclusão e outros. Para os quais os atuários calculavam contribuições e previam a constituição de fundos. Nos termos dos exercícios esses fundos pareciam sobras que os políticos achavam de usar no desenvolvimento, às vezes luxuoso, da assistência médica, criando redes hospitalares onerosas, tecnicamente inadequadas.

LO - O senhor tem um exemplo disso?

RN - Por exemplo, o IAPTEC criou uma rede hospitalar onerosíssima, às custas das reservas destinadas às garantias dos benefícios previdenciais. Em consequência, o Instituto entrou em déficit técnico e teve que promover a elevação das taxas de contribuição das empresas e dos trabalhadores, e da própria União. É assim com os outros institutos também, até que houve a fusão em [19]66 no INPS, época em que já se reconhecia a inviabilidade de manter os fundos, as reservas para a Previdência e o regime ingressou no sistema de repartição sem reservas; sujeito ao alteamento progressivo das taxas de contribuição e veio a crise da Previdência básica que perdura até hoje. E que deverá continuar agravando todo o sistema, exigindo taxas de contribuição cada vez maiores até possivelmente se tornarem proibitivas.

LO - Senhor Rio, o senhor acredita então, que a intervenção política é talvez a principal responsável, não sei se entendi bem, pelos déficits crescentes da Previdência Social?

RN - É, na medida em que os políticos deliberadamente, por interesses eleitoreiros, desprezam os imperativos técnicos, cometem desacertos, desviam verbas que seriam indispensáveis para a criação dos fundos garantidores dos benefícios previdenciais, para essas prestações assistenciais que tem o reconhecimento mais imediato por parte dos segurados. E que trazem, para eles políticos, um resultado imediato para o seu propósito de angariar a simpatia dos eleitores. É, nesse conflito técnico político, que eu de fato vejo a origem dos grandes males financeiros da Previdência básica do Brasil.

MC - Senhor Rio Nogueira, o senhor durante muito tempo é diretor de um setor atuarial do Instituto do IAPTEC. Gostaria que o senhor falasse um pouco, o que era o IAPTEC na época que o senhor entrou, isso no início dos anos [19]50.

RN - De [19]51. Eu fui admitido como atuário do IAPTEC, cargo isolado, cargo único, e logo depois indicado para dirigir o departamento de atuária e estatística do Instituto. E este cargo me propiciou acompanhar o trajeto do IAPTEC até 1966, portanto, durante 15 anos, quando ele se fundiu com outros institutos similares, no Instituto Nacional de Previdência Social do INPS. E durante esses 15 anos, a minha postura foi sempre a de procurar manter o equilíbrio atuarial da instituição, avaliando as reservas matemáticas que representam monetariamente o comprometimento da entidade com seus segurados, verificando em cada balanço e mesmo nos balancetes se o patrimônio da entidade era bastante para assegurar este comprometimento; verificando sempre que não era bastante, que havia o aparecimento de um déficit cada vez mais alto. Tudo isso provocado pelos desvios da técnica. Houve época no IAPTEC que vendiam os móveis e os móveis por preços irrisórios, valores históricos, sob o pretexto de que a venda deveria ser feita a preços reduzidos para favorecer os compradores, já que eles eram segurados e que a entidade não era uma instituição financeira e deveria, por isso observar o aspecto social. Como se fosse defender o interesse social; retirar da economia de toda a população uma enorme quantidade de bens para praticamente dar de presente aos seus compradores. Prejudicando o interesse da coletividade para favorecer o interesse de um subgrupo de pessoas. Eu sustentava que os imóveis deveriam obter na transação o preço do mercado e não os preços históricos. Mas, novamente, o ponto de vista do técnico era insuficiente para convencer os políticos que presidiam as destruições e não estavam desejosos de agir com lisura, houve algumas exceções, eu citaria: Helvécio de Xavier Lopes. Era um homem, nem sei se vive, mas que procurava acertar. E todo esse prazo, de todo esse tempo de 15 anos, nosso trabalho foi esse, de procurar, quanto possível, evitar os malefícios da política, que deliberadamente desconhece os imperativos técnicos. Até hoje quando alguém me diz, que tal ou qual problema é político e não é técnico, fico pensando se pode-se considerar político aquilo que vai contrário aos preceitos da técnica. Política ao meu ver não é a antitécnica, é a busca de soluções de interesse geral que afete a coletividade, mas de forma regional. E a racionalidade está evidentemente mais ligada à técnica do que com a antitécnica.

MC - Doutor Rio Nogueira, o senhor fazia parte do Instituto que tinha certas particularidades como qualquer, como os outros também? Como o IAPI, como o IAPB, cada um com suas características. O IAPTEC também deveria ter as suas, por exemplo,

era um instituto que era composto de trabalhadores na estiva, em transporte e cargas. O senhor poderia falar um pouco assim desses aspectos, assim, por exemplo: do IAPTEC ser composto de categorias que tinham um grau de mobilização, eram categorias, não sei se na época do senhor, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre esse tipo de coisa. Categorias que se mobilizavam, estivadores historicamente eram categorias reivindicadoras e até que ponto o senhor percebia isso dentro do instituto? Dos sindicatos atuarem, dos sindicatos pressionarem para que os benefícios fossem ampliados, por exemplo...

RN - Bem, o fato de haver uma diversificação grande entre os segurados do IAPTEC acarretava frequentemente reivindicações de cada uma das categorias, que ameaçavam a colocação de tratamentos, de privilégios. Os estivadores contribuía sobre salários que não provinham de empresas, e sofriam variações muito aleatórias decorrentes de sobrecargas de horas extras, que eram frequentemente acumuladas no fim da vida ativa do trabalhador, com um claro propósito de aumentar o salário médio dos últimos anos de contribuição para forçar artificialmente o valor da aposentadoria. Esse era um dos pontos de inquietação do atuário, porque durante a maior parte da vida o salário era limitado a um nível inferior e sobre esse salário se decidia a contribuição do estivador. Nos últimos anos de vida ativa o salário sofreria então um acréscimo forçado e a aposentadoria era avaliada com base no salário médio dos últimos cinco anos ou dos últimos três anos. Muito acima da média salarial calculável com base em todos os anos de atividade do segurado. Dessa forma não havia condição de equilibrar o fluxo de receitas das contribuições com o de aposentadorias que seriam concedidas ao trabalhador. Esse defeito ainda existe hoje, nada impede que hoje alguém que esteja a três anos da aposentadoria procure um conchavo com o patrão numa pequena empresa para elevar artificialmente o seu salário, mesmo que o patrão não lhe pague para contribuir sob um salário alteado e produzir um alteamento da média dos três últimos anos de salários, e com isso conseguir um salário de benefício incrementado...

LO - O autônomo é praxe, não é?

RN - O autônomo tem a elevação do salário básico regradada na lei por um aumento limitado, em prazo de dois anos, que é o interstício, mas o empregado que queira melhorar sua aposentadoria, através do aumento artificial de salários, isto existia muito naquele tempo.

LO - Mas como é que isso, porque que isso ocorria no IAPTEC, havia o que era empreitada?

RN - Os estivadores não sendo pagos diretamente pela empresa, tendo o recurso de horas extras que eram colocadas à disposição, a pedidos deles... No momento em que eles desejassem, permitia que nos finais, nos anos finais, houvesse um aumento. Quanto aos motoristas de táxi era comum não contribuir durante os primeiros meses do ano, para acumular suas contribuições em atraso nos meses finais do ano quando se exigia a quitação da contribuição para o IAPTEC para regularização da sua carteira profissional. Era então muito comum a receita do IAPTEC sofrer um pico de elevação nos meses de dezembro. E eu próprio quando tive que elaborar uma projeção da receita do IAPTEC procurando sua evolução mensal, fui conduzido a utilizar a análise harmônica

interpretando a função do salário em relação ao tempo como sendo uma ajustante através das funções trigonometrias. Que produzem estes alteamentos, além de haver uma tendência de crescimento na folha de salário dos segurados, durante um ano havia uma componente cíclica dispensável através de uma série trigonométrica. Quando eu pretendia fazer também a avaliação de uma carteira de empréstimos que fosse emprestando dinheiro aos segurados com base nos salários e que fosse recolhendo as prestações amortizantes pela tabela “Price”, eu tive esse problema, foi até objeto de uma tese de concurso e cátedra em 1960.

MC - Quer dizer, os motoristas de táxi incentivaram o senhor a defender uma...

RN - Não, eles complicaram a minha tese. Porque me obrigaram a tomar como fonte de recursos dessa carteira de empréstimos uma função do tempo que não se comportava de uma forma simples como soma de produtos exponenciais, por polimônios, mas sim incluíam uma série trigonométrica para dar conta dessas oscilações cíclicas em volta da tendência. Estudo muito bonito, que eu tive oportunidade de oferecer ao BNH quando ele pretendia também projetar a sua receita do FGTS e inédito. Absolutamente inédito, é um problema de matemática financeira belíssimo. Constitui a tese do terceiro concurso de cátedra, que me levou à cátedra da Faculdade de Ciências Econômicas. Mas isto de que eu esteja me lembrando da minha vida no IAPTEC, esses são os fatos principais.

LO - O senhor colocou a especificidade da relação de trabalho do estivador como dando oportunidade a este tipo de variação nos últimos anos, de variação de salário nos últimos anos de trabalho. O empregador, o empregado na estiva ele não era diretamente ligado ao empregador, ele não tinha um empregador?

RN - Não, ele era avulso. Era qualificado como avulso, não tinha empregador.

LO - O Marcos fez uma pergunta sobre a mobilização dos trabalhadores no IAPTEC, até que ponto eles interferiam na determinação das políticas decididas pelo próprio instituto. Das políticas econômicas decididas pelo instituto. O senhor acredita que houve interferência dos trabalhadores organizados?

RN - Bem, a fase em que eu trabalhei no IAPTEC compreendeu o governo de Getúlio Vargas na segunda etapa democrática, [19]51, e neste período as pressões foram muito tênues. Sei que o Getúlio indicou para presidente do IAPTEC, substituindo o professor Oscar Stevenson, de Direito, um motorista de praça. Chamava-se José Cecílio Pereira Marques, uma pessoa inteligente, honesta, sem muitas luzes. Bom discursador para uma plateia de pessoas de origem humildes; os trabalhadores de transportes, de cargas, trapiches, ascensoristas, estivadores. Eu me lembro de que acompanhando-o a Campinas, em São Paulo, houve um movimento de protesto dos trabalhadores liderado por um deputado, que ia terminando no apedrejamento da comissão do IAPTEC, recebida pelos trabalhadores e eu fazia parte da comissão acompanhando o presidente.

LO - Era o José Cecílio já?

RN - José Cecílio Pereira Marques. Contam-se algumas anedotas a respeito do estado de desconhecimento gramatical do nosso presidente José Cecílio Pereira Marques. E uma

delas foi quando alguém lhe dirigiu um ofício nos termos formais submetendo a apreciação dele a alguma questão. E ele despachou embaixo: “Apreciei muito”. Uma vez também lhe pediram que consertasse, que mandasse consertar os elevadores. E ele perguntou: “E o que é que está fazendo a seção de mecanização”. A seção de mecanização correspondia naquela época...

Fita 5 - Lado B

LO - Agora, isso são anedotas que o senhor está contando.

RN - Isso são anedotas.

LO - E o senhor, o que o senhor achava dele?

RN - Eu gostava dele, ele era bem intencionado.

LO - Tinham fundamentos as anedotas?

RN - Olha, eu não assisti aos fatos. Mas combinavam bem com a personalidade do nosso Cecílio Marques, que ele não tinha de fato instrução, mas era interessado. E era um bom discursador para o público de pessoas humildes, porque falava com muita sinceridade, procurava atender às reivindicações mais justas, era inteligente, foi o ano que o Getúlio colocou, como?

LO - Ele ouvia os atuários?

RN - Ouvia, ouvia, mas ele não era o único a traçar os rumos do IAPTEC e também havia outras pessoas que não tinham os mesmos cuidados do atuário. Eram mais políticos, e ele não distinguia bem o que convinha e o que não convinha à instituição. Até que no dia em que ele festejava o seu aniversário na Presidência do IAPTEC foi demitido sumariamente pelo Presidente Getúlio Vargas, sem ter qualquer conhecimento prévio.

LO - O senhor ia falando, foi um homem que o Getúlio colocou, o senhor ia falando...

RN - Colocou, como presidente do IAPTEC um motorista de praça de poucas luzes, que dava a impressão que o próprio Getúlio Vargas brincava com coisas sérias, porque para dirigir uma entidade como seria o IAPTEC, alguns requisitos básicos de cultura seriam indispensáveis. De cultura e de honradez, porque às vezes a pessoa tem cultura e não tem honradez e vice-versa.

MC - Mas o senhor estava relatando o fato, o caso lá de Campinas...

RN - Em Campinas, o apedrejamento só não se consubstanciou porque, eu era muito jovem, eu declarei que as reservas do IAPTEC não tinham de ser dilapidadas em benefícios exagerados como estavam pretendendo.

MC - Quais eram as vantagens?

RN - Eram todas as vantagens que o trabalhador acha que pode ter: a previdência básica, uma aposentadoria de valor pelo menos igual ao último salário acrescida de algum percentual, e assistência médica a melhor possível, e redução de sua contribuição ao mínimo, que de preferência não contribua com coisa alguma. Esse sonho, aposentadoria aos vinte anos de vinculação previdencial, essas promessas que o Néelson...

LO - Aarão Steinbruch ou Néelson Carneiro?

RN - Nelson Carneiro e Aarão Steinbruch vivem ofertando. Aposentadoria da mulher aos vinte anos de serviço. Essas coisas, esses absurdos foram apontados por mim a uma platéia que estava disposta a apedrejar, a começar pelo atuário que dizia aquelas coisas, mas me ocorreu então, dizer que o que eu estava dizendo tinha sido fato reconhecido pelo Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, naquela época, Conselho este que tinha sido constituído pelo Presidente Getúlio Vargas. Naquele tempo quando alguém num discurso mencionava o nome de Getúlio Vargas, por um reflexo condicionado coletivo, havia uma profusão de palmas e aplausos e a coisa terminou em festa sem que ninguém estivesse ali sabendo, porque alguém estava batendo palmas. E aí fomos todos almoçar na mais franca cordialidade, as pedras foram substituídas pelas batatas fritas do churrasco.

LO - Mas o que o senhor tinha ido fazer em Campinas?

RN - Como Presidente, para explicar, dar resposta das dúvidas dos segurados liderados pelo tal deputado, queriam colocar na base de ameaças de apedrejamento.

MC - Quer dizer que o senhor foi um bom político nessa ocasião.

RN - Por sorte, por me lembrar em falar o nome do Getúlio. Havia entre nós um diretor de assistência médica. Eu não me recordo mais o nome dele. Buarque, Buarque de Lima, creio eu... Sempre terminava o discurso falando aos trabalhadores, com uma citação em que ele era muito enfático: “Porque senhores, Getúlio Vargas é o trabalhador número um da Pátria e querer ombrear-lhe a glória é mais difícil do que ouvir o zumbido do inseto das cataratas do Niágara”. Ele acabava a frase a gente sentia a cachoeira do Niágara e as palmas acompanhando. Porque falar em Getúlio Vargas era sempre provocar palmas, Buarque de Lima sim, era o nome dele.

MC - Quer dizer que o senhor aprendeu com o doutor Buarque de Lima?

RN - Eu não aprendi, porque não faz parte do caráter do técnico, copiar a demagogia barata. Se naquele dia eu falei no Presidente Getúlio Vargas foi algum impulso momentâneo de preservação da minha vida, provavelmente.

LO - Senhor Rio Nogueira, com relação ao SAPS, e parece que o SAPS tinha uma atividade muito próxima, bastantes restaurantes ligados à estiva, ao setor da estiva, como que o atuário via o SAPS dentro da Previdência Social?

RN - Bom, toda a atividade assistencial tem que ser dimensionada para não gastar mais do que um percentual pré-determinado da folha de salários dos segurados. Não se pode *a priori* declarar que a assistência médica vá custar tantos por centos da folha de salários,

porque depende esse custo da natureza da assistência médica. Há assistência médica de nível módico, há assistência médica nível médio e há o luxo hoteleiro. E esse custo tendo sido dimensionado para um certo nível de assistência médica hoje, com o passar do tempo vai crescendo, não só pela inflação, como pelo alteamento da tecnologia utilizada. E seria desumano estar alguém a fazer limitações econômicas para o uso de uma tecnologia mais avançada, quando está em jogo a saúde do trabalhador. Por isso a assistência médica tende a ser algo de custo crescente e de difícil contenção, principalmente quando o diretor da assistência médica não tem preocupações em conter as despesas, ao contrário, o que ele pretende e com toda razão até, propiciar o melhor atendimento possível. Chega o empregado para o médico e diz que está com dores vagas, o médico não tem como dizer que ele não está doente, nem recusar a existência da dor. Pode desconfiar, mas em dúvida pró réu, vai dando as licenças, pedindo as radiografias e os exames, então o custo da assistência médica é realmente vocacionado para uma expansão bastante difícil de conter.

LO - Eu havia perguntado sobre o SAPS, Serviço de Alimentação...

RN - Mesma coisa, o SAPS pode ter um custo maior ou menor dependendo do tipo de alimentação que seja dada. Por exemplo, se hoje fôssemos dar carne, pagando ágio, teríamos um SAPS muito oneroso. Então o que o atuário faz para assistência, quer dizer, gastem até aqui, planejem a assistência para não passar desse percentual, de 4% da folha ou de 6% da folha de salários. Já a Previdência é diferente, porque tendo uma visão do valor do benefício que vai ser concedido e da probabilidade de ele ser exigido, o atuário pode estimar o custo médio da aposentadoria, da pensão e cobrir o custo com uma taxa de contribuição que ele calcula. Então para a Previdência ele parte do benefício para obter um custo, para assistência é o inverso, ele parte do custo para dimensionar o benefício.

LO - Agora, há uma relação também, por outro lado, ou seja, o aumento da assistência médica, e o aumento da alimentação, a criação por melhores condições não vai interferir nas taxas calculadas para a Previdência?

RN - Se ultrapassarem o limite de gastos, que o atuário previu para o plano assistencial, a cobertura tem que ser feita através de saques sobre a reserva da Previdência.

LO - Mas não é possível que essa cobertura diminua na medida em que vai haver uma condição melhor de saúde do trabalhador?

RN - Você quer dizer que o empregado com a sua saúde preservada por uma medicina preventiva entre menos frequentemente em gozo de auxílio doença e traga uma economia.

LO - Isso é possível de ser calculado?

RN - Bom, isso aliviaria o custo do auxílio doença e o custo da pensão por morte, porque as pessoas adoeceriam menos, morreriam mais tarde. Em compensação aumentariam o custo da aposentadoria que é muito mais acentuado. Mas do ponto de vista social, extremamente válido que se preserve a saúde, e que se evite a morte prematura. Então, declarar que a assistência médica foi criada para diminuir os gastos previdenciários é fantasia. Ela teria mesmo de ser criada para atender um anseio legítimo do cidadão que é a de preservação de sua saúde e das suas condições laborativas. O atuário não tem nada

contra a assistência, meu Deus, nem poderia colocar nenhum impasse de caráter econômico para o atendimento de um anseio legítimo que corresponde a um direito elementar dos trabalhadores.

MC - Senhor Rio Nogueira, o IAPTEC, se não me engano, o senhor vai me confirmar isso, era o instituto que tinha mais hospitais dos institutos, dos IAPs?

RN - É verdade.

MC - Parece, acredito eu, que a maior parte dos hospitais construídos foi na época que o senhor era...

RN - Foi na época que precedeu meu ingresso na gestão do Presidente Hilton Santos.

MC - Hilton Santos.

RN - Que era caracteristicamente uma figura de político muito interessado em criar obras de aceitação imediata por parte dos segurados. Embora comprometendo a economia da instituição. Quando eu fui admitido no INPS já estava na gestão Oscar Stevenson e presidente Hilton Santos já tinha sido afastado.

MC - O senhor mencionou o nome do doutor Helvécio Xavier Lopes, a gestão dele foi em que época, o senhor se lembra?

RN - Eu ainda tive o prazer de trabalhar com o Helvécio Xavier Lopes na presidência do IAPTEC, mas teria sido na segunda gestão. Porque a primeira, penso que ele teria sido até o primeiro presidente do IAPTEC... Essa não foi do meu tempo. Mas a segunda ele teve o comportamento digno de sempre e infelizmente não permaneceu muito tempo no IAPTEC.

MC - Como o senhor está colocando, parece que muitos presidentes do IAPTEC não tinham uma gestão muito duradoura.

RN - Não.

MC - A gestão era de quanto tempo, o senhor se lembra?

RN - Bom, os que duravam muito levavam uns dois anos. Mas com o Getúlio, era muito precária. A posição de um cargo de comissão, porque com a facilidade que ele nomeava, demitia. Agora o Getúlio teve quatro anos, depois do Getúlio entrou Café Filho pouco tempo, depois Juscelino Kubitschek. Juscelino eu conheci, ele ainda era governador de Minas e justamente indo com esse presidente José Cecílio Pereira Marques. Fomos almoçar no palácio do governo e tivemos o prazer de saborear a comida da cozinheira do Juscelino, que era talvez a melhor do mundo! Eu tinha vinte e poucos anos, muito apetite, e logo me apropriei de uma boa porção daquelas iguarias que o garçom servia. E logo mereci dele um ar de censura. Eu estava muito ocupado em deglutir uma certa quantidade de farofa, como comida que eu nem sei o que era, de tão gostosa, era indecifrável aquele prato. E o Juscelino do outro lado da mesa, para iniciar o diálogo, perguntou ao presidente

José Cecílio Pereira Marques quantos segurados tinha o IAPTEC, e o Cecílio Marques sem saber quantos eram: “Passo a palavra ao meu diretor atuário”. Ele não dizia diretor atuarial ele dizia diretor atuário. E eu disse: “400 mil”. E expeli seguramente 400 mil grãos de farofa. E o Juscelino com aquele bom humor gostou, apreciou o fenômeno. O meu embaraço e o resultado, a resposta foi pronta, 400 mil. Foi assim que eu conheci o Juscelino.

LO - Quer dizer que o José Getúlio permaneceu depois, ele foi, o Getúlio, quer dizer, o Cecílio permaneceu depois do Getúlio ainda o tempo do Café Filho, ele só foi exonerado, pelo Juscelino?

RN - Não, o Juscelino era governador de Minas.

LO - Governador de Minas, desculpe, estava enganado.

RN - Então ele foi exonerado ainda pelo Getúlio, creio que justamente no dia em que ele celebrava seu primeiro ano de gestão lá na Ilha do Governador. Vocês estão tirando da minha memória coisas que estão muito soterradas, estou tentando lembrar, mas... Então depois que veio Juscelino, saiu o Cecílio Pereira Marques entrou um interventor.

LO - Quando que o senhor teve mais facilidade em trabalhar, o senhor lembra, em que época?

RN - Entrou o Roberto Acióli, creio eu, professor de história da civilização do Colégio Pedro II, foi meu professor, demitiu todos os diretores menos a mim porque ele ia colocar quem no lugar, não havia outro atuário no instituto. “Eu vou conservar você porque eu não tenho outro atuário para colocar no seu lugar”.

MC - Falou assim para o senhor?

RN - Foi, eu tinha ido pedir demissão do cargo. Como cabia sempre que mudava a presidência. Roberto Acióli gostava de falar pomposamente, era um orador que adorava discorrer. O apelido dele era *vitrola* no Colégio Pedro II, como professor, ele mesmo dizia que este era o apelido dele.

MC - Isto na época do Juscelino ou Getúlio, Getúlio?

RN - Getúlio, Roberto Acióli. Creio que foi Getúlio.

LO - Mas eu perguntava quando o senhor sentiu melhores condições de trabalho para o atuário?

RN - No tempo do Helvécio Xavier Lopes, que respeitava mais os atuários.

LO - O senhor acha que houve um agravamento da intervenção política pós Getúlio, Juscelino, Jânio, Jango, quer dizer este processo, representou processo...

RN - Jango eu não, foi em [19]62. Sim, Juscelino, foi quem aprovou a Lei Orgânica da Previdência Social em 1960, então eu já tinha nove anos de IAPTEC. Esta lei impunha o limite de idade de 55 anos para quem se aposentasse por tempo de serviço. E eu no IAPTEC elaborei o plano de custeio da instituição, para atender os benefícios previstos na lei. E me lembro que se previa a taxa de 8%...

LO - De contribuição...

RN - De contribuição dos empregados, para os trabalhadores e para a União. Porém dois anos depois o presidente João Goulart eliminou o limite etário. Esse foi o grande golpe na Previdência. O golpe mais desastroso, demagógico, criando a aposentadoria por tempo de serviço, sem limite de idade. Permitindo aposentadorias precoces, onerosíssimas, foi o primeiro e mais importante passo para a ruína das instituições. Quando quatro anos mais tarde o INPS herdou a massa falida dos institutos, não tinha mais condições de recuperar o equilíbrio econômico atuarial no regime de capitalização, marchou para o regime de repartição que representa a crise. A crise incorrigível, a crise financeira, não há jeito de se corrigir a crise, a não ser com elevações de taxa de contribuição sempre penosas para as empresas; como depois vieram as taxas, que eram 8% passaram a 8,5% até para os que ganham pouco e até 10% e as empresas que pagavam 85 pagam 105. E o governo deixou de pagar e cada vez a situação se agrava mais.

MC - Doutor Rio Nogueira, o senhor disse que só a partir de [19]66 que existe o regime de repartição, até então era o regime de capitalização. Mas o senhor não sentiu já na sua época no início do IAPTEC que já havia uma política de repartição gradativa?

RN - O nome da stop política não era de repartição, era política de dilapidação dos fundos. Não havendo fundos o regime de equilíbrio passa a ser o da repartição. Não porque os políticos tenham disso uma consciência técnica e clara. Se eu, o atuário prevê fundos, mas os fundos não são constituídos, o plano de fundos de capitalização fica apenas no papel. Na prática o dinheiro que ingressa é para pagar as despesas, não sobra nada para criar fundos. Então, a prática veio paulatinamente transformando o regime de fundos, que os fundos inicialmente existiram sim, todos esses móveis do IAPTEC eram fundos. Mas com o tempo esses fundos foram sendo dilapidados pela venda dos imóveis e hoje os fundos não têm quase expressão diante da enormes despesas da Previdência e da Assistência. Então, caminhou-se para o regime de repartição simples, com todos aqueles males decorrentes do regime, que no caso de envelhecimento da massa se traduzem pelo crescimento da taxa de contribuição. As despesas vão num crescendo em ritmo superior ao das receitas exigindo cada vez mais taxas adicionais para o suporte das despesas.

MC - É, o senhor mencionou aí a participação do governo, que a partir de um certo ponto o governo deixou de contribuir, podemos dizer legalmente, né? Mas de fato o governo deixa de contribuir...

RN - Legalmente, é, o governo não vinha recolhendo a contribuição dele, de 8% na folha de salários, recolhia parcialmente em situações de pressão ou, sempre com uma dívida crescente, em 1966 houve...

Fita 6 – Lado A

RN - O Decreto-lei 66, de 21 de novembro eliminou a taxa de contribuição da União, colocando-a na obrigação de custear as despesas de administração da Previdência e cobrir as insuficiências financeiras e... (está sendo gravado, Julieta, olha a sua exteriorização, sua exteriorização está sendo gravada, de uma forma não muito conveniente para o seu prestígio)

LO - Só anotar a participação da Senhora Julieta. (Senhora Julieta fala longe do microfone, apenas se percebe sua voz.)

RN - Então é isso, em [19]66, novembro, por um raciocínio simplista de um administrador cujo nome mais vale calar, eu sei, mas não digo.

MC - O senhor disse o nome dele agora?

RN - Eu não, não disse não, eu disse cujo nome mais vale calar, esse administrador declarou que como o governo não contribuía mesmo, era melhor suprimir a sua taxa de contribuição. E que como era o governo constantemente pressionado para admitir novos empregados na Previdência, por pressões políticas, então que ele, governo, arcasse com as despesas de administração, para ele sofrer talvez a sua própria carne o custo. E esse argumento é simplista. Mas apesar de essa despesa de administração girar em volta de 4% da folha de salários e não de 8 que era o que o atuário tinha previsto, o governo nem mesmo os 4% ficou pagando. Pagava menos do que 4 e esse menos do que 4 foi caindo a níveis hoje irrisórios. O governo Delfim Neto era uma luta para que o governo pagasse alguma coisa, só pagava mesmo quando aparecia o déficit já de caixa, falta de dinheiro para pagar benefício. E esse desinteresse do Ministro Delfim Neto pelo INPS, está ligado à incapacidade que o INPS manifesta até hoje em investir, pois se ele não tem fundos vai investir o que e aonde.

LO - Senhor Rio, ainda em relação ao início, quer dizer, essa política ela vai, há uma inflexão, ele surge como política de capitalização e aos poucos ela vai se transformando até um momento em que efetivamente hoje a gente vê, política de Caixa, ele entrou o dinheiro, sai aqui, entra ali. É, mas será, às vezes, eu especulo que essa defesa da política de capitalização não serviu aos interesses do governo no sentido em que legitimava as inversões em projetos, que eram projetos do próprio governo, eu falo no governo de Getúlio Vargas e mesmo nos projetos desenvolvimentista de Juscelino, na construção de Brasília, que usaram os recursos da Previdência Social, quer dizer, o discurso, o senhor está entendendo o que eu estou colocando, quer dizer, será que o discurso da capitalização ela não escondia por trás também interesses políticos?

RN - Bem, a defesa lógica do regime de capitalização é feita pelo atuário, sem que ele atuário dispense uma boa rentabilidade da aplicação desses fundos, o pressuposto é de que os fundos sejam aplicados a um juro de mercado nunca muito abaixo de 6% ao ano, além da correção monetária. Então a aplicação das reservas dos antigos institutos em imóveis que resistiam à depreciação monetária, que permitiam aluguéis satisfatórios, era aí que o atuário esperava manter... Que no caso de venda permitiria o retorno do investimento com a correção monetária e mais os juros, porque a valorização do imóvel permitia a cobertura da inflação e dos juros previstos pelo atuário. Bem, então estes eram os investimentos, empréstimos aos próprios segurados desde que feitas a taxas

condizentes com a conjuntura inflacionária; agora se o dinheiro fosse aplicado pelo governo em algum setor que não garantisse esse retorno, aí o atuário não teria culpa alguma, seria a política de investimento conduzida à revelia dos imperativos atuariais, que é o que ocorre justamente agora, quando o governo através do Conselho Monetário Nacional obriga a que 30% do patrimônio das entidades, criadas por ele governo, na área federal, sejam aplicadas em obrigações desse Fundo Nacional de Desenvolvimento, que até agora não foi regulamentado no tocante à taxa de juros reais. Não só para as entidades criadas pela administração federal e empresas públicas sob a supervisão ministerial, mas também para as outras entidades existe uma obrigação de aplicar 30% em títulos do governo, e quando esses títulos por um passe de mágica sumirem do mercado terão mesmo que ser aplicados esses 30% das obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento, então essas pressões do governo são, como muitas outras, realizadas sem a audiência dos órgãos técnicos, sem o beneplácito técnico dos atuários.

LO - Será que nós não podíamos fazer uma avaliação hoje que os atuários serviram ao governo nesse sentido, quer dizer, eles permitiram ou deram legitimidade ao discurso da...

RN - Ao contrário, os atuários protestaram veementemente a ponto de alguns terem seu enterro simbólico em praça pública, feito pelos bancários, por exemplo, e o próprio Jango, conta-se que em seus discursos bradava que os atuários forjavam estatísticas contra os trabalhadores. Os atuários eram vigilantes, protestavam, mas os seus protestos eram frequentemente até inutilizados quando se rasgavam os seus laudos dos processos. Houve casos desses que os processos dos atuários inclusos nos autos eram suprimidos.

LO - Com o senhor aconteceu isso?

RN - Eu digo que sim, mas não posso provar. Eu não guardei toda aquela papelada de 15 anos, sei que meus pareceres no início eram muitos, mas depois se tornaram muitíssimos, com uma frequência quase que semanal, eram feitos os protestos... Mesmo porque tornava-se muito mais fácil praticamente a repetição dos mesmos termos, eu não queria que tudo isso ocorresse sem eu tivesse provas documentadas do meu protesto, eu tenho isso sim, guardado em arquivos mortos aqui no nosso escritório.

LO - O senhor acha que o senhor pregava no deserto então?

RN - É, pregava no deserto, mas muitas pessoas estavam lá no deserto e ouviram, e têm lembrança disso. Caso do BNH em [19]66, eu preguei no deserto, mas o Ministro Albuquerque Lima do Interior ouviu e por isso se demitiu, quando acabou não concordando com os planos do BNH que asfixiavam o mutuário ou então se tornavam insolventes. Como eu acredito que estes protestos de hoje acabarão pelo menos por ser lembrados se foram ineficazes na época serviram para advertir os políticos da época, para não isentá-los totalmente de responsabilidades.

MC - Parece que o senhor pegou o IAPTEC e não é particular do IAPTEC mas de todos os institutos, numa [época] em que já havia uma política que o senhor denomina a dilapidação dos fundos previdenciários, diferente, num momento anterior, quer dizer, podemos dizer que até [19]45 realmente o regime de capitalização foi, talvez, esticando mais até [19]50, ele foi o regime que vingou, e parece que depois desse período, que

depois de [19]50 começou esta política, que podíamos chamar de repartição, de dilapidação dos recursos econômicos. Eu gostaria de mencionar a seguinte situação: o IAPTEC, como eu tinha dito antes era o Instituto que tinha mais hospitais, o senhor se viu em algum momento, o senhor dentro, quer dizer, dirigindo o departamento de atuária, atuarial, o senhor se viu em tensão, em conflito mesmo com outros departamentos? Por exemplo, o senhor disse: o setor médico, sempre claro que era uma questão até da própria relação do médico com o paciente, sempre pensava em ampliar a assistência médica.

RN - De uma forma irracional, sem procurar obter o máximo de efeito com o mínimo de custo, era muito frequente o descaso dos médicos, eu mesmo sem dizer que era diretor fui uma vez consultar com um oculista do IAPTEC, esperei duas horas pelo médico que ao chegar me olhou com evidente desprezo e quase com agressão e me perguntou: “Onde é que o senhor trabalha?” E eu disse: “No IAPTEC”. Houve então uma suavização de sua fisionomia, e disse: “Mas é colega, porque não falou?” E eu então disse: “Não achei que fosse importante.” “Quem é seu diretor?” Eu disse: “Sou eu”, ele ficou sabendo que eu era diretor do departamento, ficou pálido, eu disse: “Pois é, doutor, por isso que os segurados criticam o tratamento que o departamento médico propicia e amanhã na reunião de diretoria eu transmitirei tudo isso ao presidente e ao Gilson Amado, era o diretor do Departamento de Assistência Médica, Genilson Amado. Mas isso mostra que os serviços médicos, controlados por médicos que consideram antiético chamar a atenção de seus colegas, são extremamente precários, já no tempo em que eu estava como diretor no INPS, fui num dia de febre procurar um atendimento para verificar se as coisas tinham mudado. A médica que desconhecia: “Senta aí meu filho; eu sentei na maca rouco; “Ih, você está muito mal, você tinha que estar em casa, você morre e o INPS fica aí, já sei, hoje é dia de pagamento e você está duro.” A mesma mentalidade, mas não se pode dizer que os serviços sejam totalmente inúteis, não.

MC - Os exemplos que o senhor está dando parece que o senhor estava com muitos conflitos lá com o Departamento Médico, hein?

RN - Só esses dois.

MC - Só esses dois.

RN - Sim, houve outros casos, os médicos que sugeriam operações absolutamente desnecessárias, erros constantes nos diagnósticos, mas isso não constitui propriamente uma característica dos médicos do INPS, isso é, geralmente só vai a médico quem tem saúde para aguentá-los. Eu não tenho saúde para ir ao médico, para ir a médico eu preciso ter muita saúde, porque existem as chamadas doenças iatrogênicas, criadas pelos médicos, você não tem doença alguma vai ao médico sai de lá cheio de doença. Em matéria de diagnóstico médico, eu me lembro que eu tinha uma enxaqueca dos 20 aos 30 anos, o médico me recomendou comer bife na chapa, eu levei dez anos comendo isso sem que a dor de cabeça fosse embora. É evidente que não tinha nada a ver com a vesícula, até que um outro médico disse: “Você está com dor de cabeça de fome.” Sabe que era, porque logo a seguir fui a São Paulo com esse presidente José Cecílio Pereira Marques e não havia lá como me servirem o bife com [...], era mesmo feijoadada, eu comi, gostei muito, repeti. “Ih, doutor, o senhor vai morrer”. Mas não morri não. De noite comi aquelas belíssimas saladas que serviam em pé, aquelas casas especializadas e no dia seguinte num

daqueles hotéis foram três médias, três pães, dezoito rolinhos de manteiga, um mamão, a melancia, levei quarenta minutos tomando café, engordei nove quilos em uma semana e a dor de cabeça foi embora. Era fome. Médico, você sente uma dor do lado e ele logo diz que são cálculos renais, o outro diz: É reumatismo intercostal. Alergia a cigarro, quando médico eu consultei, sinusite, o médico que me fazia nebulização já entregou sua alma a Deus. E o Doutor Blund*, alergia, tomei não sei quantas vacinas e outro, “Que é que te deu essa bronquite, Rio”. “Eu sei lá doutor, eu estou aqui para ser curado”. O que é que fez a bronquite, não era bronquite, era alergia sim, o que é que me curou não foi médico não, foi um japonês que disse para eu tomar um remédio, um alimento chamado ANB 48, quer dizer, alimentos naturais brasileiros feitos na Ilha de Formosa no Japão. E aí depois de um vidro daquilo que é uma geleia real, a alergia foi praticamente embora, os médicos do INPS, ou fora dele...

LO - Mas o serviço atuarial, o senhor tinha a oportunidade de inferir nesse tipo de prática, por exemplo, epidemia de garganta, amidalite, isso parece que ocorria nos institutos, no IAPTEC ocorria isso? Todos os garotos tinham que tirar as amídalas.

RN - Não se notava isso assim porque o controle da atividade médica seria feito, deveria ser feito por uma observação estatística local em todo o país, por estatísticos que nas regiões, nos locais, colecionassem esses elementos, essas frequências de amigdolectomias, de operações de apendicite, de cesarianas, com o objetivo de mensurar os afastamentos locais das incidências dos casos, das intervenções cirúrgicas em relação às médias. Então se houvesse esse controle centralizado no Departamento de Atuária e Estatística, seria possível verificar que neste ou naquele lugar o número de amigdolectomias excederia ao valor médio de 3 desvios-padrão, então seria possível mandar alguém lá, não para apurar sobre irregularidade, mas para prender os culpados, seria o controle estatístico feito à distância e imune ao suborno. Mas quem é que quis no IAPTEC que se implantasse tal sistema descentralizado de coleta de dados estatísticos, apesar de eu ter proposto inúmeras vezes, porque não havia interesse em coibir abusos.

MC - Senhor Rio Nogueira, o senhor... O IAPTEC e o senhor confirma isso, era o instituto em que havia muita influência política. Se a gente for ver os outros institutos, o senhor vai ver uma variação, tinha uns que tinham mais influência política, outros menos influência política, por exemplo: se a gente pegar o caso do IAPI, parece que foi um instituto que havia pouca influência política, como é que o senhor vê essa situação do IAPI?

RN - Teve presidentes sérios, um deles foi o Plínio Cantanhede, homem sério, atuário de grande valor que resistia a pressões desse tipo. Técnico, engenheiro, atuário do Ministério inicialmente, teve também a influência do João Carlos Vital que era um amigo dos atuários, não era atuário, mas era um engenheiro prestigiado pelo Getúlio. O IAPI ficou durante muito tempo resguardado dessas influências, foi o Instituto que admitiu os empregados por concursos, dois concursos famosos, um deles parece que o Hélio Beltrão tirou o primeiro lugar, o segundo concurso, concurso segunda entrância e o primeiro foi um Julio Saleck, mas era um instituto bem mais acobertado talvez da influência política porque eram empregados concursados que talvez resistissem mais a essas pressões, no IAPTEC não houve concursos.

MC - Ninguém entrava lá por concurso?

RN - Eu mesmo entrei por nomeação do Getúlio, tinha feito concurso para o Ministério, mas não foi o fato de eu ser concursado que influenciou o Getúlio, foi o fato de eu ter feito um concurso de catedrático para a Faculdade de Ciências Econômicas e ter tirado o primeiro lugar e a congregação, e a comissão não me nomeou. Então vinha o Danton Coelho como Ministro do Trabalho, leu os resultados no jornal e fez daquilo um trampolim político para desmerecer o governo do Dutra e pra compensar me nomeou, mandou nomear atuário do IAPTEC, logo depois diretor.

MC - Então o senhor acredita que basicamente a diferença dos dois institutos é a atuação maior ou menor dessa política, partidária, por exemplo, seria a questão do concurso público?

RN - Creio que o concurso teria dificultado mais no IAPI a indicação de pessoas de menor nível moral ou cultural.

MC - Outra questão que eu queria perguntar ao senhor é o seguinte: nos anos [19]50 o senhor mencionou que o governo não pagava, ou se pagava, pagava sobre pressão, e as empregas?

RN - Bom essas são até hoje obrigadas a pagar sob pena de serem levadas à concordata e à falência, porque as multas não são de brincadeira. A minha empresa até hoje, frequentemente, a visita de fiscais do INPS e até numa delas foi indevidamente multada porque se deu uma interpretação errada da contribuição para autônomos, eu recorri e ganhei, perante a junta de revisão dos benefícios. O fiscal que multou inclusive já morreu e eu recebi de volta tudo que paguei. Mas a fiscalização existe. As empresas têm de pagar mesmo, agora houve casos de anistia e essas anistias são prejudiciais, porque desestimulam as empresas a pagar regularmente sempre na esperança de uma futura anistia.

MC - Sim, mas o senhor está mencionando a anistia porque havia empresas que não pagavam.

RN - Claro, havia e há muitas que são inadimplentes.

MC - Sim, mas o senhor tanto lá no Departamento Atuarial, o senhor viu que eram uma coisa significativa essas ausências de pagamentos?

RN - Eram, era significativa, isso refletia na arrecadação.

LO - Os cálculos eram feitos em cima de uma determinada arrecadação, o que não ocorria, uma arrecadação que não ocorria, não é?

RN - Bom, o número de segurados da entidade que deveria contribuir era sempre uma dolorosa incógnita, nós tomávamos como base aqueles que contribuía, os inadimplentes, estes não havia como dimensionar quantos eram, porque o IAPTEC não mantinha um arquivo individualizado dos vários contribuintes. Naquele tempo era

extremamente difícil, hoje com os computadores, a conta individual é factível. Eu confesso que não sei se hoje o Departamento de Processamento de Dados, da DATAMEC esteja com isso atualizado.

LO - DATAPREV.

RN - DATAPREV.

Fita 6 - Lado B

LO - Agora, o IAPTEC introduziu o autônomo na Previdência Social Brasileira, o senhor trabalhou em algum tipo de estudo específico para a introdução dos autônomos?

RN - Quando eu ingressei já existiam os avulsos, os autônomos e eles faziam parte da massa participante que contribuía, naturalmente deviam contribuir com a parte do empregado e a parte do empregador, era um dos pontos pacíficos da legislação anterior, de repente veio uma lei, que suprimiu a parte do empregador. Mas hoje o autônomo está contribuindo com a parte do empregador, essa lei que suprimiu a parte do empregador desapareceu, hoje o autônomo contribuiu com 19,2% se não me falha a memória.

LO - Em que momento, em que momento que o IAPTEC entrou no vermelho, o senhor lembra disso, em que momento parou de se acumular se passou a gastar mais do que tinha?

RN - Isso nunca aconteceu.

LO - Nem mesmo em [19]60, nem mesmo em [19]66?

RN - Não, porque no momento em que ele não tem, em que ele não tiver, primeiro porque o IAPTEC sempre dispôs ainda de algum fundo para cobrir as despesas, mas no momento em que houve a fusão dos institutos, o governo ficou responsável pela cobertura de qualquer deficiência da receita das empresas, dos empregados para cobrir as despesas. E mesmo antes se por acaso houvesse uma descobertura como a dívida da União estava configurada, se isso acontecesse era só reclamar do governo o pagamento de uma parte para cobrir as despesas, uma pequena parte de sua dívida.

LO - Agora, em que momento o IAPTEC deixa de ter disponibilidade para aplicações financeiras?

RN - Bom, o IAPTEC mesmo nunca deixou de ter essa folga da receita sob a despesa, que ele poderia aplicar, só que ele ao invés de aplicar bem aplicava mal. Como você já disse em setores que não tinham a rentabilidade pressuposta pelo atuário, aumentando as despesas da assistência médica. Agora, os fundos que deveriam estar integralizados e produzindo juros, esses desapareceram. As sobras eram consumidas em despesas como essa da assistência em outras para construir Brasília, coisas parecidas, sem um retorno em níveis previstos pelo atuário.

MC - Quando havia investimentos no IAPTEC, o IAPTEC aplicava seus recursos aonde, o que ele fazia?

RN - Em imóveis, quando era possível, e o IAPTEC no tempo do Helvécio...

MC - Na primeira gestão?

RN - É, comprou imóveis de grande valor e teve um patrimônio imobiliário imenso, mas depois veio a pressão pseudo-social para vender os imóveis pelos preços históricos. Eu mesmo fui convidado a comprar o imóvel em Ipanema no Edifício Aquino, três quartos, duas salas, ou então aqui no Edifício Mármore da Praia do Flamengo, a preços irrisórios, mas eu disse eu não vou comprar porque sou atuário, sou contrário a essa dilapidação do patrimônio, se eu comprar amanhã isso vai me ser cobrado. Eu comprei sim imóvel, mas não, primeiro imóvel que eu comprei na Rua Toneleros quando me mudei da Tijuca em que vivia em apartamento alugado e foi pagando aquela prestaçãozinha de 15 contos, 15 mil cruzeiros, sei lá, custou 834 cruzeiros, lá na Rua Toneleros.

LO - E não era de Instituto algum?

RN - Não.

MC - A política, a carteira imobiliária do IAPTEC ela existiu, o IAPTEC construiu conjuntos habitacionais.

RN - É, construiu conjuntos, para venda a pessoas de nível médio, mas muitos imóveis eram comprados já prontos e imóveis de luxo.

MC - Imóveis de luxo...

RN - É, esse da Praia do Flamengo, 82, Edifício Mármore, era belíssimo, Mármore.

MC - Então a preocupação não era comprar imóveis ou construir imóveis no sentido de dá-los aos segurados?

RN - Também tinha isso.

MC - Mas tinha também no sentido de...

RN - De investir para preservar o poder aquisitivo dos capitais. Agora naquele tempo o salário de contribuição, a partir da Lei Orgânica que foi de 26 de agosto de [19]60, o salário máximo era de cinco vezes o salário mínimo. Com o Decreto-lei de [19]66, o salário máximo de contribuição dobrou para dez vezes. Já foi um erro, porque dobrar o salário de contribuição significa aumentar o nível das aposentadorias, depois da Lei 5.890 de [19]73, 8 de junho, duplicou outra vez de 10 para 20. Aí eu fui contrário e me manifestei pela imprensa, em consequência a lei veio com uma redução do benefício, quer dizer, toda a parte do salário excedente, a dez vezes o salário mínimo só entrava no cálculo do salário de benefício, na proporção de tantos trinta avos quantos fossem os anos de contribuição no regime da Lei 5.890, além desse meio teto. Mas isso em 1997 atinge a

80%, porque de [19]73 para 1997 são 24 anos e 24 trinta avos é 80%, e 80% é o limite máximo desse acréscimo, então a partir de 1997 toda a parte que excede meio teto do salário de benefício, 80% dessa parte integralizará o salário benefício para efeito de cálculo de aposentadoria. Esse foi um defeito grave, porque criou um aumento de encargos para o INPS que não tinha cobertura no plano de custeio.

LO - Senhor Rio, a Lei Orgânica da Previdência Social de [19]60, ela alterou profundamente a estrutura do IAPTEC?

RN - Olhe, unificou o plano de Previdência dos vários institutos, mas copiou muitos preceitos do IAPTEC até a forma de conceder a pensão por morte, com uma cota familiar de 50%.

LO - Para a esposa?

RN - Não é para a esposa não, é para a família, cota familiar, não é para a esposa. É para o grupo, para responder por despesas de moradia e às vezes a família não é composta de esposa, é composta só de filhos ou pai inválido, pai inválido e mãe assistida. Então é a cota destinada a manter a despesa de moradia é a cota familiar que permanece sem redução até o desaparecimento do último beneficiário. Agora, além da cota familiar a mais 10% por dependente, então a esposa na verdade tem direito a uma cota individual de 10%, o filho também, cada um dos dependentes tem 10% até o máximo de 5. Para não passar de 100% e aquela cota familiar é do grupo, de modo que enquanto houve um dependente, se houver um dependente só o total da pensão é 50 da cota familiar e mais os 10% da cota individual, perfazendo 60%. Esse critério o IAPTEC já tinha, os outros institutos não, e a Lei Orgânica adotou como válida porque protege as famílias numerosas, família de cinco ou mais dependentes tem uma pensão igual a 100% da aposentadoria que vinha recebendo o morto, antes de morrer ou daquela que ele teria direito por invalidez, no caso de se aposentar por invalidez na ocasião da morte.

LO - Mas isso não representava um aumento dos gastos dos institutos?

RN - Dependendo, se antes a pensão era menos que isso, representou aumento, mas em certos institutos podia até ser mais que isso. Agora no IPASE para funcionários públicos até hoje a pensão está nivelada em 50% do salário. É uma pensão baixa para famílias numerosas. Essa foi uma das regras do IAPTEC, absorvidas na Lei Orgânica para estender aos outros institutos.

LO - O senhor lembra de algum outro item que tenha sido absorvido da mesma forma pela Lei Orgânica?

RN - Não lembro não.

LO - O IAPTEC participou da elaboração da Lei Orgânica através de seus membros, através de seus componentes?

RN - Bom, a lei foi promulgada no governo de Juscelino Kubitschek, cujos ministros, cujo Ministro da Previdência...

MC - O Ministro do Trabalho era...

RN - Ministro do Trabalho.

LO - João Baptista Ramos.

RN - É, João Baptista Ramos, sei que os atuários tiveram que dimensionar o plano de custeio, os atuários não apoiavam a aposentadoria por tempo de serviço, sabiam que o custo era muito elevado. Fizeram o cálculo e deu 8% para cada uma das partes, mas com a limitação da idade em 55 anos. Na ocasião eu me pronunciei, fiz um estudo técnico pesadíssimo de avaliação atuarial, mas que interessa isso agora.

LO - O senhor se pronunciou por intermédio do IAPTEC?

RN - É claro e ofereci o estudo ao Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, do qual fazia parte como representante do IAPTEC, cada instituto tinha um atuário, eu era o atuário do IAPTEC e tinha assento no Conselho Atuarial.

LO - O senhor já havia sido há alguns anos antes, ou possivelmente, 15 anos antes o senhor já havia participado do Conselho Atuarial, se não me engano.

RN - Como atuário do Ministério do Trabalho, eu nunca deixei de pertencer ao Conselho até que veio a fusão dos institutos e o tal administrador, cujo nome mais vale calar, resolveu suprimir o cargo de atuário do INPS, então meu cargo ficou instinto, quer dizer, só na cabeça de um alucinado é que cabe que a maior entidade de seguridade do País não tivesse atuário.

LO - Foi o presidente do INPS na época?

RN - Não foi não, foi um destes administradores improvisados em gênios, que resolvem tomar atitudes simples, plausíveis e erradas, como dizia, não sei que Ministro aí cujo nome também não quero citar.

LO - Eu ia falando, Seu Rio, deixa eu só terminar, eu ia falando que o Senhor durante muitos anos participou do Conselho Atuarial, Ministério do Trabalho primeiro, desde [19]45 nós vemos dentro se discutir a questão da unificação, depois a Lei Orgânica, mais tarde em [19]66 quando é instinto finalmente o cargo de atuário é a unificação em definitivo, qual era o papel...

RN - Dá uma paradinha aí, desculpe interromper, mas a Julieta está falando, não dá...

LO - Está certo. Eu perguntava qual foi o papel dos atuários neste processo, longo processo da unificação da Previdência Social?

RN - Bom, a comissão que tratou disso liderada pelo indigitado administrador, não teve a delicadeza de ouvir os atuários dos institutos.

MC - O senhor está dizendo que foi responsável pela unificação...

RN - Pelo projeto de unificação.

MC - Quer dizer a pessoa...

RN - Pelos idos de [19]66, em plena revolução, não procurou contato com os atuários dos institutos e aí houve a fusão, porque em [19]66 houve o Decreto-lei 66 que reformulou a Lei 3807, a Lei Orgânica e houve o Decreto-lei 72 que fundiu os institutos no INPS. Essa comissão que depois foi indicada para concretizar, até aí foi apenas um ato do legislativo, do Decreto-lei, depois houve uma comissão para implantar...

LO - Era presidida pelo doutor José Dias Corrêa Sobrinho...

RN - Não sei o que é feito dele, ele já morreu?

LO - Não, ele é vivo.

RN - O que eu posso dizer, não o vi e não pretendo ver. Porque só sei que ele resolveu, entre outras coisas colocar a questão assim, extinguir o quadro de atuário, eu fiquei com atuário, cargo extinto e me aposentei como diretor de informática sem nunca ter trabalho em informática. Agora como é que se entende que a maior entidade de seguros do Brasil, a entidade securitária do País não tenha um atuário. “Então os atuários que vão lá para o conselho, vão para o serviço atuarial do Ministério”. Como o atuário tem que estar ali na entidade, vigiando toda sua vida para mensurar os efeitos das decisões, porque no Ministério ninguém fazia nada de prático, estavam lá numa espécie de conselho dos Lords, não faziam coisa nenhuma. Então ficou o INPS entregue a uma vida vegetativa, a estatística, a minha assistente foi indicada para chefiar o Departamento de Estatística, mas sem prestígio, tendo que receber pressões da Presidência, dos diretores de departamento. Houve uma queda de prestígio da técnica que me substituiu, que é a professora Carmem Hausmann*, vocês já ouviram falar dela, Carmem Hausmann, ela hoje está lá, também trabalhando na Secretaria de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência, muito dedicada, muito abnegada, muito decente, mas sem prestígio sempre. O João Lira Madeira, que era diretor do Departamento de Atuária e Estatística do IAPI, grande atuário, foi para o IBGE, presidir o centro brasileiro de demografia, perdeu-se aquele grande valor na atuária, foi pra lá. O Severino Montenegro que estava nos [Instituto de Aposentadorias e Pensões dos] Comerciantes foi ser presidente lá do Conselho Atuarial do Ministério e eu acabei chamado lá pelo assessor do Hélio Beltrão para também ser um dos assessores do Ministério do Planejamento, foi quando conheci a doutora Julieta, uma das grandes vantagens do sistema, foi me permitir conhecer a doutora Julieta, que hoje é um baluarte da STEA e da previdência privada.

LO - Doutor Rio, o Senhor acha então que em [19]60, a Lei Orgânica, os atuários ainda eram ouvidos, no período da Lei Orgânica os atuários ainda se faziam ouvir, ainda tinham importância?

RN - É, o tempo do João Carlos Vital, quando ele tinha muito prestígio com o Getúlio, os atuários eram ouvidos, chegou até na ocasião o Conselho Atuarial com a presença do João Carlos Vital, em [19]60, de criar o ISSB, o Instituto de Seguridade Social do Brasil*.

LO - [19]45

MC - [19]45

RN - [19]45.

LO - Aí os atuários tiveram grande importância, participaram de comissão...

RN - Tinha, eu estava entrando para o quadro de atuário...

MC - O senhor ainda pegou alguma discussão?

RN - Uma reunião do ISSB. Mas eu era muito garoto, eu tinha 24 anos, 23, tinha acabado de fazer o concurso e chegava ao Conselho Atuarial e ficava lá ouvindo aqueles grandes medalhões, lembro até que um dia de reunião em que o Silvio Pinto Lopes, que falava muito, estava afônico, não falou nada, ficou tomando nota do que cada um dizia e quando alguém disse alguma coisa com a qual eu concordei, eu fiz: “É”. Ele aí tomou nota, foi a única participação que eu tive na reunião.

LO - Agora a Lei Orgânica, pulando 15 anos, nós estávamos em [19]45, a Lei Orgânica voltou a ele, de 1960, parece que os atuários, se é que eles ainda tinham alguma importância, parece que eles não tiveram uma intervenção decisiva, ela é causada de ter sido pródiga, não é?

RN - Tiveram apenas oportunidade de mostrar o plano de custeio, mas a lei veio à revelia de muitas das suas advertências.

LO - O senhor considerava pródiga a Lei Orgânica nestes termos?

RN - A aposentadoria por tempo de serviço mesmo com limite de 55 anos é caríssima.

MC - Mas além dessa medida, além dessa lei, tinha outras leis que o senhor considerava que eram pródigas?

RN - Bom, eu não me recordo mais de como estava a Lei Orgânica da previdência, achava, entretanto, que os rurais não tinham cobertura, neste ponto a lei não era pródiga, inoperante, era perversa. Achava que os dependentes tinham sido conceituados com base numa interpretação errada da pensão por morte, como se ela fosse um bem individual e não um bem social. Desprotegendo às vezes pessoas que vivem às expensas do instituidor por motivos mais do que justos, quando compete ao instrumento securitário substituir o segurando na sua morte, para apoiar as pessoas que não podem continuar vivendo sem ajuda do segurado. Mas na ocasião eu estava ainda muito jovem e os meus protestos ecoavam muito pouco ainda no próprio Conselho Atuarial, quando se dirigiam aspectos éticos, na parte técnica não, aí havia sempre uma restrição clara, mas às vezes era tão clara que os presidentes preferiam rasgar os pareceres técnicos, para que eles não se constituíssem em obstáculos aos seus propósitos.

MC - Foi incluído também na Lei Orgânica a direção colegiada, o senhor pegou essa nova forma de direção dentro do IAPTEC?

RN - E houve bons representantes de empregadores e um deles chamou-se Danilo Merquior, aliás ele chegou a ser presidente do IAPTEC, foi um presidente bastante razoável.

MC - Danilo Merquior.

RN - É.

MC - E por parte dos empregados?

RN - Eram pessoas desinformadas dos aspectos técnicos, com os quais havia muita dificuldade de entendimento.

MC - Mas quando o senhor coloca a questão da direção colegiada o senhor mencionou nomes, mencionou um nome, o senhor achou que o empresário que foi bom presidente, o senhor concordava com a forma de gestão do instituto, essa forma de direção colegiada? Em termos de serem eleitos pelos representantes dos trabalhadores, dois empresários em dois governos?

RN - Eu não concordo em se atribuir a pessoas desprovidas de conhecimento técnico o poder decisório às vezes conflitante com a técnica. É óbvio, se uma instituição é regulada por leis naturais não pode de repente ser subordinada a leis humanas conflitantes com as leis naturais, então se um desses representantes de empregados, acha-se que fosse devida uma aposentadoria caríssima depois de 25 anos de trabalhos e cismasse de impor esse benefício e viesse o técnico opondo com razões de caráter econômico e até ético-sociais, mostrando que aposentar precocemente é prejuízo para a sociedade, para o estado e para o próprio indivíduo. Essas razões que hoje estão tão difundidas e aceitas, mas se esse homem tem poder decisório para votar em igualdade de condições com o representante dos empregadores mais acessível ao argumento lógico, no fim quem é que ganha, ganha a maioria dos votantes, entra aí o terceiro desempatador político, resolve apoiar o representante dos empregados e vem a loucura de uma Previdência, de uma aposentadoria precoce, sem base econômica. Então eu acho que para votar alguma coisa neste campo, como em muitos outros, há necessidade de um certo conhecimento básico para evitar as loucuras, os conflitos das leis humanas com as leis naturais. Você concebe alguém no congresso querendo revogar a lei...

Data: 12/02/1987

Fita 7 – Lado A

MC - Estamos na STEA, no escritório do doutor Rio Nogueira, mais uma vez, no quarto encontro, não é, Marcos? Quarto encontro, no dia 13 de fevereiro de [19]87, dia 12 de

fevereiro de [19]87, com o Marcos, o Luiz Octávio a [Ana] Luce e desta vez o Luiz Bonella, técnico, e Marcos.

MC - Doutor Rio Nogueira, o senhor tem uma trajetória grande, muitos anos na Previdência Social...

RN - E de vida.

MC - O senhor trabalhou durante muito tempo no IAPTEC e depois da unificação, eu até gostaria que o senhor falasse um pouco do trabalho do senhor depois da unificação dos institutos.

LO - Até [19]78, que é aposentadoria como diretor, o senhor se aposenta como diretor do INPS.

MC - Eu gostaria que o senhor falasse um pouco deste período depois da unificação.

RN - A unificação foi estabelecida por um Decreto-lei de novembro de [19]66, mas só encontrou praticidade pelos idos de [19]71, [19]72 e durante este período eu continuei ainda como diretor do Departamento de Atuária e Estatística do IAPTEC, até que pelos idos de [19]70 havendo a fusão, o cargo de atuário do IAPTEC e do INPS foi extinto. Os organizadores do INPS realizaram esta proeza de ilogicidade, que foi retirar do quadro do INPS o cargo de atuário, um absurdo porque a maior instituição securitária do país ficou sem atuário, os atuários dos vários institutos de aposentadoria de pensões foram para diversas direções: o João Lira Madeira, que era do IAPI foi para o IBGE e os outros foram para algumas autarquias, eu fui convidado logo para assessorar o Ministro Hélio Beltrão no Planejamento e lá fiquei até que um dia fui novamente reconduzido ao INPS, para um cargo extinto, acabei aposentado como diretor de informática.

LO - Por que o cargo de atuário foi extinto?

RN - Eu não conheço as razões, se é uma ilogicidade até por definição não tem razão alguma.

LO - Mas deve ter ao menos uma razão corporativa, alguém decidiu?

RN - Os organizadores do INPS devem ter pensado que os atuários poderiam ficar reunidos no Ministério da Previdência e longe do INPS, numa espécie de supervisão à distância da atividade técnica do INPS. Essa supervisão à distância jamais funciona e o INPS continuou entregue ao empirismo, ao desconhecimento de algumas pessoas que até se arvoravam de entendidos, pessoas ligadas ao departamento de processamento de dados, DATAMEC, DATAPREV. E assim foi que o INPS continuou sem apoio técnico da área atuarial e continua praticamente sem esse apoio técnico até hoje.

MC - Pelo que eu estou entendendo o senhor depois da unificação, a sua participação, a sua intervenção no destino da Previdência deixaram de existir, na Previdência Social?

RN - Continuamos enquanto não houve uma concretização objetiva da fusão a prestar na área do Instituto Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas, os serviços normais de orientação no campo econômico e financeiro, avaliação das reservas técnicas, mas sem que houvesse da parte da instituição maiores preocupações, porque o destino já estava delineado, que seria a fusão num instituto único. E este instituto herdou daqueles que se extinguiram, ao se fundirem, um enorme passivo com um patrimônio bastante reduzido para fazer face a suas obrigações, o próprio Decreto-Lei que reformou a Previdência. O Decreto-lei 66, de 21 de novembro de [19]66, reduziu a taxa de contribuição da União que antes era de 8%, incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores, para uma contribuição variável. A União ficou apenas comprometida a sustentar o custo administrativo do INPS e a cobrir a suas eventuais insuficiências financeiras. Essa contribuição da União que na época 1966 se poderia estimar em torno de 4% da folha de salários dos trabalhadores foi sendo deliberadamente retida, a União não pagava, ou pagava parcialmente, até que se configurou uma ameaça de déficit de caixa que em [19]81 chegou a um nível insuportável.

LO - Por que o senhor está falando em [19]81?

RN - Porque houve na época um Decreto-lei em que se procurou aliviar esta crise até taxando supérfluos, cigarros, bola de *ping-pong* e outras coisas que não deram nenhum resultado prático, e serviram apenas para aumentar o anedotário brasileiro.

LO - Dá um tempo, porque [19]81 é também uma data em que nós sabemos que o Ministro Golbery tentava utilizar os recursos da Previdência Social com objetivos políticos de conquistar uma vitória nas eleições de [19]82, houve uma tentativa, o senhor lembra mais ou menos disso, quer dizer, havia...

RN - Olha, se houve essa tentativa, o Ministro deveria ter descoberto alguma fonte de recursos que eu desconheço, porque o INPS não tinha dinheiro, talvez vender os imóveis que ainda existiam para esse efeito.

LO - Aumentar o déficit?

RN - Tirar recursos de onde não existe é meio complicado, a não ser queimando o que restava do patrimônio imobiliário que o INPS herdou dos antigos institutos. Não ouvi falar de nada parecido.

LO - O senhor trabalhava com o Hélio Beltrão neste período?

RN - Bem, trabalhei com o Hélio Beltrão até 1972.

LO - Ah, está.

RN - Na fase, entre [19]70 e [19]72, eu não sou muito preciso em datas, mas tenho ideia que tenha sido [19]70, [19]72.

LO - Mas pelo menos não era [19]81, não era no Ministério da Previdência.

MC - Doutor Rio Nogueira...

RN - A minha vida no Ministério do Planejamento foi em consequência de uma contestação ao BNH, eu fui na época considerado um opositor, um inimigo bastante agressivo do BNH, quando mostrei que o plano de correção monetária trimestral asfixiava os mutuários habitacionais ou seria opressivo aos mutuários ou se fosse substituído por outro insolvente para o próprio banco. Colocado como um opositor da política habitacional do governo eu não poderia continuar exercendo um cargo de confiança do Ministro.

LO - O Senhor falou que inclusive durante as entrevistas que o senhor teve até uma fiscalização do SNI ou alguma coisa neste sentido...

RN - Não, o SNI imaginando que a minha posição fosse política, investigou a minha vida e checkou que eu era um vazio político e num convite que me fez, houve da parte de seus dirigentes essa manifestação de apoio: “Nós existimos não apenas para vigiar os subversivos mas para dar apoio a pessoas que como o senhor, resistem por uma questão de civismo”. E eu fiquei satisfeito.

MC - Só para precisar melhor, o senhor tinha que cargo quando trabalhou junto com o Ministro Hélio Beltrão?

RN - Era assessor para estudos técnicos de economia, previdência e cálculo atuarial.

MC - E ele que o chamou para...

RN - Pessoalmente ele me conhecia, mas a minha indicação foi devida a Amauri Fraga que foi diretor do IAPTEC e algumas vezes substituiu o ministro sob afastamentos.

MC - Eu queria retomar essa ocasião em que houve a extinção do cargo de atuário no INPS. Se nós formos ver a história da Previdência, o que se percebe é que durante um período significativo, nós poderíamos dizer até [19]45, no início dos institutos até [19]45, até um pouco mais, o setor atuarial dos institutos era uma coisa, quer dizer, era um lugar muito respeitado, pelo menos alguns institutos era um espaço de decisão muito significativo, levado muito em conta. Quer dizer, tinha um poder dentro dos institutos muito elevado, até o senhor mesmo disse, entrava presidente, saía presidente e sempre estavam de olho no senhor, mas nunca tiraram o senhor da diretoria do departamento. Como é que o senhor vê essa situação, de repente num regime político que pelo que parece, privilegiou o setor mais técnico, até se coloca que o regime depois, o regime político a partir de [19]64, a partir do momento militar de [19]64, foi um regime que aliou o setor militar com o setor tecnocrático. Como é que o senhor vê essa situação de um regime que a técnica, parece que era privilegiada e onde o setor atuarial dentro da Previdência foi assim, foi extinto. O senhor viu algum outro setor, algum outro corpo de dirigentes, ou técnicos subirem neste momento em termos de prestígio político... Ou seja, eu estou querendo ver se há alguma lógica, no que o senhor chamou de ilógico.

RN - No tocante à atividade atuarial ela é tão restrita a um pequeno número de técnicos, que é natural que as pessoas, até mesmo os dirigentes do governo desconhecem o papel

do atuário na economia, micro ou macro de qualquer campo onde haja problema econômico, é muito difícil imaginar uma situação econômica onde não haja dinheiro. É muito difícil também imaginar uma situação em que o dinheiro não corra um certo risco de ser perdido ou adquirido. O dinheiro é o objeto da ciência denominada matemática financeira e o risco é o objetivo da teoria das probabilidades, e a atuária é o campo da matemática fundamentado nestas duas ramificações da matemática: a matemática financeira e a teoria das probabilidades. De modo que a interveniência do atuário nos fenômenos econômicos é quase que universal; o campo de atividade do atuário é toda a economia, mas esse aspecto foge à compreensão da maioria das pessoas que desconhece a existência dessa profissão porque são muito poucos os profissionais. Ainda hoje no Brasil talvez, ainda não chegue a algumas centenas das quais talvez umas poucas dezenas ainda são de profissionais ativos, quer dizer, exercem essa profissão. E dessas dezenas talvez não valem de duas dezenas, os que se especializaram em Previdência privada, em Previdência básica. A maioria dos atuários se ocupa com o seguro privado individual gerido com objetivos comerciais pelas companhias de seguros. Eu estou certo de que os homens de governo desconhecem que existem esses técnicos e aqueles que tinham muito valor na década de [19]30, [19]40, nas décadas de [19]30, [19]40 e que constituíam o Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho foram morrendo. Porto Carrero, Nino de Leal de Sá Pereira, Julio de Barros Barreto, Abraão Izeksohn, Eduardo Guidão da Cruz, Emílio de Souza Pereira, que me precedeu no IAPTEC, Paulo Câmara, foram morrendo.

LO - O senhor falou Abraão...

RN - Izeksohn, Ivo Familiar.

MC - Silvio Pinto Lopes.

RN - Silvio Pinto Lopes, morreu mais recentemente e qualquer dia serei eu, e espero que não tão já.

LO - Não, isso nós sabemos que vai demorar muito, temos certeza disto!

RN - Quem sabe, hein, eis aí um problema probabilístico, que é a morte.

LO - Matemática irracional.

RN - É usando atuarial. Então o Conselho Atuarial foi substituído por atuários mais jovens não com a experiência dos anteriores. Na universidade as turmas eram de dois alunos e quando saíam não encontravam mercado profissional. Depois quando nós começamos aqui na STEA implantando entidades de previdência nas empresas, abrimos o mercado, aí à procura das universidades foi maior, as turmas cresceram e hoje se formam alguns atuários, mas o ensino do Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases se tornou uma brincadeira. Era proibido reprovar o aluno. Eu já lhes contei que pedi demissão da cátedra porque um militar achou de me criticar à assistente, que havia reprovado mais de metade da turma, em consequência pedi demissão da cátedra, me afastei, fiquei aposentado sem saber durante três anos, até que o DASP descobriu a irregularidade, eu voltei, trouxe para o nosso escritório os melhores alunos, veio a aposentadoria do professor aos 30 anos, e eu então me aposentei definitivamente. Mas os fatos é que se formam poucos, num ensino

deficiente em que os professores não vão às aulas, a matéria não é exposta, o vestibular já não é muito exigente como anteriormente, entram pessoas sem muita base matemática, e sem matemática o atuário fica preso às rotinas sem imaginação criativa, incapaz de resolver os problemas novos, é isso.

MC - Doutor Rio Nogueira, já que o senhor está colocando estas questões ligadas ao ensino, ao setor atuarial, formação, ao mercado de trabalho, eu queria voltar à pergunta que eu fiz, precisando ela melhor. O senhor acha que, qual é a avaliação que o senhor faz no momento, no período em que podemos dizer, em que a gente teve num regime militar no Brasil, já que pelo que parece ele privilegiou a atuação mais do setor tecnológico, das chamadas ciências exatas, o senhor como técnico, como é que o senhor avalia esse regime, no setor em que sempre trabalhou?

RN - Eu me desviei um pouco dessa pergunta, mostrando que sendo o quadro de atuários muito restrito, era natural que o governo inicialmente até desconhecesse e continua desconhecendo a importância da experiência do atuário no campo da Previdência e no campo da economia. Porém, como nosso grupo de atuário da STEA estava envolvido em analisar problemas da Petrobrás, de pesquisa operacional -que é um conjunto de técnicas matemáticas e probabilísticas, de apoio aos administradores que lhes faculta condições para decidir diante de várias opções, buscando sempre a otimização de uma decisão ou maximizando uma função de receita ou minimizando uma função de custo- então nós tivemos um campo muito variado de ação na Petrobrás, por exemplo: dimensionando os tanques de petróleo bruto ou de derivados do petróleo para evitar os custos de um armazenamento desnecessário e ao mesmo tempo colocando os navios da FRONAPE, que transportam os derivados de petróleo para evitar que eles ficassem obrigados a estacionar nos portos, à espera que os reservatórios esvaziassem a fim de que eles pudessem esvaziar a carga que é líquida, e não pode ser jogada no cais. Problemas deste tipo de programação linear combinada com a técnica probabilística, seguros de navios da FRONAPE feitos sem uma técnica adequada promoviam a evasão de grandes divisas para as companhias de seguros multinacionais, dimensionamento da retorta de extração do xisto betuminoso das minas do Vale do Paraíba, para produzir um óleo semelhante ao petróleo, então as técnicas de estatísticas de cálculos de probabilidades eram aplicadas por nós.

LO - Esse caminho foi tomado por outros atuários também?

RN - Não, justamente porque a maioria deles que ficou lá no Ministério do Trabalho, no Conselho Atuarial ou nos institutos de Previdência antes da fusão, mas eu pessoalmente e também o mestre Porto Carrero procurávamos complementar os nossos salários com atividades outras. E como tínhamos muito interesse pela matemática aplicada tínhamos sempre pessoas procurando para resolver problemas deste tipo, que ainda não era o da Previdência privada. Por exemplo: o *Correio da Manhã* parece incrível, mas no jornal existem problemas de estoques, como em quaisquer empresas, dimensionamentos de estoques é um problema de pesquisa operacional, gastos do papel das bobinas que entram nas máquinas impressoras, as bobinas são coroas cilíndricas pesadíssimas, 500 kg, havia consumo do papel, era preciso controlar o consumo, pesar a bobina era inviável...

Fita 7 - Lado B

RN - Inventamos um método para avaliar o peso da bobina admitindo a uniformidade da massa e a gramagem, para contornar a dificuldade do peso e ao fazer, usamos a estatística para medir a gramagem e a variação do peso em torno da gramagem média prometida pelas fornecedoras, pudemos assim constatar que as fornecedoras vinham fraudando, oferecendo o papel mais pesado do que aquele que estava nos contratos, e o desvio era de 10%, foi uma economia grande para o *Correio da Manhã* essa descoberta nossa. Enfim, fazíamos coisas desse tipo até que tudo isso ficou muito conhecido na Petrobrás, então esse respeito pelo técnico começou a vir através da nossa atividade na área privada, até que a Petrobrás cedendo a pressões dos empregados, a partir de [19]63, nomeou um grupo de trabalho para estudar a criação de um sistema de previdência complementar. E foi aí que começou a série de estudos tipicamente brasileiros que acabaram culminando com a criação da PETROS em [19]70, estando o Presidente Ernesto Geisel ainda como dirigente da Petrobrás. Foram sete anos, de [19]63 a [19]70, em que nós nos dedicamos a criar um conjunto de métodos inéditos e uma postulação ética sobre a Previdência, que gerou a primeira Fundação de Seguridade Social do País. Ao mesmo tempo que fazíamos este trabalho criticávamos a Previdência básica e o governo ainda afastado da técnica. O governo Médici, desconhecia os atuários e havia aquela série de leis ilógicas, a Lei 5107 que criou o FGTS de 13 de setembro de [19]76 completamente ilógica, feita às pressas, invadindo a área securitária porque afinal o FGTS não deixa de ser um pecúlio de caráter previdencial, que é dado àquele que se aposenta, ou à família daquele que morre, então é superposição onerosa e ilógica aos benefícios da Previdência.

LO - O senhor estava dentro da Previdência na época ainda, o senhor trabalhava...

RN - É, em [19]63 eu ainda era diretor do IAPTEC.

LO - Com a criação do fundo de garantia o senhor estava na Previdência.

RN - Estava.

LO - Como é que ele recebeu, o corpo dos previdenciários, como é que ele recebeu essa chegada... Havia algum tipo de reação contra o FGTS dentro da Previdência?

RN - Não, porque a Lei 5107 que criou o FGTS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, apareceu como uma opção para os empregados que poderiam manter-se com a estabilidade garantida pela consolidação das leis do trabalho, ou abrir mão dela ingressando no regime da Lei 5107 e fazendo jus portanto a um fundo constituído com o recolhimento de 8% do salário.

LO - Perfeito, inclusive a oportunidade de opção é uma coisa que todos nós conhecemos e realmente o fundo de garantia como opção. O que eu estou colocando é com relação a isso que o senhor colocou, que o FGTS está cumprindo um papel que era da Previdência de certa forma, porque para começar ela é um pecúlio.

RN - Ele invadiu, ele se superpôs porque se a Previdência garante a aposentadoria, garante pensão, portanto benefícios assegurados ao trabalhador e à sua família em condições

justificáveis ou pelo menos justificadas não há porque adicionar-se à aposentadoria, o capital que o aposentado hoje recebe e que provém do seu fundo de garantia.

LO - Mas originalmente a ideia inclusive do Fundo de Garantia era não dar este pecúlio, quer dizer, o Fundo de Garantia seria apenas um fundo em caso de desemprego, um fundo de dispensa. Era pior ainda.

RN - Originalmente, isto é, antes da Lei 6435 havia um fundo de indenização do trabalhador no caso de desemprego, mas que não era tão custoso para a empresa, não representava sacrifício do empregador de pagar 8%, mas se esse sacrifício veio para o empregador melhor que ele fosse utilizado para racionalizar a Previdência básica. Porque dar um pecúlio, um fundo de garantia de valor elevado para aquele que trabalha anos até se aposentar por tempo de serviço válido, rígido e dar um fundo inexpressivo para aquele que morre ou se invalida prematuramente é sacrificar aquele que já foi castigado pela má sorte e premiar aquele que já foi premiado por uma vida saudável. Então, não tem tino securitário o FGTS, a minha entrada neste campo foi justamente, propondo o aproveitamento desse FGTS para ajudar as empresas a criar um sistema complementar de Previdência. E a PETROS quando nasceu já se utilizou disto, porque o FGTS dos participantes que não optassem pelo regime do fundo e que seria então propriedade da Petrobrás, foi tomado como uma receita de sustentação da PETROS. E era uma receita altíssima, porque no início 80% dos empregados da Petrobrás não queriam optar pelo regime da Lei 5107, depois com uma campanha quase de, uma campanha coercitiva, foi desenvolvida na Petrobrás e a opção começou a preponderar, e o tal fundo que ia para a PETROS desapareceu uma vez que deixou de pertencer à Petrobrás passou a ser propriedade dos empregados, que não abriram mão dele para a PETROS. Mas a racionalização desses fundos FGTS, PIS, PASEP, seria esta, de utilizá-los para desenvolver a custos menores uma previdência complementar. Então a Petrobrás começou a ter conhecimento da tecnologia atuarial através deste trabalho, e como houve a implantação da PETROS com todo aquele resultado que o próprio Presidente Geisel colocou na imprensa, quando se candidatou à Presidência da República o governo começou a respeitar os técnicos mas pela sua atividade na área privada, e também quando ainda em [19]73, antes de Geisel assumir a Presidência da República no governo Médici houve a tentativa de uma reforma na Previdência básica que acabou se consubstanciando na Lei 6000, esqueci, lei de [19]73... Nós tivemos também uma atividade divulgada pelos jornais porque contestamos a lei em vários pontos e o Congresso acabou acolhendo a nossa contestação, então ficou também muito em foco a ação dos atuários na época, ficou muito divulgada. Por isso em todo governo Geisel, nós tivemos esse apoio, ele próprio sugeriu aos seus ministros que criassem nas suas áreas entidades semelhantes àquelas que ele criou na Petrobrás, portanto este prestígio dos técnicos na área de atuária veio até pressionada pelo Presidente da República, junto aos seus Ministros, quando nós começamos a desenvolver isso nas grandes empresas do governo o prestígio era uma consequência natural.

LO - De qualquer forma os técnicos de atuária ficaram, permaneceram deslocados da Previdência Social, mesmo que revalorizados.

RN - É, ficou lá ainda o senhor Pinto Lopes, uma espécie de último dos moicanos, do Conselho Atuarial, insistindo para que eu voltasse ao conselho, e eu renunciando porque

queria mais liberdade de agir na esfera privada e agora acabei voltando depois que ele morreu, numa espécie de atendimento póstumo a um pedido dele. E agora o Conselho Atuarial vai voltar, está voltando a funcionar de uma forma agressiva, porque eu cobro do Secretário de Estatística e Atuária, casualmente foi meu aluno, é um homem sério, toda reunião de conselho eu digo: “Nós estamos reunidos apenas para emitir pareceres inexpressivos sobre alguns casos que nos consultam ou nós vamos ter uma postura ética, ativa para mostrar os erros do governo”. E eu tenho por hábito, um hábito antigo, que nunca me prejudicou mesmo no chamado governo militar, de dizer as coisas frontalmente, não uso parece, eu digo que é, e agora mesmo este último decreto que atingiu as entidades criadas por empresas sob supervisão Ministerial, Decreto 93597, dei declarações aos jornais, bastante duras, declarando que o Ministro Funaro parece sério, mas o *entourage* dele ninguém sabe, e uma das consequências foi recentemente, um telefonema de um diretor da área econômica do governo, assessoria econômica de assuntos especiais, pedindo trabalhos meus, cópias dessas entrevistas e já com algum resultado prático, porque um decreto que deu vantagem para as entidades abertas não estendidas às fechadas, este diretor já prometeu que serão estendidas às entidades fechadas. Então, o Conselho Atuarial agora tem que ser agressivo enquanto eu estiver lá, e será agressivo. Eu propus um substitutivo do decreto com justificativa mostrando os erros dele e depois de dois meses de discussões e de tentativas de amenização o conselho acabou reconhecendo que seria indispensável uma atitude enérgica e aprovou a minuta. Então o conselho vai voltar a funcionar com energia.

MC - Quando houve a extinção do cargo de atuário do INPS houve uma resistência por parte do Conselho Atuarial, algum tipo de protesto?

RN - O Conselho Atuarial existia no Ministério da Previdência, não foi atingido, os atingidos foram os atuários que ocupavam cargos isolados nos vários institutos, que passaram a exercer funções em cargos extintos, mas sem prejuízos em seus salários. O protesto foi uma crítica aos organizadores e não foi além disso.

MC - Doutor Rio Nogueira, eu queria que o senhor colocasse assim como é que o senhor foi dentro desse trabalho na área de Previdência privada, a STEA parece que é mais ou menos deste período também [19]63, [19]64 em que ela surge...

RN - Exato, a STEA existia ou passou a existir no momento em que eu pessoalmente e o mestre Porto Carrero dávamos à Petrobrás uma assessoria tão diversificada que um dos diretores da Petrobrás, Pinto de Aguiar...

MC - Quem?

RN - Pinto de Aguiar.

MC - Pinto de Aguiar conheço muito.

RN - Manuel Pinto de Aguiar.

MC - Grande homem!

RN - É, sugeriu que nós criássemos uma empresa para unificar todos os contratos. E realmente foi assim que a STEA nasceu em [19]63. Daí para a frente, havia que arranjar para a STEA contratos que dessem a ela recursos para sobreviver, por isso nós nos dedicamos a vários campos de atividades no campo da pesquisa operacional, usando a estatística, a atuária. E eu já mencionei alguns destes trabalhos, mas o que foi dando realmente uma base cada vez mais sólida para que a STEA sobrevivesse, foi a Previdência complementar. E no dia em que a PETROS nasceu, em abril de [19]70, eu senti que todas as empresas do governo iam ficar interessadas por um projeto semelhante e aí a STEA começou a crescer também numericamente em colaboradores e eu procurei os melhores alunos, os melhores técnicos, tinha por exemplo: a doutora Vera Werneck, que já estava na PETROS, foi minha aluna. Tanto na Universidade Católica no curso de matemática pura, como na Escola Nacional de Ciências e Estatísticas. E que tinha trabalhado na implantação da PETROS. A professora Carmem Hausmann, stop que tinha sido colega da Doutora Vera Werneck, funcionou também, mas depois ficou exclusiva do INPS, foi até, era minha assistente inicialmente no INPS, depois tornou-se minha diretora quando voltei da assessoria do Ministério do Planejamento. E vieram então as primeiras alunas, os primeiros alunos da Escola de Estatística, da Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em que eu lecionava foram os chefes de divisões aqui da STEA. Veio finalmente um engenheiro de sistemas ensinar FORTRAN a nós, encantou-se com a nossa vida profissional, largou todos seus empregos e hoje é nosso diretor técnico substituto. Hoje a STEA tem cerca de 60 empregados, com 4 divisões atuariais, uma divisão de estatística, uma divisão de processamento de dados, divisão jurídica e toda área administrativa de apoio.

MC - Doutor Rio Nogueira eu queria fazer uma pergunta em relação à Previdência complementar...

LO - Não tudo bem, pode seguir.

MC - A Petrobrás é uma empresa pública...

RN - Não, ela é uma sociedade de economia mista, com maioria de ações do governo.

MC - É considerada uma empresa estatal, em última instância de controle.

RN - E o maior acionista é o Governo Federal.

MC - É... como é que fica a criação de uma Previdência complementar, numa empresa que em última instância está tendo o controle público, deveria de ter pelo menos já que o governo, devia ser controle público. Não seria assim uma situação de privilégio?

RN - Privilégio é o que é oferecido aos trabalhadores ou quaisquer pessoas além daquilo que é comum, ou além daquilo que é justificável, como um direito elementar de quem trabalha e entre os direitos indeclináveis dos cidadãos, está o de manutenção do padrão de sua família em decorrência de algum fato, de algum infortúnio que lhe tire o potencial laborativo remunerável. Se o INPS é lacunar, é deliberadamente deficiente.

LO - O senhor falou deliberadamente.

RN - Porque não é meta da Previdência básica manter padrões de luxo, padrões elevados, ou mesmo os padrões totais de quem ganha pouco. A meta do INPS é garantir padrões médios, módicos para evitar a miséria extremada que se não houvesse a garantia levaria grandes massas obreiras ao desespero, na velhice, na invalidez, na doença. A meta do INPS é garantir o estado contra a revolta social, por isso o INPS é encarado como instrumento de segurança nacional e por isso a contribuição é obrigatória; mas a meta é humilde, padrões médios, módicos. Ora para o trabalhador que leva a vida inteira com o salário médio ter que ficar na velhice com um salário, com uma renda muito reduzida é doloroso ele procrastina a atividade, ele envelhece nos quadros, ele prejudica a produtividade da empresa, portanto dos seus acionistas, portanto a necessidade de uma previdência complementar é imperiosa até mesmo atendendo ao interesse de lucratividade dos acionistas. Parece, à primeira vista, que essa previdência complementar é luxo, e é onerosa, mas ela é um instrumento de incremento, da lucratividade empresarial. A empresa que tem a velharia improdutiva relutante em aposentar-se perde produtividade, perde lucratividade, se ela renova os quadros mantém a sua lucratividade em crescimento. Que adiantava a Vale do Rio Doce ter gente trabalhando entre aspas, que não fazia mais nada ao longo das linhas férreas, atrapalhava mais do que ajudavam, pagando salários, encargos sociais. Com a criação da Avalia essa massa se aposentou, liberou a despesa de salário, de encargos sociais da Vale do Rio Doce e recebeu uma complementação da ordem de 20% do salário, porque já tinha 80% do INPS.

MC - Quando eu coloco que é privilégio é no sentido que é uma condição que não atinge a massa dos trabalhadores, ela atinge só algumas empresas, empresas estas que parece pelos exemplos, que o senhor está colocando são empresas de ponta, empresa como a Vale do Rio Doce, como a Petrobrás, são empresas de sustentação...

RN - Isso depende da vontade do empresário, o empresário de uma organização de 100 ou mais participantes pode criar o sistema fechado, como é o caso da minha própria empresa, onde nós criamos o STEA ainda quando era possível fazê-lo com menos de 100 empregados, nós temos 60, mas uma empresa com mais de 100 empregados pode criar e quando ela tem menos que 100 empregados, ela pode associar-se a outras que já tenham criado entidades para dar este apoio complementar. E nós temos feito tudo para divulgar este caminho para as empresas privadas, os resultados têm sido sensíveis, mas não surpreendentes, existem alguns fatores que se opõem a isso. Às vezes um certo receio da empresa criar uma coisa assim e se comprometer depois, é uma ilusão, porque com a facilidade que ela cria pode atualmente liquidar a sua entidade.

Fita 8 – Lado A

MC - Pequenas podem congrega-se para criar uma fundação comum, podem juntar-se a outras empresas, há sindicatos que têm cinco empregados, dois empregos dentro dos aeros, que congrega a Varig, a Cruzeiro, a Transbrasil, a *Air France*, a Infraero. Eu vou utilizar um exemplo, talvez não seja muito feliz, o senhor por favor, que me lembre um pouco assim... A Previdência documentada, é o caso do IAPI que tinha a patronal, o senhor deve se lembrar desse fato, quer dizer, os funcionários do IAPI tinham uma assistência diferenciada do conjunto dos segurados do IAPI.

LO - Tinham uma Previdência complementar.

MC - É, tinham.

RN - Uma assistência, não é? Uma assistência complementar.

MC - Mas o espírito da patronal, que ele é um pouco semelhante ao espírito da Previdência complementar, no sentido, quer dizer, um grupo é com uma série de critérios que tem um atendimento diferenciado no conjunto...

RN - As empresas privadas podem e devem amparar os seus empregados, amparar na Previdência e na assistência, porque os empregados constituem a força motriz da empresa e não é justo até do ponto de vista da lucratividade da empresa que ela deixe essa força se exaurir.

MC - Dentro da...

RN - Para empresa privada, o IAPI ou o INPS, porque a patronal continua existindo, é uma entidade, é uma empresa e é natural que esta empresa cuide de seus empregados, a complementação da aposentadoria, bem o INPS já dá aos seus empregados, porque eles são regidos pelos estatutos dos funcionários públicos, têm a aposentadoria integral garantida pela própria autarquia. Os funcionários públicos de uma forma geral, já não tem a complementação da aposentadoria, sim porque eles recebem aposentadoria integralizada garantida pelo artigo 102 da Constituição, aos 35 anos de serviço o homem, 30 se mulher, então já está aí embutida a complementação e sem que eles paguem nada, porque ela é gratuita, é uma aposentadoria assegurada na constituição e para ela o empregado não contribui, o empregado estatutário, ainda se pode dizer que no caso da PETROS o empregado contribui. Então não há privilégio, haveria privilégio se as entidades, se as empresas privadas não pudessem, ficassem proibidas de criar, mas elas não somente não estão proibidas como estão estimuladas com incentivos fiscais, podendo declarar como operacionais todas as despesas que têm na sustentação de programas assistenciais ou previdenciais em favor dos grupos familiares e seus empregados, então não há privilégio. E se elas não querem criar e porque o espírito do empregador ainda não se alargou para sentir as vantagens não só apenas para seus empregados, mas para eles empregadores, para a criação de sistemas. Agora há alguns inconvenientes, por exemplo a ingerência constante do governo na aplicação desses grandes fundos que são criados pela entidades através do Conselho Monetário Nacional. Então as empresas se intimidam. Se eu vou criar um fundo que vai crescer mas fica constrangido pelo Conselho Monetário Nacional a ser investido um mínimo de 25% em ações das quais pelo menos 75% de empresas privadas nacionais, se eu não posso aplicar em empréstimos aos participantes num percentual desejado ou nos imóveis, você tem que aplicar pelo menos tantos por cento em títulos do governo, as empresas começam... Isso não existia até [19]77, a PETROS aplicava livremente os critérios de investimentos eram livres, mas agora quando alguma diretoria sai do limite, ocorre como aconteceu agora com a CISTEL, a CVM entra e começam a exigir a cabeça dos diretores, eu não sei nem se eles tiveram alguma culpa naquilo, porque cumprir rigorosamente aquelas regras do Conselho Monetário Nacional às vezes é precipitar a entidade na insolvência. A queda da bolsa prejudicou notadamente todas essas entidades e naquele livro meu, que vocês conhecem, eu pregava que a aplicação em bolsa devia ser limitada às reservas livres, nunca às reservas comprometidas com as promessas estatutárias. Então a ação do governo foi prejudicial, o Governo Geisel

foi favorável, a lei criou a imunidade tributária das entidades fechadas, mas no governo Figueiredo foi nefasta, porque a primeira coisa que o Delfim fez a respeito de Previdência fechada foi retirar a imunidade tributária, com o Decreto-lei 2065 de [19]83. E no governo atual as maiores sandices se observam nesses decretos-lei, trabalhado para favorecer a Previdência comercializada.

LO - Aberta, chamada Previdência aberta.

RN - Aberta de fins lucrativos, porque a aberta sem fins lucrativos, contra essa eu não tenho nada, mas a aberta de fins lucrativos é um caminho para tirar dinheiro do trabalhador e enriquecer os acionistas do Bradesco e dos grandes bancos, Bamerindus, Itaú, Unibanco.

LO - É isso que o senhor chama de “falsas fundações?”.

RN - Falsas fundações não, estas entidades abertas nem são fundações, são instituições criadas na forma de sociedade anônimas que tiram dinheiro do trabalhador, aplicam dinheiro, lucram com a aplicação e destinam o lucro para os acionistas em vez de fazer o lucro reverter para os trabalhadores.

LO - As “falsas fundações” manteriam o *status* de entidades não lucrativas.

RN - São fundações criadas para proteger a elite, para proteger os altos dirigentes, então arrumam o plano de maneira que o empregado ganhe pouco e não receba nada. Não cobram nada dos empregados para poderem proteger os de maiores salários e os que ganham pouco não têm o interesse de entrar, não entram, não reclamam e elas só protegem os altos dirigentes, planos elitizados, que têm os incentivos fiscais do governo.

LO - O senhor já deu assessoria a algum tipo de falsa, desse universo de falsas fundações? Aqui na STEA já chegou alguém pedindo para o senhor montar um...

RN - Não chegam sequer aqui, tem medo.

LO - Senhor Rio Nogueira, em [19]71 eu estava falando o senhor criou aquele modelo matemático de quantificação da produtividade do trabalho humano para determinação da idade ótima do afastamento pela aposentadoria, a gente pode chamar esse modelo matemático, que o senhor apresentou...

RN - Eu levei uma noite querendo uma definição nominal para o trabalho humano, andei pensando em que consiste o trabalho de alguém para definir de uma forma abstrata, o que é o trabalho de um homem ou de uma mulher não importa, qualquer que seja o trabalho humano me parece que se enquadra na seguinte definição: é um conjunto de atos praticados por alguém com a intenção de aumentar a probabilidade de um certo acontecimento, que é a meta do trabalho. A intenção é de que aquele acontecimento ocorra, mas o trabalhador frequentemente não tem a certeza de que o acontecimento objetivado venha a ocorrer, porque a certeza é um estado de espírito pouco frequente no homem racional, há sempre a dúvida acompanhando as ações humanas, logo você tem que falar em probabilidade, tudo quanto o trabalhador pode pensar é em aumentar a

probabilidade de que ocorra o evento que ele deseja que ocorra. O pesquisador do vírus da AIDS ou da cura da AIDS pode ficar no laboratório um dia inteiro, aumentando a probabilidade de encontrar a solução mas sem ter certeza e possivelmente não encontrando solução no fim do dia, ninguém vai dizer que ele não trabalhou só porque ele não conseguiu resultado, mas ele aumentou a probabilidade porque na medida em que ele se dedica àquela finalidade, enriquece o seu conhecimento sobre o fenômeno, fica mais próximo da solução, torna mais provável o evento que ele busca, que é a meta. Há outros casos com que a probabilidade fica quase igual à certeza, são os trabalhos mais simples, se você chamar um electricista para colocar uma tomada na parede há uma probabilidade próxima de um que ele vai colocar a tomada e a tomada vá funcionar.

LO - Se eu estou entendendo o que o senhor está falando, eu só queria colocar uma questão, o senhor nega então a heurística, não é, quer dizer, a capacidade do trabalho humano surpreender este racionalismo das probabilidades.

RN - Não, pelo contrário eu estou até acentuando que o trabalho é uma série de atos que a pessoa pratica para se chegar à meta, mas como ele não tem, em alguns casos, nenhuma certeza de chegar à meta, tem, entretanto, sempre uma impressão de estar aumentando a probabilidade de que a meta ocorra; batedor de carteira tem certeza de que vá apossar-se da carteira? Pode ser surpreendido, ou pode não encontrar carteira nenhuma no bolso do cidadão, mas ele pratica uma série de atos que aumentam a probabilidade de ele se apossar da carteira.

MC - O senhor codifica de um trabalho isso.

RN - É, e eles também, eles dizem lá, vou fazer um trabalhinho. Agora discutir se o trabalho tem ou não valor do ponto de vista da sociedade isto é outro assunto. Agora tendo dado o conceito de trabalho, a análise dessa série de atos que o trabalhador pratica levaria a classificar os atos em dois grupos, porque existem atos reflexos e atos refletidos. O ato reflexo é o reflexo condicionado que é praticado sem consulta ao cérebro; é o motorista que dirige pensando em outras coisas, é o Carlitos torcendo as porcas na linha de produção. E o ato refletido consulta o cérebro na medida em que o trabalho tem maior quantidade de atos reflexos do que de atos refletidos, se pode dizer que é um trabalho mais próximo do trabalho da máquina do que do homem, na medida em que a atividade se intelectualiza, preponderam os atos refletidos, e como é que o exercício da atividade age sobre o trabalhador; para a atividade em que preponderam os atos reflexos, a idade age mais rapidamente para desgastar o trabalho e reduzir a produtividade. Um operário braçal que age por reflexos condicionados aos 20 anos está no auge, começou aos 15, mas como é um trabalho constituído preponderantemente de atos reflexos, ele logo adquire toda aquela agilidade do reflexo condicionada, tem saúde, tem juventude, chega ao auge aos 20 anos, depois pelo desgaste orgânico começa a perder e aos 50 anos ele é um homem de produtividade reduzida e merecedor então da aposentadoria. Aposentadoria concebida com um amparo a alguém que perdeu a sua produtividade; já o intelectual é completamente diferente, como ele tem como trabalho preponderantemente os atos refletidos, a tecnologia sofisticada que ele tem de conhecer fica durante muito tempo beneficiada pela experiência, a experiência age em oposição ao envelhecimento. Eu me lembro que quando eu era jovem tinha mais saúde, mais resistência física, digamos, eu poderia enfrentar dez horas de trabalho, mas a produtividade não era tão grande, talvez

quando hoje eu trabalhe três horas pela experiência adquirida, que me faz fugir dos caminhos que não me levam a nada, porque eu já conheço, eu estou com um domínio tecnológico muito mais amplo do que tinha aos 20 anos. Mesmo aquela matemática em que eu era um virtuoso na juventude, hoje dela estou um pouco afastado, mas basta uma vista de olhos em alguns manuscritos meus, para tudo aquilo voltar rapidamente, eu tive a prova disso quando fiz o terceiro concurso de catedrático, havia um professor italiano e eu cismeie de fazer uma prova em que eu jogasse toda teoria italiana sobre as curvas algébricas, peguei os cadernos da Faculdade de Filosofia, onde toda aquela matéria foi exposta, li em algumas horas, e de fato caiu uma questão sobre o *Folium* de Descartes e eu além de calcular a integral da função e avaliar a área do *Folium* de Descartes eu ainda andei discorrendo sobre os gênios das curvas algébricas e o italiano ficou maravilhado. Uma brincadeira que eu fiz, mas só uma passagem, se eu hoje tomar meu caderno do Colégio Pedro II de português, a análise lógica vem toda para minha mente, isto acontece com qualquer um, então o intelectual aos 60 está no auge da produtividade e por isso não há por que aposentá-lo aos 53, como seria normal aposentar o braçal. E entre o braçal e o intelectual nós temos o operário categorizado, temos o administrativo de execução, temos o chefe e o alto intelectual. Então haveria uma escala aos braçais e uma idade de aposentar na hora, em torno dos 50 anos, isso para atividades ditas normais, não para as penosas, porque aí se configura um caso de invalidez precoce. Essa foi a linha que me levou a procurar um modelo matemático, uma função de duas variáveis, a função seria a produtividade do trabalhador, o trabalhador teria uma produtividade sobre a qual influiriam duas variáveis, a idade. Desgastando, como uma variável, que ao crescer produziria o decréscimo da produtividade, se ela agisse sozinha, e outra variável que seria o tempo de atividade ocupacional com efeito antagônico, quanto mais tempo na atividade maior seria a produtividade, então duas variáveis antagônicas.

LO - Ainda a questão dos maus tratos, dos trabalhos de maus tratos que também interfere...

RN - Bom, dentro de uma atividade ocupacional você teria essas duas variáveis. Agora de uma atividade ocupacional para outra, essas duas variáveis continuariam influenciando, mas de uma forma diferente, a forma seriam os parâmetros da função, e é um estudo muito bonito... Agora esta função de duas variáveis é que dependeria de parâmetros, teria uma conformação gráfica muito diferente para o operário braçal e para o intelectual.

LO - O senhor acredita que isto poderia ser calculado por profissão?

RN - Bom, a estatística seria o caminho para dimensionar esses parâmetros. Quando o pesquisador operacional cria um modelo algébrico, um modelo matemático para representar uma dependência funcional, no caso a dependência da produtividade do trabalho humano em relação às duas variáveis, idade e tempo de atividade ocupacional, ficou essa dependência também a subordinar-se a alguns parâmetros que expressariam características da própria atividade. Dentro de cada atividade a produtividade seria levada a crescer com o tempo de atividade, com o tempo de experiência e iria decrescer pela idade, mas como eu disse no caso do operário braçal, o crescimento seria rápido e um decréscimo lento, no caso do intelectual o crescimento seria lento para atingir o máximo aos 60 anos e depois uma queda rápida com a esclerose. Então os parâmetros característicos de cada atividade seriam mensurados através da sondagem estatística,

quando você joga um modelo dependente de parâmetros, como é que você vai estimar os parâmetros, através da consulta estatística, teria que imaginar uma série longa de operários braçais, verificar para cada um deles quando é que ele atingiu o auge da produtividade, em que idade foi, aos 25, aos 20 e aí você seria levado a estimar a média, a idade média em que ele atingiu o auge, bom aí entra uma série de técnicas estatísticas de estimação de parâmetros, que eu apresentei no modelo.

LO - Esse modelo ele foi utilizado, pelo menos, por algum similar em alguma Previdência Social, porque no Brasil pelo menos eu acho que não foi.

RN - Foi, nós usávamos isso em docas de Santos. Foi, mostrávamos que com a criação da Portos, na época não chamava Portos, docas de Santos, conseguiria reformar totalmente seu perfil etário, afastando a velharia improdutiva da classe operária, portanto rejuvenescendo a classe operária, mantendo a classe intelectualizada além dos 58 anos, então a produtividade média da mão-de-obra que era uma antes, seria transformada numa outra produtividade maior com uma modificação do perfil etário.

LO - Mas em termos de Previdência Social, isto não foi...

RN - Olha o que está dizendo agora, finalmente o Ministro Rafael que está publicado no jornal acabou aceitando a minha teoria, vocês não leram não?

LO - Não, hoje não.

MC - Saiu hoje?

RN - Está escrito. Está aqui (lendo o jornal) “Rafael aprova a aposentadoria com idade mínima de 55 anos e tal”, agora vem aqui ó, limite certo, a fixação da idade mínima de 55 anos para aposentadoria em quase todos os casos foi aprovada pelo ministro à medida em que atende ao bom senso, seja qual for o ângulo sob o qual se veja a questão... A cada ano o brasileiro vive mais e aumenta sua validade para o trabalho, isso só não seria verdade para as situações de miséria absoluta, o que é reconhecido pela proposta em estudo, já que são exceções os trabalhadores que ganham até três salários mínimos. Ele procurou colocar uma separação da atividade ocupacional obreira pelo salário, quem ganha até três salários mínimos, supõem-se, o que não é verdade que seja um trabalhador braçal. Ele vinculou o tipo de atividade ao salário, que é uma forma prática, mas não muito exata, porque às vezes há professores ganhando menos que 3 salários mínimos. Mas por aí vocês já veem que tanto vai o cântaro à fonte que lá fica, tanto bate água em pedra dura até que fura. Então há realmente, houve uma absorção da ideia, agora a técnica para realizar isto não é fácil de fato.

MC - Houve aumento de afastamento de um trabalhador da produção, que corresponderia à sua aposentadoria em termos de produtividade?

RN - É uma questão de grau, eu acho, por exemplo, quando o trabalhador chega a 30% da produtividade máxima, poderia descansar, isto quem diz 30 diria 35% ou 40% ou 10%, depende. Do que adianta eu ter um trabalhador que funciona com 10% da sua

produtividade? Vale a pena a empresa mantê-lo? Às vezes existe até a produtividade só que o trabalhador não quer mais trabalhar, este é o pior tipo de improdutividade, não é?

Fita 8 - Lado B

RN - Que foi diretor, depois não é mais e aí não quer fazer mais nada, não adianta, ele tem capacidade, mas não se exige dele, não se pode exigir. Aí é problema de recursos humanos, não é de aposentadoria, há de haver um departamento de recursos humanos que desperte nele o interesse de trabalhar e há casos de pessoas que não tem mais capacidade, mas não querem deixar de trabalhar porque se sentirão isolados se forem obrigados a aposentar-se.

MC - E qual é a solução para uma situação como esta, se o critério é produtividade e isso claro, dentro de uma ótica da empresa, que tem, uma empresa que tem preocupações com produtividade, como é que uma situação como esta pode ser resolvida, que o trabalhador quer continuar trabalhando?

RN - Do ponto de vista da empresa, tentou-se algumas soluções, tentaram-se algumas soluções, por exemplo, na Vale do Rio Doce quando criamos a Vália, foi com a expulsória, quer dizer, chegada a época em que o empregado tinha direito de aposentar-se com todas as vantagens da Vália, se ele não requeresse a Vália começaria a reduzir o benefício supletivo, uma espécie de multa, não daria, diria que cada dia de atraso no pedido representaria tantos por cento na perda do benefício.

MC - A solução é pela punição.

RN - Pela punição, pela ameaça de corte no benefício. E para aquele empregado que apesar de ter o direito ao benefício, fosse considerado pela empresa ainda como útil, a expulsória não seria aplicada e no lugar dela haveria a protelatória, um aviso da Vale do Rio Doce para este que é muito bom não apliquem a punição, deixem ele ficar porque ele nos convém. Um jurista do Ministério da Previdência, extremamente simpático, mas ao meu ver muito preocupado, muito zeloso, achou que esta obrigação imposta ao empregado de afastar-se, feria os pruridos dele jurista, levantou a questão e a expulsória foi impugnada. O Ministro Arnaldo Sussekind e advogado Délio Maranhão sustentaram a tese contrária, mas perderam. Então a expulsória era uma boa medida para a empresa. É claro que se o empregado é obrigado a aposentar sem querer, é ruim para ele mesmo, ele não tendo mais produtividade, seria o caso de se tratar dele com pouco mais de carinho, de prepará-lo para aposentar-se previamente ou de ocupá-lo parcialmente. E existe até agora na PETROS, uma associação de aposentados e há dessa associação também um trabalho preparatório para as pessoas se aposentarem, trabalho da área de recursos humanos.

LO - Senhor Rio, a Previdência Social parece não levar muito em conta esses critérios que o senhor está apresentando, pelo menos, por exemplo, com relação às aposentadorias, as aposentadorias mais cedo são para os aeronautas, que não é trabalho braçal, para os jornalistas, para professores, para as mulheres e para o operário, não?

RN - É, essas aposentadorias do tipo especial de luxo: aeronautas, jornalistas, professores, constituem um privilégio injusto, eu acusei neste livro, política, má política. Um dos pontos de atrito entre os técnicos e os políticos foi justamente a aposentadoria precoce indevida, que é privilégio, é onerosa, é até inconstitucional, porque na ocasião em que se deu a aposentadoria aos professores, aos 30 anos de serviço e às professoras aos 35...

LO - Aos 25.

RN - Aos 25 havia, como há, na Constituição o parágrafo único do artigo 165 que impõe para cada aumento, majoração, ampliação de benefício previdencial, a correspondente receita de cobertura e no caso dos professores ninguém cogitou da receita de cobertura dessa ampliação da vantagem da aposentadoria, que foi o encurtamento da vida ativa; inconstitucional.

LO - Essa ampliação da receita de cobertura, na sua opinião, ela deveria vir num aumento da contribuição desses profissionais?

RN - De algum lugar, mas...

LO - Porque no caso dos trabalhadores braçais isto poderia criar um problema ao trabalhador braçal, possivelmente teria que ter uma contribuição maior ou não?

RN - Claro que aí não seria, eles não deveriam ser taxados mais do que os outros, deveria ser uma taxação das empresas ou do governo, da União.

LO - Senhor Rio, o senhor antes havia falado em que [19]81 nós chegamos a um déficit da Previdência, numa situação horrorosa financeira, o senhor agora está falando que essas aposentadorias foram onerosas, será que elas foram também responsáveis pelo déficit, eu poderia, entre os bancos, as fraudes, e as prestações abusivas de auxílios, qual que o senhor avalia foi a maior responsável, ou foram os três juntos, quer dizer, o que causou este déficit?

RN - Existem dois tipos de conceitos para o déficit. Há o déficit a longo prazo, que é coberto através de aumento das contribuições ao longo do tempo e há o déficit imediato em que a receita do ano não cobre a despesa do ano, que é o déficit contábil. O primeiro é o déficit atuarial, mais difícil de ser visto porque no momento pode não haver déficit contábil, a receita é sempre maior que a despesa, mas o atuário sabe que no futuro o processo cumulativo de benefícios, resultante da superposição de novas gerações de aposentados e pensionistas, vai levar a despesa a um nível de crescimento mais rápido do que a receita, a menos que, de quando em quando, as taxas de contribuições sejam elevadas e essa elevação pode chegar a um estado de desespero dos contribuintes. É por isso que os atuários nos planos de custeio preveem um excesso inicial de contribuição para gerar fundos, cuja capitalização vai no futuro equilibrar esse excesso de despesa sobre a receita de contribuições, cria-se então o processo de capitalização para obter uma nova receita, que é o juro dos fundos acumulados anteriormente, mas o INPS perdeu os fundos, os antigos institutos tinham os fundos, mas os demagogos foram queimando os fundos: “Ah, tem dinheiro sobrando aí, vamos criar benefícios, vamos eliminar a idade mínima da aposentadoria”, essa idade que hoje o Ministro Rafael está dizendo que vai

criar de 55 anos já existia em 1960. A Lei Orgânica da Previdência no tempo do Juscelino Kubitschek, a Lei 3807 de 26 de agosto de [19]60, tinha como condição para o ingresso na aposentadoria por tempo de serviço, a idade mínima de 55 anos, dois anos depois, Lei 4130 o decreto do senhor João Goulart eliminou o limite, essa foi a causa primária de toda a derrocada de todos os institutos do INPS.

LO - Quer dizer, além de um déficit operacional há também um déficit atuarial?

RN - Este déficit atuarial que se concretiza a longo prazo que nós prevíamos na época e fomos por isso chamados de ‘pitoneiras de mau agouro’, esta é a grande causa e agora o Ministro tenta colocar o limite de idade, o grupo de trabalho que ele indicou chegou à necessidade de voltar ao limite de idade, é uma pedida corajosa, se o Ministro conseguir eu tenho que reconhecer que ele fez um bom governo na Previdência.

MC - Doutor Rio Nogueira eu...

RN - Agora quanto a fraudes, quanto às despesas desnecessárias, tudo isto existe, mas são defeitos funcionais de fácil correção, relativamente fácil. Corrigir abusos, um setor de controle estatístico bem montado possibilitaria isso. Um controle administrativo bem projetado permitiria isso, mas um defeito estrutural desse tipo, que está inserido na própria legislação, só com uma medida dessa, reforma da legislação criando limite de idade.

MC - Mas é uma medida que é muito mais fácil hoje em dia, é pensar em limite de idade de 55 anos, do que há quase 30 anos atrás. Quer dizer, em termos da média de vida do brasileiro atualmente em relação há 30 anos atrás, o senhor não acha que é mais fácil, realmente é muito mais constatável que a esperança de vida no Brasil está chegando até à beira de alguns países do mundo desenvolvido. Quer dizer, isso não é uma coisa que politicamente sempre foi, parece que o limite de idade, sempre teve assim, um potencial de politização grande, atualmente é mais difícil, é inegável hoje em dia colocar que 55 anos é um limite razoável, ou não?

RN - Não sei, se você pode dizer que a vida média no Brasil tenha sofrido essa elevação tão nítida, porque, se é verdade que o progresso tecnológico da medicina aumentou essa idade média, o desastre de automóvel, a prática de tóxicos e de fumo e AIDS; bom, AIDS ainda não deu para matar muita gente, mas pode ser que venha dar. Essas coisas ocorrem e as tábuas de mortalidade podem variar no sentido de se tornarem menos severas, mas não assim tão sensivelmente, é uma variação secular, lenta e por outro lado também as condições, e se é verdade que a vida média aumentou, a vida média ativa também aumentou. Quer dizer, o que se pretende é manter o empregado mais tempo porque ele também tem condições de se manter mais tempo ativo.

MC - Eu tenho uma pergunta aqui, mas mais geral, não sei, podemos formular esta pergunta que é a seguinte: nós estamos entrevistando o doutor Armando de Oliveira Assis, o senhor conhece, ele foi diretor do departamento de benefícios do IAPI e além disso foi assim, como eu poderia dizer, um intelectual da previdência, quer dizer, um homem que escreveu vários artigos...

RN - E um livro excelente *Compêndio de Seguro Social*.

MC - Seguro Social, quer dizer, em determinado momento discutindo a fundo a questão da Previdência Social em publicações do IAPI. Nós em contato com essas publicações, nós percebemos em vários momentos o doutor Armando como diretor do departamento de benefícios tentando responder as diversas reclamações que havia, ou que deveria haver por parte dos segurados, em relação à parte de benefícios e a resposta sempre que o doutor Armando mencionava seria o problema atuarial. Não se pode dar mais que se tem, mas em determinado momento, ou momentos eu não estou me lembrando, ou em determinado momento ele coloca que o problema dos benefícios serem baixos, de a aposentadoria ser baixa, teria a ver com o salário que o trabalhador vinculado ao IAPI tinha, quer dizer, um salário baixo, em geral categoria de trabalhadores que ganhavam pouco, então neste sentido quando se coloca a questão do salário ser baixo isto foge, quer dizer, isto a princípio fugiria, quer dizer, ao problema matemático, seria uma área já, poderia dizer, de política salarial e aí política geral de um país, como é a riqueza distribuída, ou seja, quando se fala de salário baixo há uma certa potencial de politização nisto. Eu não sei, eu gostaria de entender até que ponto o atuário, quer dizer, o discurso atuarial, ele não deixou de ver este outro lado, ou melhor dizendo, até que ponto isto não seria, até que ponto o atuário não deveria ser mais politizado, diante desse quadro que eu coloquei aqui, não sei se ficou muito claro, em determinado momento ele está dizendo: “Olha, é problema atuarial, mas olha, também é um problema de salário aí...”

RN - Bom, antes de nós sermos atuários, somos pessoas humanas com problemas de sobrevivência, problemas econômicos de sustentação dos encargos domésticos, de maneira que o salário se coloca inicialmente como uma questão fundamental. E a esse respeito ao item I do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que o nosso doutor Assis menciona no livro dele por explícito, garante a todo cidadão salário adequado, como direito elementar de um cidadão está lá a garantia de um salário que permita à pessoa um nível adequado de vida, ninguém diz o que é este adequado, mas o salário adequado é o ponto de origem. Política salarial é importantíssima, os decretos do Delfim de [19]83 que degradavam o salário, 2012, 2024, 2045, 2064, 2045, 2064, 2065 foram os decretos de degradação salarial foram criminosos, porque representaram a recusa do salário a quem trabalha, a degradação significa uma recusa parcial do salário, e essa é a forma bíblica do mandamento não roubar, antigamente se enunciava assim, não negar salário a quem trabalha, não se dizia não roubar, a regra era não se negar salário aos que trabalham. Aqueles decretos foram efetivamente sem ética alguma, mas a Previdência não se ocupa com esse aspecto, não se ocupa por enquanto, porque tudo quanto a previdência até o momento se propõe a fazer é começar do benefício, de aposentadoria, de pensão, manter o poder aquisitivo dele, evitar que uma vez dada a aposentadoria, ou a pensão seja esse benefício, seja deteriorado pela inflação. Manter o poder aquisitivo do grupo familiar no momento em que o benefício se inicia, esse é o propósito da Previdência, se durante a vida ativa o Delfim degradou o salário, problema de erro de política salarial, não da Previdência.

LO - Agora os atuários...

RN - Você pode encarar a questão com uma ótica mais aberta, você pode criar dentro da Previdência, um seguro desemprego e deveria ter sido criado há muito tempo, não no Ministério do Trabalho, mas dentro do Ministério da Previdência, porque o seguro desemprego o que faz é garantir ao desempregado uma reposição do salário dele, ora se

o Delfim deteriora o salário do trabalhador, tudo se passa como se ele estivesse desempregando parcialmente o trabalhador, ele está trabalhando, mas como se houvesse um desemprego parcial. E se houvesse um seguro para garantir a cobertura, dentro da previdência, você teria o atuário funcionando nesta questão de perda salarial por uma correção monetária inadequada.

MC - Doutor Rio Nogueira, eu fico imaginando assim: então diante dessa situação naquela, na revista *Inapiários* ou na revista *Industriários*, vamos pegar a revista *Inapiários* não sei se o senhor teve, deve ter contato com essa revista, é uma revista da...

RN - Sei, há muito tempo.

MC - Então eu poderia ter um título talvez assim: “O problema não é atuarial é salarial”, quer dizer, podemos colocar o título: “Olha, pessoal, parem de reclamar dos benefícios, porque o problema não é atuarial, é salarial”. Mas o que se percebe é que o problema quando é colocado é colocado como um problema atuarial, em geral, e o salarial eu vi lá num artigo. Então eu fico pensando assim; até que ponto os atuários não contribuíram para um certo mito que se criou de que certos problemas deveriam ser entendidos pelo terreno atuarial e não por outros caminhos, quer dizer, olha aqui: “O segurado do IAPI, por favor, vê se você entende”, quer dizer, “Há um problema atuarial que a gente não pode dar mais do que existe”. A gente não vai fazer, como diz o doutor Armando, a gente não vai fazer da Previdência uma caixa de boas coisas ou o reino da fantasia, mas isso não seria uma forma de se criar um mito, de que o problema está no entendimento da matemática financeira combinando com a probabilidade, com o cálculo de probabilidade, em vez de ver que a questão vai por outro caminho? Não sei...

RN - O problema se enquadra como econômico, enquanto nós entendemos a economia como uma ciência que se ocupa com a distribuição da riqueza. Se o salário é baixo, é que a distribuição da riqueza é imperfeita, não está indo para o trabalhador o salário que deveria ir, a riqueza não está bem distribuída, então o problema é econômico. Mas como eu disse de início, qualquer problema econômico, por envolver dinheiro e risco, é atuarial, então dizer pura e simplesmente que é problema salarial e não é problema atuarial é uma visão que eu respeito, mas que não aceito, porque é atuarial no sentido amplo. Na medida em que se diz “Não podemos dar uma cobertura melhor do aposentado”, primeiro é preciso ver se o aposentado ao se queixar, está se queixando porque sua aposentadoria é baixa ou porque a aposentadoria ficou muito aquém do salário, porque enquanto ele ganhava o salário ele não se queixava ao atuário ou ao instituto de Previdência, ele poderia queixar-se ao patrão de estar com o salário baixo, mas ele estava trabalhando com o salário e ele se mantinha com aquele salário, mal ou bem. Agora no momento em que ele se aposenta, na hora de calcular a aposentadoria o INPS manda tirar a média dos doze últimos salários numa inflação de 200, 300% ao ano.

LO - A média dos cinco últimos anos não é...

RN - Ou dos 36 últimos meses, ou dos doze últimos meses, a média cai, porque ele toma 12 parcelas ou 36 parcelas com uma atualização deficiente, a média se distancia do salário do ativo, ele já começa recebendo 95% disto, e quando a inflação é elevada a média fica tão baixa que 95% da média, vai a 50%.

LO - Do salário.

RN - Do salário, e logo depois que vem o primeiro reajuste, o colega dele que ficou na atividade tem o reajuste total, ele tem o reajuste *pro-rata*, aí ele sai totalmente distanciado do seu colega da atividade. Você dirá, aliás eles dirão, os aposentados: “Por que é que não atualizam a minha aposentadoria, de maneira a eu ficar com aquele salário que eu tinha na atividade, já que o meu salário é baixo, me manter naquela condição que eu tinha enquanto ativo, que já era uma condição de sobrevivência difícil”. Nada impede que isso seja feito, mas exigiria custo atuarial sim, exigiria contribuição para isso, mas o atuário não se opõe a isso, quem se opõe é quem vai pagar por isso, que será quem? A empresa e o governo, o problema não é atuarial, o problema é de decisão do governo, então o problema de política econômica do governo, o atuário não se opõe não, que negócio de dizer que a culpa é do atuário que se opõe, não!

Fita 9 – Lado A

RN - Custa dinheiro. Agora, esse dinheiro tem que sair de algum lugar? Tem. Mas que saia.

MC - Sim. Então, é como o senhor está me dizendo, isto é uma questão de decisão do governo, de decisão política, quer dizer, então sai do campo atuarial. Mas o que passa, pelo menos em alguns discursos, principalmente o caso do IAPI, é claro que o senhor não foi do IAPI, mas você conhece mais ou menos a linha de pensamento dos técnicos do IAPI. Mas o que passa é que o atuarial, o discurso atuarial, ele encobre a questão da decisão política, quer dizer, a questão de que o problema é político, parece, quer dizer, que enquanto os segurados reclamam, vem o atuário, ou o departamento de benefícios respaldado num discurso atuarial.

RN - Marcos, deixa eu atender o Rogério. Mas a verdade é que toda a vez que o político quer realizar alguma loucura, ele ignora o atuário, e quando ele não quer, responsabiliza o atuário como obstáculo.

LO - É isso que o Marcos está falando.

RN - É essa a questão.

LO - Mais uma pergunta ainda nessa linha, talvez a última pergunta ainda nessa linha da participação do atuário, ou da posição do atuário frente ao que ocorria. Que se por um lado começou essa longa série de entrevistas falando que o atuário era o escriba do Rei, ou do Faraó, nós estamos encerrando, querendo ver até que ponto o atuário aceita, ou se rebela nessa posição de mero escriba, ou de justificativa para as decisões políticas. Em [19]78, quando o senhor está se aposentando, é um momento da Previdência Social, do INPS, é um momento em que já se ouvem as reclamações das entidades, dos sindicatos médicos, ou das organizações de médicos, contra a privatização, denunciando a privatização como danosa à Previdência Social. Ao mesmo tempo os trabalhadores também se mobilizam denunciando os danos causados ao patrimônio da Previdência Social. E os atuários? Quer dizer, o Instituto Brasileiro de Atuária se manifestava, o

senhor como atuário teve oportunidade de se manifestar frente a essa questão da privatização?

RN - Privatização da Previdência?

LO - Da assistência médica, desculpe.

RN - Da assistência médica.

LO - É da assistência médica, e também da Previdência, em termos, quando se fala, da assistência médica.

RN - Assistência ou Previdência são amparos devidos à população, até ao nível que se possa encarar como indeclinável por parte do governo. O governo para manter a sua própria tranquilidade, evitar a crise que decorreria do desamparo geral, não pode desamparar a população trabalhadora, porque é na Previdência que ela é assistência. Por isso até um certo nível a Previdência ou a Assistência, portanto os dois elementos básicos da seguridade deveriam ser prestados em caráter obrigatório pelo governo. Agora, além do nível que se poderia definir como nível de indeclinabilidade, aquilo que puder ser encarado como algo supérfluo, que não tivesse a mesma indispensabilidade de garantia de paz social, seria repassado à área privada. Não foi isso que levou ao dualismo entre uma Previdência básica, estatal e obrigatória e uma outra Previdência complementar, privada e facultativa.

LO - Mas no caso da assistência médica parece que isso foi feito abaixo dos tais níveis de ...

RN - Indeclinabilidade.

LO - Indeclinabilidade, obrigado.

RN - É porque esse nível pode ser no caso da Previdência, considerado também muito baixo, porque o salário é baixo, e mesmo que se dê todo o salário, ainda se vai achar que é um amparo reduzido. E no caso da assistência médica também, se for prestada de forma insatisfatória, ou até criminosa, é também passível de uma crítica desse tipo. Mas gastou-se muito dinheiro com assistência médica na área dos institutos, e até muito mais do que era previsível pela taxa de custeio que os atuários previram, como, comportando uma assistência razoável, 4% da folha de salários não era uma taxa baixa. Tanto que a Petrobrás realiza uma boa assistência com 2,5% da folha de salários. É verdade que os salários da Petrobrás sendo altos, 2,5 sobre uma folha de salários altos, não teria o mesmo efeito para garantir um custo *per capita*, que teriam 4% sobre uma folha de salários baixos, mas 4% seria uma taxa, e no entanto os institutos antigos desenvolveram essa assistência médica, às vezes com tal luxo, gastando muito além daquilo que os atuários previam, que entravam indevidamente nas reservas da Previdência, levando esses Institutos a uma situação de descobertura dos fundos, que iriam garantir a estabilidade da contribuição no regime de capitalização. Era o protesto dos atuários, era justamente contra o exagero, contra o desrespeito à margem permitida para os gastos médicos. Por isso na Previdência privada a lei admite que as entidades fechadas criem sistemas assistenciais,

desde que custeados exclusivamente pelas empresas. O que eu acho errado, empregados deveriam contribuir também, e contabilizados em separado, para evitar que as despesas assistenciais sejam custeadas com as reservas da Previdência. Privatizar não vai resolver. É muito frequente quando você vai a um consultório médico, como um cliente normal, esperar mais tempo do que esperaria no consultório do INPS, como também é frequente você ser mal atendido por um médico do INPS. Depende muito da consciência profissional do médico. Mas eu acredito que se tivesse uma organização bem estruturada, e bem supervisionada, a assistência médica do INAMPS atenderia muito satisfatoriamente à clientela, e a privatização nem sempre consegue isso. É coisa mais comum entre médicos da área privada, a confusão dos diagnósticos, ainda outro dia surgiu uma reportagem do Fernando Sabino, que tinha uma dor no pé, e foi a uma série de médicos, cada um com um diagnóstico diverso. Desvio do arco do tarso, cãibra no calcanhar, tendinites, cada um achando que o diagnóstico anterior estava errado, e finalmente era um sapato apertado que o vendedor do sapato disse: “O senhor não calça 41, deve calçar 42”. Mas isso é o que mais ocorre. Confusão entre os médicos da área privada. Os do INPS não acertam mais nem menos do que os da área privada. Vocês devem ter experiências com médicos? Ou não tem? Se não tem são muito felizes. Há pessoas que dizem: “Eu não tenho saúde para ir a médico”. Não agüenta. São as doenças criadas pelos médicos, são as chamadas iatrogênicas. Não tenho nada contra a profissão não, quero até muita amizade com eles, mas dor no pé, não.

MC - Sapato...

RN - Eu fui a um que disse exatamente a crônica do Fernando Sabino: “Só operando”. O outro me dava injeção de cortisona, doía e não curava; o outro disse que era ácido úrico. Até que um japonês que não era médico disse: “Vamos fazer um tratamento chamado Mocha”. Aí me colocou um fogo no pé, meu pé virou castiçal, não é? E caiu por um tubo um líquido que entrou no pé, e a dor sumiu, até hoje, há três ou quatro anos. Ninguém sabe o que é a tal “Mocha” na medicina ocidental.

LO - Uma pajelança japonesa. Oh, Marcos, você tem alguma...

RN - Não há privatização alguma que dê jeito. Vai privatizar como? Como é que o pobre ia pagar o médico?

LO - Ela foi privatizada, não é? Ela foi privatizada efetivamente?

RN - Quando?

LO - A medicina...

MC - Não, o que acontece é o seguinte: o que a Previdência a partir de determinado momento, principalmente depois da unificação, começou a utilizar serviços basicamente de terceiros.

RN - As empresas contratavam os serviços médicos de outras organizações, de medicina de grupo, para os seus empregados.

MC - Mas a própria Previdência...

RN - Credenciava médicos. Bom, tudo bem desde que... Mas saía do bolso da comunidade. O empregado, o trabalhador não vai pagar. Eu acho até que ele deveria pagar sim, quando ele fosse assistido ele deveria pagar uma pequena cotização para dar valor à assistência. Porque tudo que é de graça é considerado sem grande mérito, sem valor. Paternalismo não se recomenda. Agora, essa taxa que foi criada em alguns Institutos estaduais de Previdência teve muito bons resultados. O próprio trabalhador no momento em que é atendido paga uma taxa. Isso evita que ele vá ao médico por qualquer motivo irrelevante. Porque às vezes o trabalhador prefere ir, e esperar na sala do médico. Olhando uma recepcionista simpática, a ficar trabalhando no local onde ele não se sente bem, às vezes o trabalhador prefere isso. E aqui na empresa a gente tem experiência de empregados que às vezes querendo faltar ao trabalho, conseguem dos médicos do INPS atestados falsos. E temos tomado providencias, temos demonstrado lá ao INPS, que os atestados são falsos, criado alguns casos muito complicados para esses médicos, que dão atestados falsos. Gripe, três dias de licença. Por que três dias? Como é que ele sabe que a pessoa vai precisar de três dias? Com a maior facilidade eles dão licença. Eu mesmo quando era diretor do IAPTEC, o INPS, e uma vez estava realmente muito gripado, sem dizer que era diretor fui ao serviço médico, e a médica que me atendeu, disse logo: “Como é que você veio trabalhar nesse estado, você morre o INPS fica aí. Ah! Já sei. É dia de pagamento, você está duro”. E me colocou logo com 15 dias, por uma gripezinha, que não tinha essa expressão maior. Então, é muito comum o médico não olhar esse aspecto econômico, e para ser simpático ao doente, ele logo vai licenciando, porque até os 15 dias quem paga tudo é a empresa. Mas essas coisas todas teriam que ter controle, e esse controle teria que ser feito com apoio na estatística. Em algum lugar deve estar havendo muitas amigdalectomias, além da média prevista para o número expostos ao risco. Manda logo uma comissão, não para apurar, mas para atender o culpado. O controle no centro de estatística, que ficasse longe do local do crime, para evitar suborno. Mas essa crença em estatística no Brasil, talvez para o ano 2.000.

MC - Doutor Rio Nogueira, nós estamos parece, terminando a nossa entrevista, e nós queríamos saber se o senhor tem alguma coisa a colocar.

RN - Estou muito esperançoso sempre de que tanta gente trabalhando num sentido de racionalizar a legislação, as normas, que um dia essas coisas acabem com uma estrutura lógica, e ética, em proveito das pessoas que trabalham, e de as suas famílias. Estou sentindo agora, por exemplo, o Ministro Rafael, com o qual não tenho nenhum relacionamento, só sei que ele se parece um pouco fisicamente comigo. Tem essa ousadia. Porque ele veio depois de mim. Ele corajosamente está mencionando o limite etário de 55 anos. Agora, o Conselho Atuarial do Ministério está toda terça-feira reunindo, e discutindo essas questões. Não são pessoas desentendidas, com tempo vão ter influência na política de reformulação da Previdência. Entrevistas nossas à imprensa vão continuar, enquanto eu estiver em condições de oferecê-las. As cúpulas empresariais vão tomando também conhecimento da Previdência complementar por contato conosco, simpósios, congressos. Quem sabe em virtude de um pronunciamento meu aos jornais, o homem da área econômica de Brasília me telefona agradecendo, pedindo apoio. Querer que o governo de uma hora para outra, seja absolutamente racional, e competente, é utópico. Acho que o grande mal do governo é não saber onde procurar as pessoas competentes. E,

no entanto, é tão fácil. Não é não? Tão fácil dizer, quem é que entende de Previdência? O Armando de Oliveira Assis entende, está antigo nisso, trabalhando nisso há tanto tempo. Vê se ele já foi procurado pelo atual governo. Não creio que tenha sido não. Está lá presidente da junta, Conselho Superior de Recursos, como é que é?

MC - Não, ele está aposentado.

RN - Nem mais isso ele é.

MC - Não, ele está em casa.

RN - Homem inteligente. Está aí aposentado. A diferença dele para mim, é alguma diferença de idade, ele é mais velho do que eu.

MC - É.

RN - Está com que idade?

MC - Ele está com 75.

RN - Está com mais 11 anos que eu. E tem condição de aposentado, e eu estou na ativa. Na atividade em que eu sou apoiado por um grande número de pessoas jovens, ou de idade mediana, que continuam pensando, discutindo, buscando consenso racional. Quer dizer, eu não represento uma pessoa. Eu sinto que nós aqui representamos um grupo forte, no sentido de formação de postulações éticas. Politicamente o nosso grupo talvez tenha mais presença ao longo do tempo, do que qualquer um desses que no momento estejam ocupando um cargo transitório, porque essas ideias todas são colocadas oralmente, mas também por escrito. Volta e meia chega um: “Li o seu livro, concordei nesse ponto, discordei daquele”. Mas o livro está lá. E livros e trabalhos, circulares que nós enviamos para as empresas. Então, é um grupo ativo. Na configuração de uma política previdencial nosso grupo é de fato representativo. Mas o que vocês desejarem, mais esclarecimentos, estaremos aqui à disposição de vocês.

LO - Muito obrigado então.

MC - Nós agradecemos a sua paciência.